

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ELIONAY DE VASCONCELOS PINTO

**A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR EM UMA
ESCOLA ESTADUAL DE MANAUS: ANÁLISE SOBRE O PAPEL DO PROFESSOR
ARTICULADOR DE PROJETOS**

JUIZ DE FORA

2016

ELIONAY DE VASCONCELOS PINTO

**A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR EM UMA
ESCOLA ESTADUAL DE MANAUS: ANÁLISE SOBRE O PAPEL DO PROFESSOR
ARTICULADOR DE PROJETOS**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a qualificação do Mestrado Profissional
em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da
Faculdade de Educação, Universidade Federal
de Juiz de Fora.

Orientadora: Professora Doutora Angélica Cosenza Rodrigues

JUIZ DE FORA

2016

ELIONAY DE VASCONCELOS PINTO

**A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR EM UMA
ESCOLA ESTADUAL DE MANAUS: ANÁLISE SOBRE O PAPEL DO PROFESSOR
ARTICULADOR DE PROJETOS**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à conclusão do Mestrado Profissional em
Gestão e Avaliação da Educação Pública, da
Faculdade de Educação, da Universidade
Federal de Juiz de Fora.

Aprovada em: 28/11/2016

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Orientador (a)

Membro da banca

Membro da banca

À minha família pela compreensão nas muitas horas de ausência.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela oportunidade de ter vida, saúde e a bênção de ter concluído o mestrado profissional.

À Universidade Federal de Juiz de Fora e à Secretaria de Estado de Educação do Amazonas pela parceria que viabilizou o sonho de ser mestre.

À Professora Doutora Angélica Cosenza Rodrigues e à Assistente de Suporte Acadêmico Luisa Gomes de Almeida Vilarde pela paciência e dedicação que dispensaram a mim e ao meu texto.

Aos professores André Bocchetti e Celso Sanches pelos conselhos e incentivos nessa jornada de desenvolvimento profissional e intelectual.

Aos colegas de mestrado que me mostraram que mesmo em um sonho individual, a parceria e a amizade são fundamentais.

Aos colegas de trabalho que me impulsionaram para fechar o ciclo do mestrado profissional, mesmo com uma jornada de trabalho extenuante e muitos outros desafios.

A educação deve contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como se tornar um cidadão.
(Morin, 2013, p. 65)

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP), do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão estudado analisou o papel do (a) professor (a) articulador (a) de projetos e de sua equipe pedagógica no Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI) em uma escola estadual de Manaus, Amazonas, no ano de 2013. O objetivo analítico desse estudo foi compreender como o professor articulador de projetos atuou no redesenho curricular proposto pela unidade educacional pesquisada, tendo em vista a prática de propostas pedagógicas interdisciplinares. Além disso, propôs-se um plano de ação educacional (PAE) que objetiva propiciar uma atividade reflexiva por parte desse ator, gerando uma visão renovada acerca do currículo e das práticas interdisciplinares, que devem reger a educação no ensino médio. Assumimos como problema, em relação ao caso em questão, a concepção e prática de interdisciplinaridade tomada como junção de professores (como multidisciplinaridade) e não como interação de tais professores e seus objetos de estudo, capazes de provocar o novo. A presente pesquisa caracteriza-se como estudo de caso com abordagem qualitativa e a metodologia de pesquisa se deu através da análise de documentos, além da análise e interpretação dos dados coletados por meio de questionário direcionado à equipe de implementação do PROEMI, a saber, o professor articulador de projetos e os (as) professores (as) coordenadores dos macrocampos (conjunto de ações pedagógicas em torno de um eixo temático gerador). Para subsidiar as análises foram utilizados como referenciais teóricos Fazenda (1998, 2003, 2011), Yared (1995), Morin (2003, 2005), Macedo (2014) e Rodrigues (2008), que abordam a interdisciplinaridade em seus aspectos escolares e educacionais. Ao término da pesquisa, encontramos como principais achados a falta de preparo da equipe de implementação para o trabalho interdisciplinar dentro das ações do Plano de Redesenho Curricular do PROEMI; a falta de ações dentro do Plano de Redesenho Curricular que conduzam a uma prestação de contas à comunidade escolar das ações e recursos financeiros do PROEMI; e a falta de acompanhamento e avaliação do programa no ambiente intraescolar. Diante disso, foi proposto no PAE ações voltadas para a formação continuada da equipe de implementação do PROEMI, uma culminância na forma de Feira Interdisciplinar do Programa Ensino Médio Inovador e a análise reflexiva das ações implementadas no âmbito do PROEMI, que venha a servir como acompanhamento e avaliação visando à melhoria contínua do programa.

Palavras-Chave: PROEMI; Professor(a) Articulador(a) de Projetos; Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

This thesis is developed in the scope of Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública – PPGP (Professional Master in Management and Education Public Assessment) from Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Public Policies and Education Assessment Centre) of the Universidade Federal de Juíz de Fora (Federal University of Juiz de Fora) - CAEd / UFJF. The event of management to be studied will analyze the role of a project articulator teacher and its pedagogic staff during the program “Ensino Médio Inovador” (PROEMI), which took place in a state school in Manaus, Amazonas, at the year 2013. The analytical purpose of this study is to understand how project articulator teachers worked on curriculum redesign proposed by the educational unit chose for this research, in order to practice interdisciplinary educational proposals. Furthermore, we aim to develop an educational action plan that provides a reflective activity by the author of this thesis, generating a renewed vision of the curriculum and interdisciplinary practices that must direct education in high school. We assume as a problem, related to this case, the design and practice of interdisciplinarity taken as junction of teachers (multidisciplinary) and not as the interaction of these teachers and their subjects, capable of causing the new. This research is characterized as a case study with a qualitative approach and the research methodology was through the document analysis, as well as analysis and interpretation of data collected through questionnaire directed to the PROEMI implementation team, namely, articulator project teachers and macro fields coordinators teacher (set of educational activities around a generator thematic axis). To support the analyzes, it was used as theoretical background Fazenda (1998, 2003, 2011), Yared (1995), Morin (2003, 2005), Macedo (2014) and Rodrigues (2008), who discuss the interdisciplinarity in its schooling and educational aspects. At the end of the research, we found as main findings the lack of preparation of the implementation team for interdisciplinary work within the actions of the Curricular Redesign Plan of PROEMI; lack of actions within the Redesign Plan Curricular that lead to accountability to the school community of the actions and financial resources of PROEMI; and lack of monitoring and evaluation of the program in the intra-scholar environment. Therefore, it was proposed in PAE, actions for the continued training of the implementation team of PROEMI, a culmination in the form of Interdisciplinary Fair from Innovative High School Program and reflective analysis of the actions implemented under the PROEMI, which will serve as a monitoring and evaluation aiming the continuous improvement program.

Keywords: PROEMI, Project Articulator Teachers, Interdisciplinary.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Informações acerca dos macrocampos inscritos no PDDE Interativo.....	43
Quadro 2 Plano de Redesenho Curricular 2013 da unidade educacional.....	77
Quadro 3 Identificação dos entrevistados na unidade educacional pesquisada.....	85
Quadro 4 Formação de Caráter Técnica para o (a) Professor (a) Articulador (a) de Projetos e sua Equipe Pedagógica.....	99
Quadro 5 Formação de Caráter Pedagógica para o (a) Professor (a) Articulador (a) de Projetos e sua Equipe Pedagógica.....	100
Quadro 6 Formação Semanal para o (a) Professor (a) Articulador (a) de Projetos e sua Equipe Pedagógica	101
Quadro 7 Culminância Interdisciplinar do Programa Ensino Médio Inovador.....	105
Quadro 8 A Avaliação dentro da Unidade Escolar Credenciada no Programa Ensino Médio Inovador.....	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Escolas com Jornada Escolar de 5 (cinco) Horas Diárias e/ou com Oferta de Ensino Médio no Período Noturno.....	65
Tabela 2 Taxas de Escolarização Bruta e Líquida – Brasil 1995/2011.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS

APMC	Associação de Pais, Mestres e Comunitários
ATP	Atendimento Pedagógico
CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
EEX	Entidade Executora
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PAE	Plano de Ação Educacional
PCE	Programa Ciência na Escola
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PRC	Plano de Redesenho Curricular
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola Interativo
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPGP	Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PROEMI	Programa Ensino Médio Inovador
SADEAM	Sistema de Avaliação de Desempenho Educacional do Amazonas
SEDUC/AM	Secretaria de Estado de Educação do Amazonas
UEX	Unidade Executora

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	15
1	O CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO QUE ANTECEDE O PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR.....	23
1.1	A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E O FOMENTO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS.....	23
1.2	O PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR NO SISTEMA EDUCACIONAL DO AMAZONAS.....	33
1.3	CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR NA UNIDADE EDUCACIONAL INVESTIGADA E O PAPEL DO (A) PROFESSOR (A) ARTICULADOR (A) DE PROJETOS.....	38
2	REFLEXÕES SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE EM SUA RELAÇÃO COM O (A) PROFESSOR (A) ARTICULADOR (A) DE PROJETOS.....	46
2.1	PERCURSO METODOLÓGICO.....	47
2.2	REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA INTERDISCIPLINAR COM BASE NAS REFERÊNCIAS CONSULTADAS.....	50
2.3	REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA INTERDISCIPLINAR COM BASE NO DOCUMENTO ORIENTADOR DE 2013.....	64
2.4	REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA INTERDISCIPLINAR COM BASE NOS DOCUMENTOS RELACIONADOS AO PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR PRODUZIDOS PELA UNIDADE EDUCACIONAL INVESTIGADA.....	73
2.5	O TRABALHO INTERDISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROFESSOR ARTICULADOR DE PROJETOS E SUA EQUIPE PEDAGÓGICA.....	82
3	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL VISANDO AO TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR.....	95
3.1	A FORMAÇÃO PARA O (A) PROFESSOR (A) ARTICULADOR (A) DE PROJETOS E SUA EQUIPE PEDAGÓGICA.....	96
3.2	A CULMINÂNCIA DO PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR.....	101
3.3	A AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR NA UNIDADE EDUCACIONAL INVESTIGADA.....	106
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109

REFERÊNCIAS.....	111
ANEXO A – MATRIZ DE DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROEMI.....	115
ANEXO B – QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM O PROFESSOR ARTICULADOR DE PROJETOS E COM OS PROFESSORES COORDENADORES DOS MACROCAMPOS DO PROEMI.....	123

INTRODUÇÃO

O trabalho interdisciplinar que surge no cenário brasileiro com os temas transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCN's) pode levar à inovação proposta pela legislação educacional vigente para esse nível de ensino. No entanto, conforme Rodrigues (2008), apesar de os PCN's reconhecerem o valor da interdisciplinaridade para a formação de um sujeito crítico e ativo na vida em sociedade, os temas transversais normalmente ocupam um lugar marginal dentro do currículo, adquirindo, no conjunto das práticas escolares, uma importância inferior ao lugar ocupado pelos componentes curriculares, uma vez que são reduzidos a campanhas educativas, sem relação direta com as disciplinas formais.

Refletir sobre como inovar o ensino médio e como torná-lo atrativo é deveras muito importante, principalmente nesses tempos de fragmentação dessa modalidade da Educação Básica. Isso porque a proposta de diálogo entre os que estão envolvidos diretamente no processo ensino-aprendizagem acerca de práticas pedagógicas exitosas a serem desenvolvidas no âmbito do Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), política educacional do Governo Federal, pode ser freada pelo que se dispõe na Medida Provisória 746, que trata da reforma do ensino médio.

Enquanto o PROEMI prevê ações compartilhadas de redesenho curricular, centralizadas no “chão” da escola, a Medida Provisória 746 impõe aos sistemas de ensino a responsabilidade de aumentar gradativamente a carga horária do ensino médio, cabendo a estes as decisões relacionadas ao currículo, desde a Base Nacional Comum até às formações experimentais. Esse caráter centralizador pode ser observado nos seguintes itens da Medida Provisória 746:

§ 1º Os sistemas de ensino poderão compor os seus currículos com base em mais de uma área prevista nos incisos I a V do **caput**.

§ 3º A organização das áreas de que trata o **caput** e das respectivas competências, habilidades e expectativas de aprendizagem, definidas na Base Nacional Comum Curricular, será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino.

§ 5º Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para a sua formação nos aspectos cognitivos e socioemocionais, conforme diretrizes definidas pelo Ministério da Educação.

§ 6º A carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e duzentas horas da carga horária total do ensino médio, de acordo com a definição dos sistemas de ensino.

§ 7º A parte diversificada dos currículos de que trata o **caput** do art. 26, definida em cada sistema de ensino, deverá estar integrada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

§ 8º Os currículos de ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

§ 9º O ensino de língua portuguesa e matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio.

§ 10. Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar, no ano letivo subsequente ao da conclusão, outro itinerário formativo de que trata o **caput**.

§ 11. A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação a que se refere o inciso V do **caput** considerará:

I - a inclusão de experiência prática de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional; e

II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade (BRASIL, 2016a).

Em nenhuma parte do documento da Medida Provisória 746 se faz referência à escola e aos profissionais que ali trabalham. Dentro do âmbito do PROEMI, é evidente o papel dos agentes educacionais na transformação pela qual o ensino médio deve passar para ser inovador e atrativo para seu público alvo. Os documentos Orientadores do Programa Ensino Médio Inovador veem que toda e qualquer iniciativa de reforma do ensino médio deve passar pela escola e pelos que ali trabalham. Por isso, as ações de redesenho curricular dentro desse programa educacional devem ser elaboradas e propostas pela escola e devem integrar o Projeto Político e Pedagógico da instituição.

Isso demonstra que a Medida Provisória 746 nega o caráter de diálogo proposto dentro das ações pedagógicas do PROEMI. É essa dialética que dá força à interdisciplinaridade, que é uma das formas eleitas pelos documentos orientadores do PROEMI para o redesenho curricular preconizado para o ensino médio.

Visando a um ensino médio forte e inovador, o Documento Orientador de 2013 do Programa Ensino Médio Inovador declara que:

O PROEMI integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como estratégia do Governo Federal para induzir o redesenho dos currículos do Ensino Médio, compreendendo ações que procuram ampliar o tempo dos estudantes na escola e a diversidade das práticas pedagógicas, atendendo às necessidades e expectativas dos (as) estudantes do ensino médio” (BRASIL, 2013, p. 9).

Uma das condições básicas para o redesenho curricular do ensino médio é, conforme o Documento Orientador de 2013, a “oferta de ações que poderão estar estruturadas em práticas pedagógicas multi ou interdisciplinares, articulando conteúdos de diferentes componentes curriculares de uma ou mais áreas do conhecimento” (BRASIL, 2013, p. 11).

O intuito dessas ações pedagógicas é diversificar o currículo escolar visando a uma formação integral e atrativa. Nessa proposta de redesenho curricular surge um novo ator dentro do processo ensino e aprendizagem. Esse ator é o (a) professor (a) articulador (a) de projetos.

É muito importante que o (a) professor (a) articulador (a) de projetos tenha uma atuação firme e consolidada. Em vista disso, o problema de gestão que se apresenta nessa dissertação refere-se à concepção de trabalho interdisciplinar adotado por esse profissional e sua equipe pedagógica.

Desse modo, esse trabalho de pesquisa objetiva compreender o papel do (a) professor (a) articulador (a) de projetos no processo de implementação do Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), no que se relaciona à prática interdisciplinar, em uma escola estadual de Manaus, Amazonas, no ano letivo de 2013. De acordo com os documentos orientadores, esse programa do Governo Federal tem a finalidade de promover um redesenho do currículo do ensino médio, sendo a interdisciplinaridade uma das formas eleitas por esses documentos para a efetivação desse redesenho curricular.

No que se refere ao caso de gestão descrito aqui, não houve a participação do professor articulador de projetos na fase diagnóstica do PROEMI, onde se detectam as principais dificuldades e necessidades da escola, para depois se traçar o Plano de Redesenho Curricular (PRC). No processo de implementação do PROEMI na unidade educacional considerada, em 2013, o professor articulador de projetos atuou como o viabilizador da compra dos itens e outros recursos a serem utilizados pelos coordenadores dos macrocampos¹ (conjunto de ações pedagógicas em torno de um eixo temático gerador). Ele não participou diretamente das ações de redesenho curricular e pedagógico que envolveram a implementação do programa em si.

Além disso, não houve tempo hábil para o acompanhamento e a avaliação das ações pedagógicas desenvolvidas na unidade educacional. Isso dificultou o entrosamento da equipe de implementação que poderia permitir o trabalho interdisciplinar dentro das propostas curriculares dos macrocampos. Essa falta de entrosamento fez com que a comunidade escolar não tivesse a informação e a formação necessárias para poder participar de todas as ações pedagógicas propostas no PRC.

A falta de informações acerca da implementação do PROEMI na unidade educacional pesquisada ocasionou que o Projeto Político e Pedagógico sofresse pouca alteração quanto às ações do programa. Um estudo mais detalhado sobre o que foi acrescentado nesse importante documento da escola permitirá refletir sobre o que pode ser feito para que as ações

interdisciplinares dentro do escopo do PRC do PROEMI possam de fato passar a fazer parte da cultura da escola, gerando os resultados e os impactos esperados.

As próprias informações sobre o papel do (a) professor (a) articulador (a) de projetos e de sua equipe pedagógica são escassas. O Documento Orientador de 2013, dispondo sobre as atribuições do (a) professor (a) articulador (a) de projetos, determina que ele (a) deverá estar lotado (a) na unidade escolar, com 40 horas semanais e dedicação exclusiva às ações do programa; deve pertencer ao quadro permanente; possuir formação e perfil para exercer as seguintes atribuições: desenvolver e implantar estratégias para a sistematização das ideias e ações propostas pelos professores, visando à elaboração do Plano de Redesenho Curricular (PRC) da escola, em consonância com o Documento Orientador do Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), com as orientações curriculares das Secretarias Estaduais e Distrital e com o Projeto Político Pedagógico da escola; promover as articulações curriculares necessárias, internas e externas ao contexto escolar, estabelecidas no Projeto de Redesenho Curricular; coordenar e acompanhar a execução das ações de redesenho do currículo da escola; estabelecer canais permanentes de articulação com a Secretaria de Educação e com outras instituições possibilitando a gestão compartilhada, a ampliação dos territórios educacionais e a dinamização dos ambientes sócio culturais existentes na região (BRASIL, 2013, p. 27, 28).

É evidente que a responsabilidade do (a) professor (a) articulador (a) de projetos do PROEMI e de sua equipe pedagógica é complexa e desafiadora. Por isso, estudos acerca do papel desses novos atores sociais da educação de ensino médio são necessários. Se a interdisciplinaridade é uma das formas eleitas para o redesenho curricular proposto nos documentos orientadores dessa política pública, todos os envolvidos na implementação da mesma devem ter clara essa noção de trabalho pedagógico. Os documentos produzidos a partir dessa implementação devem promover o engajamento de todos os atores da unidade educacional em torno de uma formação integral e cidadã¹. Portanto, é um dos objetivos desse estudo propor um Plano de Ação Educacional que promova ações diretas e reflexivas por parte do (a) professor (a) articulador (a) de projetos e sua equipe pedagógica em sua prática interdisciplinar no âmbito do Programa Ensino Médio Inovador.

Em termos de sua legalidade, o PROEMI foi criado em 2009 pelo Governo Federal e implementado em parceria com os sistemas estaduais de ensino, incluindo a Secretaria de

¹ A expressão “formação integral e cidadã” refere-se a uma educação que ofereça uma aprendizagem que ultrapasse as fronteiras dos conteúdos estanques dos componentes curriculares, permitindo que o educando possa usufruir de forma plena a condição de cidadão.

Educação do Distrito Federal. A Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (Seduc/AM) aderiu ao referido programa em 2011.

O PROEMI fundamenta-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9394/96), que situa o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, definindo-o como a conclusão de um período de escolarização de caráter geral. A finalidade dessa etapa de aprendizagem é o desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996).

Assim, o professor (a) articulador (a) de projetos deve ser um profissional atento à diversidade dos (as) alunos (as) do ensino médio. Deve ajudar esses (as) alunos (as) e seus (as) professores (as) a se envolverem em práticas e projetos pedagógicos interdisciplinares e significativos para o seu dia a dia.

Escolhi a temática relacionada ao trabalho interdisciplinar do (a) professor (a) articulador (a) de projetos e sua equipe pedagógica por ser professor do componente Língua Portuguesa da unidade educacional em questão há mais de dez anos e ter acompanhado todo o processo de implementação do PROEMI como presidente da Associação de Pais, Mestres e Comunitários (APMC) e concomitantemente como professor articulador de projetos.

Além disso, também atuo desde o ano de 2004 com outros projetos escolares da unidade educacional desse caso de gestão. Um dos projetos que coordeno chama-se Gincana Cultural. O objetivo geral de tal projeto é envolver, através de manifestações culturais e artísticas, toda a comunidade interna e externa da escola, de forma a favorecer a troca de experiências, tão importante para o enriquecimento do processo ensino e aprendizagem.

A dinâmica do projeto Gincana Cultural, que coordeno há mais de seis anos, começa com a divisão da escola em equipes, com nomes e identidades características de seus membros. No ano letivo de 2013, por exemplo, os alunos e alunas do turno noturno adotaram o nome de “Corujões”. Essas equipes, lideradas por professores (as), alunos (as) e comunitários (as), recebem subtemas de um tema gerador escolhido em consenso com os líderes de cada equipe. Esses subtemas são trabalhados de forma interdisciplinar seguindo um cronograma estabelecido em um regimento interno.

A interdisciplinaridade dentro do Projeto Gincana Cultural é observada na articulação dos diversos componentes curriculares em torno de um tema gerador escolhido pela escola e pelos líderes das equipes participantes para o período de seis meses do projeto. Por exemplo, em 2013, ano considerado nessa pesquisa, o tema gerador foi: “Brasil – o país do futebol”. Cada

equipe recebeu um país que já havia sediado uma Copa do Mundo, incluindo o Brasil. Essas equipes pesquisaram o contexto histórico, político, cultural, geográfico, econômico, gastronômico e esportivo de cada um desses países.

Cada professor participou dessa dinâmica de proposta pedagógica interdisciplinar na medida em que deu suporte às pesquisas conforme seus componentes curriculares. Os professores de história, por exemplo, contribuíram ajudando os alunos com a pesquisa referente aos aspectos históricos do país e da época da Copa do Mundo sorteada para as equipes. O resultado final foram pesquisas sobre os subtemas sorteados para cada equipe e que foram apresentadas para a banca julgadora no dia da realização da Gincana Cultural, na forma de um trabalho acadêmico.

Quando propomos um trabalho acadêmico, o objetivo é apenas familiarizar os alunos, alunas e demais participantes da Gincana Cultural com um documento acadêmico. O relatório a ser entregue para a banca examinadora deve ter os elementos exigidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas. Não se tenta limitar a forma de pesquisa e nem a criatividade dos (as) alunos (as).

Quanto ao espírito científico a permear o processo educativo e que é capaz de gerar uma cabeça feita, Morin (2003) diz:

A segunda revolução científica do século XX pode contribuir, atualmente, para formar uma cabeça feita. Essa revolução, iniciada em várias frentes dos anos 60, gera grandes desdobramentos que levam a ligar, contextualizar e globalizar os saberes até então fragmentados e compartimentados, e que, daí em diante, permitem articular as disciplinas, umas às outras, de modo mais fecundo (MORIN, 2003, P. 26).

Assim, quando falamos de métodos de pesquisa e análise, referimo-nos apenas aos critérios que servirão para a elaboração dos relatórios ou outros documentos produzidos durante a implementação do projeto escolar. As ações pedagógicas em si acontecem conforme suas próprias dinâmicas, adaptando-se às condições advindas do próprio momento de implementação. Como Morin (2003) defende, o processo pedagógico tem desdobramentos que levam a contextualizações capazes de afetar a relação entre os conteúdos curriculares.

A experiência com o projeto Gincana Cultural tem sido tão positiva que já resultou em parceiras com fundações de apoio à pesquisa científica, como a FAPEAM (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas). Além disso, a unidade educacional escolhida para

esse trabalho de pesquisa ganhou em primeiro lugar, em 2010, o “Prêmio Construindo a Nação”², concedido pelo Serviço Social da Indústria (SESI).

As possibilidades de se explorar ações pedagógicas interdisciplinares dentro da Gincana Cultural são muitas. Como as “provas” da Gincana são variadas, cada uma com objetivos distintos, vários professores de todos os componentes curriculares podem ajudar as equipes. Por exemplo, há uma prova chamada “Lendas e Mitos da Amazônia”. Os professores de História, Geografia, Língua Portuguesa e Artes podem ser de grande ajuda para a escolha da lenda a ser apresentada, a análise do contexto geográfico, esclarecimento acerca das características linguísticas que se apresentam na lenda e a composição das alegorias e adereços. Sim, são infinitas as possibilidades.

Quanto às dificuldades, elas se concentram na questão tempo. Todas as atividades relacionadas às etapas de execução do projeto devem ser realizadas fora dos tempos regulares de prática docente. Isso significa que os professores coordenadores e o próprio coordenador geral do projeto devem doar de seu tempo para a implementação das ações propostas. Isso faz com que o número de colaboradores diminua significativamente.

Além disso, há aqueles (as) professores (as) que resistem ao trabalho interdisciplinar. Estão habituados ao trabalho pedagógico isolado, não aceitando, por exemplo, lançar uma nota de uma atividade que ele ou ela não programou. Por isso, é importante a socialização acerca das ações pedagógicas interdisciplinares realizadas dentro da unidade educacional, como as ações propostas dentro dos macrocampos do Programa Ensino Médio Inovador.

O meu primeiro contato com o PROEMI se deu no final de 2011. Como a fase de credenciamento da unidade educacional no PROEMI ocorreu no final daquele ano, com todos os (as) professores (as) de férias, a gestora à época assumiu o papel de articuladora de projetos, fazendo o levantamento diagnóstico e elaborando o Plano de Redesenho Curricular. Essas atividades são exigidas pela plataforma do Programa Dinheiro Direto na Escola Interativo (PDDE Interativo), que é o banco de dados do Ministério da Educação a ser alimentado durante a vigência do Programa Ensino Médio Inovador na unidade escolar. Participei dessa fase diagnóstica já que trabalhava há mais tempo na escola que a gestora. Como o recurso financeiro destinado ao programa só foi depositado na conta da escola no final de 2012, a implementação do PROEMI só se deu em 2013, tendo a mim como articulador de projetos.

² O Prêmio “Construindo a Nação”, realizado pelo Instituto Cidadania Brasil em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI), objetiva valorizar a atuação de professores e professoras em todo o país com a causa da construção da cidadania através de projetos educacionais visando à formação e à qualidade do ensino.

No entanto, antes de apresentar o contexto do PROEMI na unidade educacional tomada para essa pesquisa, é necessário apresentar o contexto macro da política. Dessa forma, o capítulo um desse trabalho apresentará os contextos do PROEMI em seus aspectos macro e micro, situando o (a) professor (a) articulador (a) de projetos dentro da realidade da qual ele (a) faz parte no escopo do programa. O capítulo dois terá caráter investigativo. Utilizar-se-á, como metodologia, o estudo de caso com abordagem qualitativa, estruturado através da análise de documentos, análise e interpretação dos dados coletados, tendo como instrumento de coleta um questionário direcionado à equipe de implementação do PROEMI, a saber, o professor articulador de projetos e sua equipe pedagógica. Dar-se-á, nessa fase investigativa, destaque ao papel da interdisciplinaridade no trabalho desempenhado pelo (a) professor (a) articulador (a) de projetos e sua equipe pedagógica, apresentando os resultados de pesquisa bibliográfica acerca da interdisciplinaridade preconizada por teóricos que tratam desse assunto, pelos documentos orientadores do PROEMI e pelos documentos produzidos pela unidade educacional pesquisada. Por fim, no capítulo três, propor-se-á um Plano de Ação Educacional que pode ser de ajuda para o (a) professor (a) articulador (a) de projetos e os demais profissionais interessados em promover uma prática pedagógica interdisciplinar dentro dos moldes do PROEMI.

1 O CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO QUE ANTECEDE O PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR

O presente capítulo tem por objetivo situar o PROEMI dentro da realidade brasileira, em seus aspectos históricos e legais nos âmbitos macro e micro. É importante primeiro traçar um panorama do contexto histórico da educação brasileira, que levou à necessidade de políticas públicas de redesenho do currículo. Serão considerados os documentos legais que refletem as mudanças pelas quais a educação brasileira precisa passar para atingir seus objetivos. A Constituição Federal será apontada como indutora de transformações significativas para o ensino público brasileiro.

Em seguida, outros documentos, como a Emenda Constitucional de nº 59, de 11 de novembro de 2009, o Plano Nacional de Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Constituição do Estado do Amazonas serão citados para enfatizar a necessidade de se implementar políticas e ações pedagógicas que visem quebrar a dicotomia entre ensino propedêutico e profissional, que é marca histórica do ensino médio brasileiro.

O capítulo um também apresentará uma reflexão acerca de como o texto da Base Nacional Comum Curricular enxerga o trabalho pedagógico interdisciplinar. O documento faz referência ao trabalho pedagógico integrado a ser promovido durante toda a Educação Básica. Reconhecer a distinção entre interdisciplinaridade e integração curricular é fundamental para a proposição de um redesenho curricular do ensino médio. Além disso, serão consideradas as noções de interdisciplinaridade e contextualização com base nos documentos orientadores do PROEMI.

Por fim, haverá o detalhamento do processo de implementação do PROEMI na unidade educacional selecionada para esse trabalho de pesquisa. O detalhamento começará pela fase diagnóstica do PROEMI, permitindo uma visão geral acerca de cada macrocampo em que a escola se inscreveu.

1.1 A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E O FOMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, deixa claro que a educação visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No inciso VII desse mesmo artigo, propõe-se a garantia de um padrão de qualidade para a educação brasileira. Esses princípios legais explicitam a necessidade de ações que direcionem o ensino médio a objetivos definidos.

O Art. 214 da Constituição Federal garante o estabelecimento do Plano Nacional de Educação, de duração decenal, visando à articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração entre os entes federados.

A Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009c), reafirma a obrigatoriedade do ensino dos quatro aos dezessete anos de idade e estabelece um prazo (até 2016) para que crianças e adolescentes nessa faixa etária tenham acesso ao ensino público, com a ampliação significativa do número de matrículas, inclusive para aqueles que não tiveram seu direito assegurado na idade própria. Essa disposição legal vai ao encontro da Meta três do novo Plano Nacional de Educação, de 25 de junho de 2014, que propõe a universalização do Ensino Médio até 2020, com taxa líquida de 85% dos jovens entre quinze e dezessete anos matriculados no ensino médio. Esses aspectos legais impõem a necessidade de uma atenção especial ao ensino médio, a fim de que se cumpram as metas estipuladas nos documentos legais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9394/96) situa o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica e o define como a conclusão de um período de escolarização de caráter geral (Art. 22). Isso se coaduna com o que se dispõe na Constituição Federal ao estabelecer como finalidade da educação o desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (Art. 205).

As Bases Legais dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) (BRASIL, 2000), em sua parte introdutória, revelam que o ensino médio brasileiro está em mudança, em consonância com as mudanças tecnológicas, econômicas, de serviços e de conhecimentos pelas quais passam a sociedade de hoje. Cabe à escola favorecer a integração do educando a esse mundo de transformações, fazendo das dimensões da cidadania e do trabalho os alicerces de sua prática pedagógica.

Sobre o ontem e o hoje do ensino médio brasileiro, as Bases Legais dos PCNEM (BRASIL, 2000) dizem:

Partindo de princípios definidos na LDB, o Ministério da Educação, num trabalho conjunto com educadores de todo o País, chegou a um novo perfil para o currículo, apoiado em competências básicas para a inserção de nossos jovens na vida adulta. Tínhamos um ensino descontextualizado, compartimentalizado e baseado no acúmulo de informações. Ao contrário disso, buscamos dar significado ao conhecimento escolar, mediante a contextualização; evitar a compartimentalização, mediante a interdisciplinaridade; e incentivar o raciocínio e a capacidade de aprender (BRASIL, 2000, p. 4).

Segundo os PCNEM, a contextualização e a interdisciplinaridade são os elementos fundamentais para um ensino médio significativo. A contextualização deve permitir que a prática pedagógica parta da realidade dos (as) alunos (as), fazendo-lhes sentido. A interdisciplinaridade deve ocasionar um ensino onde as barreiras entre os componentes curriculares sejam as mínimas possíveis.

No capítulo intitulado “O novo Ensino Médio”, das Bases Legais dos PCNEM (BRASIL, 2000, p. 4), enfatiza-se que o fator econômico e a revolução tecnológica que se abatem sobre os membros da sociedade de hoje exigem destes a devida preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às diferentes áreas de atuação dos modos produtivos. Os PCNEM propõem para o ensino médio uma formação de caráter geral, que promova a capacidade de pesquisar, de analisar as informações e de criar e formular o novo a partir de uma cognição bem treinada.

Sobre a interdisciplinaridade como prática pedagógica para o ensino médio, as Bases Legais dos PCNEM (BRASIL, 2000) afirmam:

A interdisciplinaridade deve ir além da mera justaposição de disciplinas e, ao mesmo tempo, evitar a diluição delas em generalidades. De fato, será principalmente na possibilidade de relacionar as disciplinas em atividades ou projetos de estudo, pesquisa e ação, que a interdisciplinaridade poderá ser uma prática pedagógica e didática adequada aos objetivos do Ensino Médio (BRASIL, 2000, p. 75).

Os PCNEM defendem o trabalho interdisciplinar na forma de projetos educacionais. Esses projetos devem ser interdisciplinares no sentido de promover um diálogo entre os conhecimentos na forma de questionamentos, confirmações, complementações, negações, ampliações, iluminações de aspectos não diferenciados. O texto legal reconhece que existem componentes curriculares que se distanciam por várias razões, como na sua própria dinâmica procedimental. No entanto, o ensino interdisciplinar pode promover práticas pedagógicas heterodoxas, que talvez possam dar conta de temas complexos. É em vista disso que os profissionais da educação devem estar formados para trabalhar de forma interdisciplinar, a fim de dar conta dos temas de interesse dos seus (suas) alunos (as).

Ainda sobre a interdisciplinaridade, as Bases Legais dos PCNEM (BRASIL, 2000) enfatizam

[...] que a interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários (BRASIL, 2000, p. 76).

Observa-se que a interdisciplinaridade é encarada pelos PCNEM como parte da cultura da escola. Deve nascer naturalmente a partir da necessidade sentida pela própria escola. Os atores sociais envolvidos, através da interação promovida pelo trabalho interdisciplinar por eles vivenciado, devem ser capazes de explicar, compreender, intervir, mudar, prever algo que desafia seu dia a dia pedagógico.

No que se refere à contextualização, as Bases Legais dos PCNEM (BRASIL, 2000) dizem:

Contextualizar o conteúdo que se quer aprendido significa, em primeiro lugar, assumir que todo conhecimento envolve uma relação entre sujeito e objeto. Na escola fundamental ou média, o conhecimento é quase sempre reproduzido das situações originais nas quais acontece sua produção. Por esta razão, quase sempre o conhecimento escolar se vale de uma transposição didática, na qual a linguagem joga papel decisivo (BRASIL, 2000, p. 78).

A contextualização, segundo os PCNEM, pode ser um recurso para dar ao aluno o lugar de sujeito dentro do processo de ensino e aprendizagem. Isso porque, ao se oferecer um ensino contextualizado, pode-se levar o aluno e a aluna a estabelecerem relações significativas entre eles (as) e o objeto do conhecimento. O desenvolvimento de múltiplas capacidades pode ser promovido através da articulação bem-sucedida entre a teoria e a prática. Eis a importância da contextualização pedagógica.

Recorrendo-se a um documento mais recente para tratar da necessidade de se promover mudanças significativas no ensino médio, pode-se citar a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2016b), que se compromete:

com a criação de alternativas que superem a fragmentação dos conhecimentos e tornem o trato com o saber um desafio interessante e envolvente para os/as estudantes. Na BNCC, esse compromisso é assumido pela via da maior ênfase nas articulações entre as áreas de conhecimento e na organização dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento em Unidades Curriculares. Tal organização visa a subsidiar os sistemas de ensino e escolas a construírem combinações entre Unidades Curriculares que contemplem seus projetos e estabeleçam interfaces entre a base comum dos currículos e a parte diversificada, inclusive a Educação Técnico Profissionalizante. Por esta razão, embora haja, em alguns casos, relações de precedência entre Unidades de Conhecimento de um mesmo componente curricular, elas podem ser organizadas em diversos arranjos temporais (BRASIL, 2016b, p. 487).

É verdade que a ideia sobre como a articulação entre as chamadas Unidades Curriculares, os projetos escolares, a base comum dos currículos, a parte diversificada e a parte técnico-profissionalizante fica bastante vaga. O uso dos termos articulação, integração e temas integradores obscurece a ideia de interdisciplinaridade valorizada no PROEMI. Isso porque

parece que o texto (BRASIL, 2016b) dá mais valor a facetas da interdisciplinaridade do que à própria prática interdisciplinar.

Para a Base Nacional Comum Curricular, a integração entre as áreas do conhecimento e os eixos temáticos é uma preocupação expressa e compartilhada em todas as etapas da Educação Básica. Isso porque é necessário possibilitar ao (à) estudante fazer correlações e sínteses que lhe permitam dar sentido ao conhecimento construído. Desse modo, os currículos elaborados a partir da Base Nacional Comum Curricular devem propor progressões e integrações capazes de promover esse modelo de formação integral.

Surge nesse ponto uma dificuldade de nomenclatura que pode comprometer o trabalho pedagógico interdisciplinar. Ao usar o termo “integração” em vez de “interdisciplinaridade”, o texto da Base Nacional Curricular Comum privilegia apenas um procedimento interdisciplinar e não a própria prática interdisciplinar. Segundo Fazenda (2011), “a integração refere-se a um aspecto formal da interdisciplinaridade, ou seja, à questão de organização de disciplinas num programa de estudos” (FAZENDA, 2011, p. 11). Integrar é pôr os conteúdos lado a lado estabelecendo um objetivo comum, mas isso não garante que a ação pedagógica venha a ser de fato interdisciplinar.

Um exemplo disso é a escolha de um tema integrador, como Educação Ambiental, para um bimestre escolar. Os componentes curriculares estarão lado a lado em relação ao tema gerador. No entanto, sem o devido entrosamento, cada componente pode vir a trabalhar de forma isolada esse tema. Isso significa que cada componente pode atingir objetivos específicos, resultando em uma formação fragmentada e não integral. A oportunidade de um trabalho efetivamente interdisciplinar se perde.

Dessa forma, o uso do termo “integração” no texto da BNCC limita o trabalho pedagógico à simples articulação das disciplinas em relação aos chamados temas integradores (Economia, educação financeira e sustentabilidade; Culturas indígenas e africanas; Culturas digitais e computação; Direitos humanos e cidadania e Educação ambiental). Para Fazenda (2011), o trabalho pedagógico exige mais que isso. Exige “uma atitude de abertura, não preconceituosa, em que todo o conhecimento é igualmente importante. Pressupõe o anonimato, pois o conhecimento pessoal anula-se diante do saber universal” (FAZENDA, 2011, p. 11).

Para Fazenda (2011), é o trabalho interdisciplinar que pode derrubar as barreiras estanques que se estabelecem entre os conteúdos disciplinares e entre estes e o eixos temáticos elencados nos PCN’s e em outros documentos educacionais oficiais. Isso porque o trabalho

interdisciplinar exige sensibilidade na arte de entender e esperar, que leva ao desenvolvimento da perícia em criar e em imaginar.

Nesse sentido, Fazenda (2011) define “integração” como “condição de efetivação da interdisciplinaridade. Pressupõe uma integração de conhecimentos visando novos questionamentos, novas buscas, enfim, a transformação da própria realidade” (FAZENDA, 2011, p. 12).

Fica evidente que, para uma formação efetivamente integral, a integração dos conhecimentos dentro do currículo escolar deve estar associada a outras condições de efetivação da interdisciplinaridade. Nessa linha de raciocínio, recorreremos a Morgado (2013), que defende a ideia de que uma Base Nacional Curricular Comum não é suficiente para resolver os problemas maiúsculos da educação brasileira. Segundo o autor:

[...] é necessário adotar um novo conceito de currículo, entendido em simultâneo como projeto social e como processo deliberativo, o que requer flexibilização, articulação e uma efetiva autonomia curricular dos agentes que o concretizam, por oposição ao conceito de currículo que tem prevalecido em muitos sistemas de ensino, um currículo espartilhado, que sobrevaloriza os conhecimentos inscritos em áreas disciplinares, negligenciando uma série de outros conhecimentos e saberes transversais também importantes para o desenvolvimento integral de cada indivíduo (MORGADO, 2013, p. 444).

A palavra “projeto” utilizada por Morgado (2013) pressupõe um processo. Um processo não se restringe a um documento com determinações limitadoras. A educação deve atender às especificidades dos educandos. Morgado (2013) chama a atenção para necessidade de políticas educativas e curriculares que concedam aos agentes educacionais locais efetivas oportunidades de participação e de decisão que envolvam o currículo escolar e seu constante redesenho.

Só assim a escola pode se tornar um lugar aprazível para seu público alvo. Sentindo-se atraídos ao espaço escolar, os jovens valorizarão aquilo que é feito nesse espaço. Portanto, eles se tornarão sujeitos agentes no processo ensino e aprendizado, o que é vital para a concretização dos objetivos educacionais estabelecidos nos documentos oficiais.

Saindo de um contexto nacional, recorreremos agora à legislação estadual. O Art. 203 da Constituição do Estado do Amazonas (AMAZONAS, 2011), ao tratar do Plano Estadual de Educação, deixa expresso que esse plano, de duração plurianual, visará à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, à integração das ações do Poder Público e à adaptação ao plano nacional. Os objetivos dessa articulação são: erradicar o analfabetismo, universalizar o atendimento escolar, melhorar a qualidade do ensino, preparar o educando para o trabalho e promover uma pedagogia humanística, científica e tecnológica.

Há também correlação entre o que dispõe a legislação estadual com a Portaria nº 971, de 09 de outubro de 2009 (BRASIL, 2009a), que instituiu o PROEMI. Segundo esta, o objetivo central desse programa educacional é “apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio não profissional” (Art. 1º). Dessa forma, o artigo 203 (AMAZONAS, 2011) está bem relacionado aos objetivos do PROEMI, principalmente ao objetivo que tem a ver com o redesenho do ensino médio visando a um currículo inovador e atento à realidade dos (as) alunos (as).

O Parágrafo Único da Portaria nº 971 (BRASIL, 2009a), apresenta os seguintes objetivos para o PROEMI:

- I - expandir o atendimento e melhorar a qualidade do ensino médio;
- II - desenvolver e reestruturar o ensino médio não profissionalizante, de forma a combinar formação geral, científica, tecnológica, cultural e conhecimentos técnicos- experimentais;
- III - promover e estimular a inovação curricular no ensino médio;
- IV - incentivar o retorno de adolescentes e jovens ao sistema escolar e proporcionar a elevação da escolaridade;
- V - fomentar o diálogo entre a escola e os sujeitos adolescentes e jovens;
- VI - promover uma escola média onde os saberes e conhecimentos tenham significado para os estudantes e desenvolvem sua autonomia intelectual;
- VII - desenvolver a autonomia do estudante por meio do oferecimento de uma aprendizagem significativa.
- VIII - criar uma rede nacional de escolas de ensino médio públicas e privadas que possibilite o intercâmbio de projetos pedagógicas inovadores.
- IX - promover o intercâmbio dos Colégios de Aplicação das IFES, dos Institutos Federais e do Colégio Pedro II com as redes públicas estaduais de ensino médio.
- X - incentivar a articulação, por meio de parcerias, do Sistemas com as redes públicas de ensino médio estaduais. (BRASIL, 2009a, p. 52)

O documento da Portaria nº 971 de 2009 não faz menção direta ao trabalho interdisciplinar. No entanto, o texto expressa que a promoção da qualidade do ensino médio envolve “combinar formação geral, científica, tecnológica, cultural e conhecimentos técnico-experimentais”. A palavra “combinar” sugere “integrar”, que é umas das facetas do trabalho interdisciplinar. Por isso, por mais que não haja referência direta à interdisciplinaridade, o texto a contempla como inferência. Isso se torna um problema no sentido em que obscurece o real papel do (a) professor (a) articulador (a) de projetos dentro do escopo do PROEMI, uma vez que o documento oficial que institui o programa, além de não mencionar esse novo ator, não faz referência direta à prática pedagógica que deve nortear a implementação desse programa educacional.

Apesar de a Portaria nº 971, de 09 de outubro de 2009 (BRASIL, 2009a), não mencionar de forma direta o termo “interdisciplinaridade”, todos os documentos orientadores, desde o

primeiro de 2009 (BRASIL, 2009b), contemplam-no. Isso pode ser observado neste trecho retirado da Introdução do Documento Orientador de 2009:

Essa perspectiva de organização curricular pressupõe a possibilidade de articulação interdisciplinar voltada para o desenvolvimento de conhecimentos - saberes, competências, valores e práticas. Considera, ainda, que o avanço da qualidade na educação brasileira depende fundamentalmente do compromisso político e da competência técnica dos professores, do respeito às diversidades dos estudantes jovens e da garantia da autonomia responsável dos Sistemas de Ensino e das instituições escolares na formulação de seu projeto político pedagógico, e de uma proposta consistente de organização curricular (BRASIL, 2009b, p. 7).

A prática interdisciplinar apontada aqui requer muito mais que orientações documentais. Exige que o profissional docente, o que inclui o (a) professor (a) articulador (a) de projetos e sua equipe pedagógica, tenha o que Fazenda (2011) chama de sensibilidade na arte de entender e esperar, que leva ao desenvolvimento da perícia em criar e em imaginar.

Com relação a criar e a imaginar, características básicas de um projeto pedagógico, a Portaria nº 971, no Artigo 3º, faz referência a um “plano de trabalho”, como se observa nas palavras abaixo:

Art. 3º O Programa Ensino Médio Inovador prestará apoio técnico e financeiro a ações de desenvolvimento e estruturação do ensino médio mediante análise, seleção e aprovação de propostas, na forma de **plano de trabalho**, e posterior celebração de convênio, execução direta ou descentralização de recursos, na forma da legislação aplicável (BRASIL, 2009a, p.2).

De acordo com a Plataforma do PDDE Interativo, os “planos de trabalho” a que se refere o Artigo 3º da Portaria de nº 971 correspondem aos macrocampos do PROEMI. Os macrocampos, por sua vez, correspondem a eixos em torno dos quais devem girar os planos de trabalho pedagógico. Segundo o Documento Orientador de 2013, esses planos podem assumir caráter multidisciplinar ou interdisciplinar, articulando conteúdos de diferentes componentes curriculares de uma ou mais áreas do conhecimento (BRASIL, 2013, p, 11).

Portanto, as disposições legais sobre o ensino médio, tanto no âmbito federal quanto estadual, são claras quanto à importância da educação geral como meio de preparar o indivíduo para o trabalho e capacitá-lo à inserção social cidadã. Mais que isso, a educação oferecida no ensino médio deve estimular um senso crítico no indivíduo, fazendo-o sujeito ativo nas decisões tomadas por seu grupo social imediato e relacional. Deve-se ampliar e fortalecer políticas educacionais que garantam ao ensino médio uma melhoria contínua em seus padrões de qualidade. Além disso, deve-se oferecer aos atores principais do processo ensino-aprendizagem os recursos necessários para o atendimento adequado às necessidades da população atendida

por esse ensino. Só assim será possível consolidar a função social dessa etapa da Educação Básica.

Em vista dessa realidade, o Governo Federal instituiu o PROEMI, visando ao redesenho do currículo do ensino médio, ampliando o tempo dos (as) alunos (as) na escola. Com o aumento da carga horária e com a otimização desse tempo, a efetivação de práticas pedagógicas diferenciadas e atrativas poderá resultar no atendimento às necessidades dos jovens, rumo ao exercício pleno e satisfatório da cidadania.

Desde 2009, quatro Documentos Orientadores foram elaborados para auxiliar a implementação do PROEMI nas escolas públicas credenciadas: Documento Orientador de 2009, Documento Orientador de 2011, Documento Orientador de 2013 e Documento Orientador de 2014. O Documento Orientador de 2011 (BRASIL, 2011) e o de 2013 (BRASIL, 2013) foram tomados em especial para esse estudo. O Documento Orientador de 2011 foi o documento utilizado pela Seduc/AM para o credenciamento desse sistema macro em 2011 no PROEMI. O Documento Orientador de 2013 foi utilizado pela unidade educacional pesquisada, uma vez que a verba federal para a implementação do programa só foi disponibilizada no final de 2012, sendo reprogramada para o ano letivo de 2013.

O Documento Orientador de 2013 (BRASIL, 2013), sobre as atividades pedagógicas realizadas no âmbito do PROEMI, traz as seguintes orientações:

O Projeto de Redesenho Curricular (PRC) deverá apresentar ações que comporão o currículo e estas poderão ser estruturadas em diferentes formatos tais como disciplinas optativas, oficinas, clubes de interesse, seminários integrados, grupos de pesquisas, trabalhos de campo e demais ações interdisciplinares e, para sua concretização, poderão definir aquisição de materiais e tecnologias educativas e incluir formação específica para os profissionais da educação envolvidos na execução das atividades. A escola deverá organizar o conjunto de ações que compõem o PRC a partir dos macrocampos e das áreas de conhecimento, conforme necessidades e interesses da equipe pedagógica, dos professores, da comunidade escolar, mas, sobretudo, dos adolescentes, jovens e adultos, alunos dessa etapa da educação básica (BRASIL, 2013, p. 13).

O Documento Orientador de 2013 (BRASIL, 2013), dessa forma, elege os macrocampos como a base para o trabalho pedagógico desenvolvido no âmbito do PROEMI. Esses macrocampos devem ser trabalhados na forma de projetos escolares com objetivos e procedimentos pedagógicos específicos, de forma a estender o tempo dos (as) alunos (as) na escola, atendendo a meta mínima de três mil horas de efetiva jornada escolar, sendo duas mil e quatrocentas horas obrigatórias já no primeiro momento de implementação e seiscentas horas a serem implementadas de forma gradativa no decorrer do programa. A escola poderá cadastrar-se em até oito macrocampos já pré-definidos, sendo cinco obrigatórios. Esses macrocampos

são: Acompanhamento Pedagógico, Iniciação Científica e Pesquisa, Cultura Corporal, Cultura e Artes, Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital, Participação Estudantil e Leitura e Letramento.

O Documento Orientador de 2013 do PROEMI (BRASIL, 2013), em sua introdução, apresenta os objetivos básicos do programa:

Neste contexto, o Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como estratégia do Governo Federal para induzir o redesenho dos currículos do Ensino Médio, compreendendo que as ações propostas inicialmente vão sendo incorporadas ao currículo, ampliando o tempo na escola e a diversidade de práticas pedagógicas, atendendo às necessidades e expectativas dos estudantes do ensino médio (BRASIL, 2013, p. 9).

Esses objetivos estão de acordo com a Portaria nº 971 (BRASIL, 2009a), que deixa claro o objetivo central do PROEMI, a saber, apoiar e fortalecer propostas curriculares inovadoras para o ensino médio não profissional. No Artigo 2º, afirma-se que a ênfase do redesenho curricular a ser promovido pelo PROEMI está nos projetos pedagógicos que devem promover a educação científica e humanística, valorizando a leitura, a cultura, o estreitamento da relação entre a teoria e a prática, a utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras. Dentro do escopo do PROEMI, conforme o Documento Orientador de 2013 (BRASIL, 2013), projeto pedagógico refere-se a ações pedagógicas planejadas, com caráter multidisciplinar ou interdisciplinar, com atores sociais e objetivos bem definidos.

A noção de interdisciplinaridade como uma nova atitude diante do conhecimento (FAZENDA, 1998) aparece no Documento Orientador de 2013 (BRASIL, 2013) como a articulação de ações planejadas, coletivas ou individuais (um clube de leitura, por exemplo, coordenado pelo professor de Linguagens e suas Tecnologias). Essas ações visam estender o tempo dos alunos na escola, sendo coordenadas por um professor de um componente curricular afim e supervisionado pelo (a) professor (a) articulador (a) de projetos. Sobre o caráter das ações pedagógicas dentro do PROEMI, o Documento Orientador (BRASIL, 2013) declara:

As ações que comporão o currículo escolar poderão ser estruturadas em diferentes formatos tais como disciplinas optativas, oficinas, clubes de interesse, seminários integrados, grupos de pesquisas, trabalhos de campo e demais ações interdisciplinares e, para sua concretização, poderão definir aquisição de materiais e tecnologias educativas e incluir formação específica para os profissionais da educação envolvidos na execução das atividades (BRASIL, 2013, p. 13)

Fica claro que o trabalho interdisciplinar ocupa lugar de destaque dentro do redesenho curricular proposto pelo PROEMI. É através da interdisciplinaridade que o Documento Orientador de 2013 (BRASIL, 2013) propõe atingir a educação integral preconizada nos

documentos legais relacionados à educação. Isso indica que uma pesquisa acerca da postura interdisciplinar adotada pelo professor (a) articulador (a) de projetos se faz necessária.

Sobre o apoio financeiro para subsidiar o redesenho curricular proposto pelo programa, o Artigo 3º da Portaria 971 (BRASIL, 2009a) declara que:

O PROEMI prestará apoio técnico e financeiro a ações de desenvolvimento e reestruturação mediante análise, seleção e aprovação de propostas, na forma de plano de trabalho, e posterior celebração de convênio, execução direta ou descentralização de recursos, na forma da legislação aplicável (BRASIL, 2009a).

A Resolução/CD/FNDE Nº 63, de 16 de novembro de 2011, Artigo 6º, determina que:

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) irá operacionalizar os repasses financeiros às escolas com parcerias da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), dos Governos Estaduais e do Distrito Federal (Entidades Executoras/EEEx) (BRASIL, 2011a).

Essa breve análise dos aspectos legais relacionados ao Programa Ensino Médio Inovador revela uma inquietude em relação a como essa modalidade educacional vem sendo desenvolvida nas escolas públicas do Brasil. É importante que novas estratégias e procedimentos pedagógicos sejam testados e implementados. Por isso, a proposição e execução de políticas educacionais inovadoras, como o PROEMI, merecem consideração e um estudo aprofundado.

1.2 O PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR NO SISTEMA EDUCACIONAL DO AMAZONAS

A Entidade Executora (EEX), conforme Documento Orientador de 2011, do Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI) no estado do Amazonas é a Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (Seduc/AM). Esse sistema macro de ensino tem atualmente sete coordenadorias distritais na cidade de Manaus, com um total de 227 escolas. No interior do estado, a Seduc/AM conta com 359 escolas. A escola estadual foco deste estudo pertence à Coordenadoria Distrital Quatro (CD 4), localizada na zona Oeste da capital do Amazonas. A CD 4 possui trinta e quatro (34) escolas sob sua responsabilidade, sendo que quatorze (14) dessas escolas são de ensino médio e vinte (20) são de ensino fundamental. Não há escola de ensino profissionalizante subordinada a esse distrito educacional. Em 2011, duas escolas dentre essas trinta e quatro foram selecionadas por indicação da CD 4 para participarem do PROEMI.

Os primeiros passos rumo à implantação do PROEMI no estado do Amazonas começaram com a escolha de quarenta e três professores (as) da Seduc/AM para participarem

de uma formação no estado do Rio de Janeiro, com o tema “Interdisciplinaridade no Ensino Médio”, nos dias vinte e três a trinta de janeiro de 2010. Esses (as) professores (as) foram escolhidos (as) pelo (a) coordenador (a) de cada distrito educacional, que indicou pessoas de seu grupo de trabalho. Portanto, somente membros das coordenadorias distritais da Seduc/AM participaram do evento.

Após essa formação inicial, a Seduc/AM aderiu ao PROEMI em 2011. Instituiu-se para isso um Comitê Gestor do Programa, formado pelo Coordenador do Ensino Médio, dois (02) Membros da Equipe Técnico-Pedagógico da Coordenação de Ensino Médio e um (01) Membro da Área Financeira, todos da EEX (Seduc/AM).

A parceria entre Seduc/AM e Ministério da Educação visou a um redesenho curricular capaz de promover a qualidade da educação oferecida pelo ensino médio regular, fazendo com que essa modalidade de ensino pudesse se tornar mais atrativa para seu público alvo, a saber, os jovens de quinze aos dezessete anos. Os objetivos dessa parceria estão em conformidade com o Artigo 2º da Portaria de nº 971, que instituiu o PROEMI:

O Programa visa apoiar as Secretarias de Educação e do Distrito Federal no desenvolvimento de ações de melhoria da qualidade do ensino médio não profissionalizante, com ênfase nos projetos pedagógicos que promovam a educação científica, a humanística, a valorização da leitura, da cultura, o aprimoramento da relação entre a teoria e a prática, da utilização de novas metodologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras (BRASIL, 2009a, p. 1).

No ensino médio, conforme a Portaria nº 971, deve ser promovido o trabalho com projetos pedagógicos. Tais projetos devem favorecer a formação geral, através da combinação entre a teoria e a prática. A escola secundarista deve promover saberes e conhecimentos que tenham real valor para seus educandos, desenvolvendo sua autonomia intelectual. Dessa forma, dentro do modelo de trabalho pedagógico implementado do PROEMI, o currículo do ensino médio deve ser interdisciplinar e contextualizado, visando à formação integral do indivíduo, conforme declara o Documento Orientador de 2013:

As ações dentro de cada macrocampo deverão visar à interação direta com o estudante, podendo também incluir ações de formação dos professores, de gestão escolar e adequação dos ambientes escolares. É essencial que as ações elaboradas para cada macrocampo sejam pensadas a partir das áreas de conhecimento, contemplando as orientações das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio – DCNEM, e **envolvendo temáticas diversas por meio do diálogo entre os conteúdos dos diferentes componentes curriculares de uma ou mais áreas do conhecimento** (BRASIL, 2013, p, 14, grifo nosso).

O grifo no texto revela o papel da contextualização no processo de implementação das ações do PROEMI. Essas ações devem ser o resultado do diálogo que uma disciplina pode ter

com uma temática transversal, ou do diálogo de mais de uma disciplina com uma temática transversal. A contextualização consiste na proposição de ações que aproximem a temática transversal à realidade dos alunos. A relação entre interdisciplinaridade e contextualização pode significar o redesenho curricular proposto pelo Programa Ensino Médio Inovador.

Por isso, a contextualização a que se refere o Documento Orientador do PROEMI (BRASIL, 2013) diz respeito à articulação da teoria à prática, vinculando o trabalho intelectual com atividades práticas experimentais. Em vista disso, os documentos fazem referência direta à utilização de mídias e tecnologias educacionais, como processos de dinamização dos ambientes educacionais, resultando em alunos (as) capazes de assumir seu papel no processo ensino e aprendizagem, através do redesenho curricular ocasionado pelas ações do PROEMI.

Portanto, é importante que as escolas de ensino médio se ajustem às necessidades impostas ao ensino médio. Devem se estruturar em torno do avanço do conhecimento científico e tecnológico, fazendo da cultura um componente da formação geral, articulada com o trabalho científico, promovendo a contextualização. Sobre a importância de se contextualizar na prática educativa, Paulo Freire diz:

O essencial como digo mais adiante no corpo desta Pedagogia da esperança, é que ela, enquanto necessidade ontológica, precisa se ancorar na prática. Enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã (FREIRE, 1992, p. 5).

Assim, a pedagogia, enquanto prática educativa, precisa estar ancorada no cotidiano, na experiência. O professor ou professora, segundo Freire (1992) é, antes de mais nada, um (uma) propositor (a) de possibilidades. Não se pode propor possibilidades sem antes haver uma realidade ou contexto relacionado às possibilidades propostas. Isso se refere ao “aqui” e “lá”, relacionado por Freire:

É preciso que o (a) educador (a) saiba que o seu "aqui" e o seu "agora" são quase sempre o "lá" do educando. Mesmo que o sonho do (a) educador (a) seja não somente tornar o seu "aqui-agora", o seu saber, acessível ao educando, mas ir mais além de seu "aqui-agora" com ele ou compreender, feliz, que o educando ultrapasse o seu "aqui", para que este sonho se realize tem que partir do "aqui" do educando e não do seu. No mínimo, tem de levar em consideração a existência do "aqui" do educando e respeitá-lo. No fundo, ninguém chega lá, partindo de lá, mas de um certo aqui. Isto significa, em última análise, que não é possível ao (à) educador (a) desconhecer, subestimar ou negar os "saberes de experiência feitos" com que os educandos chegam à escola (FREIRE, 1992, p. 31).

A contextualização permitirá ao (à) professor (a) atingir o “aqui” do educando, fazendo-o chegar ao “aqui” do (a) educador (a). Essas duas realidades são distintas, mas não antagônicas.

O devido respeito a elas fará com que os atores envolvidos possam interagir para o sucesso do processo ensino e aprendizagem.

Para que o redesenho curricular a que se referem os documentos orientadores do PROEMI promova a contextualização esperada, tal redesenho deve ser acompanhado do devido aumento da carga horária escolar. Esse aumento de carga horária (oitocentas para três mil horas) tem como foco ações elaboradas a partir das áreas de conhecimento, que são recortes macros do currículo do ensino médio. A Resolução N° 2, de 30 de janeiro de 2012 (BRASIL, 2012a), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Artigo 8º, declara que “o currículo do ensino médio é organizado em áreas do conhecimento, a saber, Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas”.

O parágrafo 1º, do Artigo 8º da Resolução N° 2 (BRASIL, 2012a), declara adicionalmente:

O currículo deve contemplar as quatro áreas do conhecimento, com tratamento metodológico que evidencie a contextualização e a interdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos (BRASIL, 2012a, p. 3).

É evidente que as ações pedagógicas, de acordo com a Resolução N° 2, de 30 de janeiro de 2012 (Brasil, 2012a), devem articular os conhecimentos curriculares à vida dos alunos (as), seus contextos e suas realidades, a fim de atender às suas expectativas e necessidades, levando em consideração as especificidades de cada localidade, como as questões relativas ao trabalho e ao grupo social a que os jovens pertencem.

Por isso, dentro da proposta de redesenho curricular proposto pelo PROEMI e executada em 2013 na unidade educacional desse caso de gestão, promoveram-se atividades teórico-práticas para fundamentar os processos de iniciação científica e de pesquisa, utilizando os laboratórios das ciências da natureza e de outros espaços da escola, a fim de potencializar aprendizagens significativas nas diferentes áreas do conhecimento.

As atividades dentro do Plano de Redesenho Curricular do PROEMI implementado em 2013 pela unidade educacional pesquisada foram preferencialmente no contra turno do (a) aluno (a), sendo que a escola credenciada no programa teve relativa autonomia³ para estabelecer um horário de acordo com as possibilidades dos (as) alunos (as) de cada ação. Essas ações apresentaram caráter cultural, esportivo e preparatório para o mercado de trabalho. Para cada

³ A expressão “relativa autonomia” refere-se à capacidade limitada de decisão da unidade educacional em estabelecer os horários para as atividades pedagógicas alistadas no Plano de Redesenho Curricular. Os horários poderiam ser estabelecidos, mas não isso não podia afetar a carga horária que os docentes já cumpriam.

ação, houve financiamento do Ministério da Educação, visando à reestruturação pedagógica e a organização curricular das escolas públicas de Ensino Médio.

Em 2011, o Comitê Gestor do PROEMI da Seduc/AM selecionou, por indicação dos coordenadores distritais, 41 escolas para participarem do PROEMI. Quatorze escolas na capital e 27 no interior. Em Manaus, no ano de 2012, havia 17.959 alunos (as) matriculados (as) nas quatorze escolas urbanas selecionadas. No interior, havia um total de 18.856 alunos (as) matriculados (as) nas 27 escolas que aderiram ao PROEMI. Um total de R\$ 1.190.000,00 (um milhão, cento e noventa mil reais), proveniente do FNDE, foi repassado para essas escolas para a implementação das ações do PROEMI (BRASIL, 2012b).

Em 2013, o número de escolas atendidas pelo PROEMI permaneceu inalterado em relação ao ano de 2012. Já no ano letivo de 2014, esse número atingiu o patamar de 87 escolas no estado do Amazonas. Em 2015, não houve adesão de nenhuma escola do Amazonas ao PROEMI, segundo o site da Seduc/AM, sem nenhuma razão apresentada.

O repasse da verba destinada à implementação do PROEMI às escolas ocorreu através de convênio celebrado entre as unidades educacionais e o FNDE, mediado pelos sistemas estaduais de educação. Os gestores foram informados da indicação de suas escolas para adesão ao PROEMI e passaram a cumprir a fase diagnóstica do programa. Quando o dinheiro foi liberado, ele foi depositado na conta da APMC da escola.

Para efeito de acompanhamento e avaliação das ações de redesenho curricular do PROEMI, a Secretaria de Educação Básica/MEC, em parceria com as Secretarias de Estado de Educação, utiliza um ambiente virtual, nesse caso o PDDE Interativo, onde cada escola incluída no programa registra os dados relativos ao desenvolvimento do projeto, identificando e mantendo esses dados atualizados.

Na plataforma do PDDE Interativo, a unidade escolar deve apresentar a seu Plano de Redesenho Curricular, contemplando a distribuição e organização dos componentes curriculares, as atividades optativas e os projetos complementares; os indicadores de desempenho escolar, com registros periódicos sobre a matrícula, abandono, evasão, reprovação e aprovação. Além disso, a unidade educacional credenciada no PROEMI deve contemplar dentro de seu Plano de Redesenho Curricular as ações a serem desenvolvidas pela escola, isso inclui o detalhamento das estratégias de operacionalização, os registros sobre o andamento/execução da ação e demais ações complementares relevantes ao acompanhamento dos projetos escolares.

1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR NA UNIDADE ESCOLAR INVESTIGADA E O PROFESSOR ARTICULADOR DE PROJETOS

A escola estadual escolhida para este trabalho foi selecionada, no final do ano letivo de 2011, pela Coordenadoria Distrital 4, núcleo administrativo regional da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (Seduc/AM), para participar do PROEMI. A partir dessa escolha, foi concedido pelo Comitê Gestor do Programa (nível Seduc/AM) um prazo de quinze dias para que a equipe pedagógica da unidade educacional elaborasse um plano de redesenho curricular que apresentasse um conjunto de propostas pedagógicas na forma de projetos escolares para a efetivação do credenciamento junto ao PROEMI.

A unidade educacional tomada para esse estudo foi criada através da Lei Nº 655, de 25 de outubro de 1967. Funciona nos três turnos, oferecendo as três séries do ensino médio, tendo dezessete salas de aula. Situa-se em um bairro próximo ao Centro de Manaus, a capital do Amazonas. Atende mais de dois mil alunos, no total, oriundos de vários outros bairros e de diferentes níveis socioeconômicos.

A referida escola pertence à Coordenadoria Distrital de Educação 04, da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (Seduc/AM). Ao todo, no ano de 2013, setenta e sete (77) professores atuavam na unidade de ensino, nos três turnos. Convém mencionar que alguns desses professores tinham, no respectivo ano, dupla jornada de trabalho, sendo que o próprio professor articulador de projetos tinha lotação de 60 horas e acumulava o cargo de presidente da Associação de Pais, Mestres e Comunitários (APMC).

Todos professores da unidade educacional têm graduação e atuam na sua respectiva área de formação. Em torno de cinco professores têm mestrado em áreas afins ao seu componente curricular.

No ano tomado para esse estudo, não havia nenhum apoio pedagógico (professor ou professora fora de sala de aula atuando como coordenador pedagógico) em nenhum dos três turnos da escola. Um só pedagogo trabalhava em dois turnos, sendo que o turno matutino não era atendido por nenhum profissional formado em pedagogia. Uma vez que a unidade educacional possui dezessete salas de aula, a falta de apoio especializado para o atendimento pedagógico pode inviabilizar a implementação de qualquer política educacional.

Ao todo, 2.069 alunos estudaram na unidade escolar no ano de 2013. Desses, 825 eram do primeiro ano, 682 eram do segundo e 562 eram do terceiro ano do ensino médio.

O bairro em que a escola se situa tem forte apelo cultural. Seus moradores são muito presentes no dia a dia da instituição. Moradores (as) e alunos (as) apreciam participar das atividades extraclasse que compõem o calendário escolar. Dessa forma, o trabalho com culminâncias temáticas tem gerado bons resultados.

A proposta curricular da unidade educacional pesquisada centraliza-se na prática da interdisciplinaridade, como se observa no seguinte item do Projeto Político e Pedagógico (AMAZONAS, 2012):

Os conteúdos curriculares serão trabalhados de forma interdisciplinar através da pedagogia de projetos, enfocando os temas transversais propostos pelos PCNs e a Lei de Diretrizes e bases. A avaliação da aprendizagem será feita de forma contínua, observando-se o desenvolvimento integral do educando. Durante os quatro bimestres são elaborados simulados sendo um por bimestre, além do pré-conselho bimestral realizado antes do término de cada bimestre (AMAZONAS, 2012, p 15).

O documento apresenta a possibilidade de trabalho interdisciplinar através da filosofia de projetos. No entanto, não se explicita como essa filosofia pode acontecer. Portanto, não fica claro como os atores institucionais podem proceder a um trabalho pedagógico de caráter interdisciplinar. Por isso, uma investigação acerca da interdisciplinaridade no contexto micro do PROEMI se faz necessária.

A unidade educacional pesquisada nesse caso de gestão fez seu credenciamento no fim do ano letivo de 2011. A gestora da escola à época passou a fazer ela mesma a análise diagnóstica e o redesenho das ações pedagógicas dentro do sistema do Programa Dinheiro Direto na Escola Interativo (PDDE Interativo), que é o banco de dados a ser alimentado no processo de credenciamento no PROEMI. Nessa plataforma interativa, foram registrados os dados da unidade escolar usados para monitoramento e acompanhamento das ações do programa. Esses dados incluíam informações sobre os recursos humanos da escola, a infraestrutura física e patrimonial, os índices educacionais, etc.

A equipe pedagógica de implementação do PROEMI só tomou conhecimento do credenciamento da escola no programa no início do ano letivo de 2012, quando essa fase já estava superada. Isso é relevante, uma vez que o Documento Orientador do PROEMI de 2013 (BRASIL, 2013), em seu item 5.3, faz referência direta a uma Equipe Pedagógica e a um Professor (a) Articulador (a), como atores principais do processo de implementação desse programa:

A equipe pedagógica da escola deverá participar de todo o processo de redesenho do currículo, tendo como coordenador dos trabalhos o professor articulador das ações, que deverá ser escolhido pelo conjunto de professores e

coordenadores da escola. O professor articulador deverá estar lotado na unidade escolar, com 40 horas semanais e dedicação exclusiva às ações do programa, pertencer ao quadro permanente, possuir formação e perfil para exercer as seguintes atribuições próprias do cargo (BRASIL, 2013, p. 27).

Esses atores, em 2013, ficaram responsáveis por coordenar todos os oito macrocampos elencados na plataforma do PDDE Interativo, sendo três obrigatórios (Acompanhamento Pedagógico, Iniciação Científica e Leitura e Letramento) e cinco optativos (Línguas Estrangeiras; Cultura Corporal; Produção e Fruição das Artes; Comunicação, Cultura Digital e uso de Mídias; e Participação Estudantil), de acordo com o Documento Orientador de 2013.

Macrocampo, conforme o Documento Orientador do PROEMI de 2013:

Compreende um campo de ação pedagógico-curricular no qual se desenvolvem atividades interativas, integradas e integradoras dos conhecimentos e saberes, dos tempos, dos espaços e dos sujeitos envolvidos com a ação educacional. Os macrocampos se constituem, assim, como um eixo a partir do qual se possibilita a integração curricular com vistas ao enfrentamento e à superação da fragmentação e hierarquização dos saberes. Permite, portanto, a articulação entre formas disciplinares e não disciplinares de organização do conhecimento e favorece a diversificação de arranjos curriculares (BRASIL, 2013, p. 15).

O Plano de Redesenho Curricular executado no ano letivo de 2013 foi elaborado no final de 2011, uma vez que o recurso destinado à implementação do PROEMI só foi creditado no final de 2012 e remanejado para o exercício de 2013. A gestora da unidade educacional pesquisada, em 2011, elaborou um plano de redesenho curricular que contemplava todos os oito macrocampos do PROEMI: Acompanhamento Pedagógico; Iniciação Científica e Pesquisa; Leitura e Letramento; Cultura Corporal; Cultura e Artes; Cultura Digital; Comunicação e uso de Mídias e Participação Estudantil. Esses macrocampos estavam de acordo com o Documento Orientador de 2011.

Em 2013, fizeram-se ajustes no Plano de Redesenho Curricular, uma vez que houve alteração nas nomenclaturas de alguns macrocampos, que passaram a ser alistados da seguinte maneira pelo Documento Orientador de 2013 (BRASIL, 2013): Acompanhamento Pedagógico; Iniciação Científica e Pesquisa; Leitura e Letramento; Cultura Corporal; Produção e Fruição das Artes; Comunicação, Cultura Digital e uso de Mídias; Línguas Estrangeiras e Participação Estudantil. Para cada macrocampo, foi designado um professor coordenador, de modo que o professor articulador pudesse ter uma equipe de apoio expressiva.

Deve-se deixar claro que o recurso para a implementação do PROEMI na unidade educacional em questão foi repassado no final de 2012. Por isso, os macrocampos discriminados na Matriz de Distribuição Orçamentária executada em 2013 seguem a mesma

nomenclatura do Documento Orientador de 2011. Dessa forma, apesar dos ajustes feitos nos documentos de 2013, segue-se a nomenclatura do Plano de Redesenho Curricular de 2011.

Cada macrocampo cadastrado recebeu verba federal (planilhas geradas pelo Sistema PDDE Interativo anexado como Anexo A) para a aquisição de recursos ou para a execução de serviços destinados ao funcionamento das ações dentro do Plano de Redesenho Curricular. Esses recursos financeiros totalizaram a soma de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Esse valor foi depositado na conta da Associação de Pais, Mestres e Comunitários (APMC) da escola em fins de 2012 e reprogramado para o exercício de 2013. No entanto, mesmo com a verba disponível, as ações planejadas não produziram os impactos esperados. Ou seja, as aulas de reforço não promoveram o aumento esperado na taxa de aprovação (56% em 2013, contrastando com 72,8% em 2012); o Clube de Leitura não atraiu a quantidade de alunos (as) esperada; o Sistema de Captação de Águas Pluviais não resultou em aulas mais dinâmicas e contextualizadas.

No que se refere ao macrocampo Leitura e Letramento, a programação aos sábados não recebeu adesão por parte dos alunos, pois alguns já desenvolviam atividades educacionais nesse dia, como cursos de informática ou de idiomas. Além disso, as atividades do projeto Clube de Leitura ocorriam no mesmo momento em que a Seduc/AM desenvolvia um projeto voltado para os alunos dos terceiros anos do ensino médio, visando prepará-los para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Dentro do macrocampo Iniciação Científica e Pesquisa, o projeto Sistema de Captação de Águas Pluviais (CAP) enfrentou problemas na sua implementação, pois exigiu construção de cisterna e outras obras de engenharia. Como não houve a devida gestão compartilhada, o professor que elaborou o projeto não apresentou o projeto de engenharia a ser executado ao presidente da APMC que intermediaria o pagamento pelo serviço, a adequação dos espaços da escola para as atividades do CAP não foi finalizada. Por isso, não há a possibilidade de se apresentar tabela sobre as atividades realizadas dentro desse projeto escolar.

No caso do macrocampo Acompanhamento Pedagógico, as ações envolvendo o projeto Reforço Escolar não aconteceram de forma plena, pois a alternativa apresentada para a ocorrência de aulas de reforço previa a criação por parte da coordenação pedagógica de um sexto tempo. A maioria dos (as) professores (as) não aceitou o aumento da carga horária de trabalho, sem o devido aumento na remuneração.

O Documento Orientador do PROEMI de 2013 (BRASIL, 2013) não prevê contratação de professores para reforço escolar. No item 9.2 alistam-se os itens financiáveis: material de consumo necessário ao desenvolvimento de atividade didático-pedagógico; locação de espaços

físicos, de infraestrutura, de transporte, de alimentação, hospedagem e demais despesas relacionadas à realização de eventos; locação de equipamentos e/ou contratação de serviços técnicos e eletrônicos; contratação de serviços de consultorias acadêmicas visando ao fortalecimento da gestão pedagógica ou ao aperfeiçoamento dos professores; aquisição de materiais didáticos, equipamentos e mobiliários destinados a laboratórios de ciências, informática, sistema de rádio escolar, cinema, mídia e outros ambientes escolares (BRASIL, 2013, p. 30, 31).

Ainda relacionado ao macrocampo Acompanhamento Pedagógico e a inviabilidade do sexto tempo de reforço escolar, a carga total dos professores da Seduc/AM é de vinte horas, por turno, sendo dezesseis em efetiva regência de sala de aula e quatro horas de atendimento pedagógico (ATP). Não houve diminuição dessa carga para que os professores pudessem desenvolver as atividades do reforço escolar. Os alunos não mostraram condições de frequentar o contra turno, pois já desenvolviam outras atividades pedagógicas nesse horário. Tudo isso impossibilitou a implementação do macrocampo Acompanhamento Pedagógico.

No macrocampo Cultura e Artes, o professor que elaborou o projeto Coral e Banda saiu da escola em 2013, devido à mudança de domicílio. O referido professor direcionou as ações para a música, pois é formado em Música, pela Universidade Federal do Amazonas. O material solicitado no referido projeto não poderia ser substituído, pois o sistema do PDDE Interativo já estava fechado para essa ação. Assim, os recursos planejados foram comprados, mas ficaram sem ser usados por falta de recurso humano habilitado para isso.

O projeto Blog Escolar, do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, não foi desenvolvido por não haver nenhum professor coordenador para a execução de suas atividades. Tal projeto foi desenhado pela gestora da escola, que não delegou a nenhum professor a responsabilidade relacionada às ações desse macrocampo.

Os projetos Jiu-Jitsu na Escola (Cultura Corporal), Escola na Rede (macrocampo Cultura Digital) e Projeto de Conservação e Preservação Ambiental (macrocampo Participação Estudantil) foram os únicos desenvolvidos a contento. Isso porque os professores trabalharam com um número reduzido de alunos e se dispuseram a trabalhar em período além do seu horário de trabalho.

Para a melhor visualização de cada macrocampo, com sua respectiva ação, meta e quantidade de alunos (as) atendidos (as), elaborou-se o quadro abaixo:

Quadro 1 – Informações acerca dos macrocampos inscritos no PDDE Interativo

MACROCAMPO	AÇÃO/ATIVIDADE	META	QUANTIDADE DE ALUNOS ATENDIDOS
Acompanhamento pedagógico	Realizar reforço escolar.	Suprir as dificuldades dos alunos nos diversos componentes curriculares.	100
Iniciação científica e pesquisa	Propor um sistema de captação, armazenamento e reuso para águas pluviais.	Suprir a necessidade de água não potável e o consumo para a irrigação da horta escolar, bem como em casos emergenciais de falta de água na comunidade; conscientizar os alunos, através de palestras voltadas para a reutilização dos recursos hídricos.	Todos.
Cultura corporal	Trabalhar o movimento corporal; utilizar os movimentos corporais para trabalhar a plasticidade dos alunos envolvidos.	Envolver alunos de todas as séries, de todos os turnos em atividades de Jiu-Jitsu.	30 alunos diretos, sendo que todos são convidados, mas as indumentárias subsidiadas pelo PROEMI são para esses trinta alunos. Os demais alunos participam sem receber a indumentária.
Produção e Fruição das Artes	Canto e coral; prática instrumental em flauta doce; leitura rítmica e melódica dos instrumentos e vocal; utilização de softwares específicos como apoio.	Levar os participantes a conhecerem os rudimentos da leitura e da escrita, como parte da compreensão musical e humanização nas suas atividades cotidianas.	Ao todo 750 alunos.
Comunicação, Cultura Digital e uso de mídias	Trabalhar as Tecnologias da Informação Digital (TCI) junto aos alunos.	Utilizar o laboratório de informática, auxiliando os alunos a buscar informação em tempo real, visando ao aprimoramento da pesquisa e, conseqüentemente, do ensino.	100
Línguas Estrangeiras	Ampliar a compreensão do estudante sobre si mesmo na comunicação com o outro, em outro idioma.	Possibilitar experiências de uso da língua com foco no desenvolvimento linguístico-comunicativo-discursivo.	400
Participação estudantil	Preservação e conservação do patrimônio escolar.	Fazer com que toda a comunidade escolar preserve o meio	200 alunos diretos, agindo como brigada ambiental, sendo que todos alunos

		ambiente, valorizando o patrimônio escolar.	participam das ações de conservação e preservação do ambiente escolar.
Leitura e letramento	Envolver os alunos em atividades dirigidas de leitura, visando à aquisição de competências relacionadas à leitura e ao letramento.	Propor leituras mínimas para os alunos participantes, de forma que o grupo possa interagir nas atividades de compreensão e interpretação e apresentar o resultado dessas atividades na forma de trabalho artístico e cultural.	100

Fonte: Programa Dinheiro Direto na Escola Interativo (BRASIL, 2012b).

Como se observa no quadro 1, o trabalho com os macrocampos do PROEMI, segundo o Documento Orientador de 2013, requer que o (a) professor (a) articulador (a) de projetos envolva todos os (as) professores (as) da escola em um projeto curricular interdisciplinar e inovador.

Conforme Fazenda (2003), tentar romper com as barreiras que tornam os conteúdos curriculares disciplinas estanques é de veras um desafio, uma demonstração de ousadia por parte dos profissionais da educação que se empenham por isso e uma ruptura com uma cultura pedagógica marcante nas escolas públicas do Brasil, a saber, a multidisciplinaridade. Não se quer dizer que a implementação do PROEMI em uma unidade educacional leva necessariamente à interdisciplinaridade. O que se pretende dizer é que, em qualquer proposta de trabalho pedagógico, trabalhar de forma interdisciplinar exige um compromisso que vai além da obediência a preceitos documentais estabelecidos. Isso porque o trabalho interdisciplinar tem sido reduzido a ações pedagógicas onde as disciplinas se associam para um objetivo ou projeto comum, sem haver a revisão de tempos, espaços e nem o currículo escolar.

O (A) professor (a) articulador (a) de projetos do PROEMI deve demonstrar ousadia na tentativa trazer para dentro da escola propostas de trabalho interdisciplinar que venham a fazer sentido para todos os atores envolvidos, tanto professores (as) quanto alunos (as). Isso requer diálogo entre os atores envolvidos, visando disseminar a consciência de que o fácil e o padronizado não contribuem mais para se alcançar as múltiplas finalidades do ensino médio.

A escola deve, em seu Projeto Político e Pedagógico, estabelecer princípios que norteiem a sua visão de homem e de educação. Com base nessa visão de homem e de educação bem definida e clara, os atores envolvidos poderão empreender uma interdisciplinaridade didática que pode favorecer práticas de reflexão acerca do fazer pedagógico, ocasionando o planejamento e a revisão daquilo que a escola já faz no dia a dia de suas salas de aula.

No caso de gestão analisado, o professor articulador de projetos e sua equipe pedagógica não foram formalmente apresentados à comunidade escolar. O Projeto Político e Pedagógico não foi reestruturado para contemplar esses novos atores da educação brasileira e nem oficializar seus papéis dentro da implementação do PROEMI na instituição. Desse modo, o professor articulador de projetos não atuou como o negociador das ações de cunho interdisciplinar desenvolvidas no âmbito do PROEMI. Além disso, os coordenadores das ações propostas trabalharam de forma isolada, sem envolver os demais atores da escola na proposta de redesenho curricular do ensino médio.

Pela breve narrativa, percebe-se que várias problemáticas se apresentaram durante a implementação do Programa Ensino Médio Inovador na unidade educacional considerada nesta pesquisa. Essa implementação teve início no final de 2011, seguindo as orientações do Documento Orientador de 2011. No entanto, devido à demora no repasse dos recursos destinados à execução dos diversos macrocampos, o PROEMI só se efetivou de forma mais concreta em 2013, precisando se adequar às diretrizes do Documentos Orientador de 2013, documento tomado como base para esse estudo. Dessa forma, é necessária uma análise investigativa que traga subsídios para um plano de ação educacional capaz de dirimir dúvidas quanto às dificuldades relacionadas aos procedimentos de implementação de políticas educacionais de cunho interdisciplinar, como o PROEMI.

Desse modo, o segundo capítulo desse estudo se propõe a fazer uma reflexão sobre a interdisciplinaridade, com base em autores como Yvani Fazenda, Ivone Yared, Angélica Cosenza, Mariana Aranha Moreira José e Edgar Morin. Tal reflexão teórica possibilitará um olhar crítico sobre a interdisciplinaridade preconizada nos documentos orientadores do PROEMI, nos documentos produzidos pela unidade escolar em questão e na prática pedagógica do professor articulador de projetos no ano de 2013 do caso em questão.

2 REFLEXÕES SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE EM SUA RELAÇÃO COM O PROFESSOR ARTICULADOR DE PROJETOS

O presente capítulo visa refletir sobre o tema da interdisciplinaridade e sobre como essa prática pedagógica aparece nos referenciais teóricos consultados e em outros documentos que embasam a implementação do PROEMI na unidade educacional pesquisada.

No primeiro item desse capítulo, será considerado o percurso metodológico adotado nesse estudo. Tentar-se-á justificar com base em André (2003) e outros teóricos a abordagem qualitativa que guiou esse estudo de caso.

No item dois, será investigado como a interdisciplinaridade é tratada por teóricos como Yvani Fazenda (1998/2003/2011), Edgar Morin (2003/2005) e Angélica Cosenza Rodrigues (2008). Será apresentada a definição para a interdisciplinaridade e a maneira como esses teóricos enxergam o trabalho interdisciplinar que ocorre de fato nas escolas públicas brasileiras.

Na terceira parte desse capítulo será investigado como o Documento Orientador de 2013 trata a questão da interdisciplinaridade. Terá ênfase o papel do (a) professor (a) articulador (a) de projetos e sua equipe pedagógica na proposta de trabalho interdisciplinar.

Já na quarta parte, será considerada a maneira como a unidade escolar encarou o trabalho interdisciplinar. A análise do Projeto Político e Pedagógico (PPP) permitirá elucidar a noção de interdisciplinaridade que a escola possuía à época da implementação considerada. Já o estudo dos documentos gerados no momento da adesão e implementação do PROEMI na referida unidade escolar permitirá conhecer a noção de interdisciplinaridade que se pretendeu praticar.

Por fim, na quinta parte desse capítulo, proceder-se-á a uma análise acerca do resultado de entrevistas com o professor articulador de projetos e os professores coordenadores dos macrocampos do PROEMI, que trabalharam na implementação desse programa em 2013, na unidade educacional tomada para essa pesquisa.

O objetivo desse trabalho investigativo é compreender a concepção de trabalho pedagógico interdisciplinar do (a) professor (a) articulador (a) de projetos e sua equipe pedagógica no processo de implementação do PROEMI na unidade educacional selecionada, no ano de 2013, para depois propor um Plano de Ação Educacional visando a uma reflexão acerca dessa concepção de trabalho e sobre como a interdisciplinaridade pode realmente se efetivar.

2.1 PERCURSO METODOLÓGICO

O objetivo central dessa seção é apresentar os passos metodológicos adotados na presente pesquisa. O primeiro passo tomado nesse estudo foi a definição do caso de gestão a ser pesquisado. Conforme André (2013):

Já nos anos 1980, no contexto das abordagens qualitativas, o estudo de caso ressurgiu na pesquisa educacional com um sentido mais abrangente: o de focalizar um fenômeno particular, levando em conta seu **contexto** e suas **múltiplas dimensões**. Valoriza-se o aspecto unitário, mas ressalta-se a necessidade da **análise situada e em profundidade** (ANDRÉ, 2013, p. 97).

O fenômeno particular escolhido para esse estudo foi a implementação do Programa Ensino Médio Inovador, em uma escola pública de Manaus, Amazonas, no ano letivo de 2013. Visando-se ao aspecto unitário, ressaltando a necessidade de uma análise situada e em profundidade, tomou-se o papel interdisciplinar do professor articulador de projetos e sua equipe pedagógica como o enfoque principal da pesquisa.

Determinado o caso de gestão, procurou-se delinear o percurso metodológico a guiar a pesquisa. Optou-se pela abordagem qualitativa, uma vez que, segundo André (2013):

As abordagens qualitativas de pesquisa se fundamentam numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados. Assim, o mundo do sujeito, os significados que atribui às suas experiências cotidianas, sua linguagem, suas produções culturais e suas formas de interações sociais constituem os núcleos centrais de preocupação dos pesquisadores. Se a visão de realidade é construída pelos sujeitos, nas interações sociais vivenciadas em seu ambiente de trabalho, de lazer, na família, torna-se fundamental uma aproximação do pesquisador a essas situações (ANDRÉ, 2013, p. 97).

Identificar os sujeitos e atribuir-lhes sentidos em suas respectivas atuações dentro de uma realidade específica é uma das facetas de um estudo de caso. Por isso, situar o (a) professor (a) articulador (a) de projetos do PROEMI e sua equipe pedagógica dentro da implementação da referida política foi a decisão adotada.

Peres e Santos (2005) afirmam que um caso qualitativo envolve uma multiplicidade de dimensões a ser levada em consideração. Por isso é necessário que o pesquisador procure utilizar uma variedade de fontes de dados, de métodos de coleta, de instrumentos e procedimentos de pesquisa para atingir as variadas dimensões daquilo a ser investigado.

No que se refere ao caso de gestão de que se trata aqui, foi necessário investigar o contexto da política educacional chamada de Ensino Médio Inovador, em seus aspectos macro

e micro. Segundo André (2013), esse tipo de estudo de caso chama-se “instrumental”. Segundo a autora:

O estudo de caso instrumental é aquele em que o caso não é uma situação concreta, mas uma questão mais ampla, como, por exemplo, a incorporação de uma política no cotidiano escolar. Pode-se escolher uma escola qualquer que vai ser a base para investigar como essa política é apropriada pelos atores escolares (ANDRÉ, 2013, p. 98).

Sendo uma política educacional relativamente nova, o Programa Ensino Médio Inovador merece estudos que confirmem ou não seus impactos no ensino oferecido pelas escolas públicas secundaristas. Principalmente em uma época em que essa última parte da Educação Básica é tão questionada e posta em dúvida.

Por isso, no caso do primeiro capítulo, documentos oficiais como a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988); a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009); o Plano Nacional de Educação, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014); A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996); as Bases Legais dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2000), o texto da Base Nacional Curricular Comum (BRASIL, 2016); a Portaria nº 971, de 09 de outubro de 2009 (BRASIL, 2009a); a Resolução/CD/FNDE, nº 63, de 16 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011a); o Documento Orientador de 2013 (BRASIL, 2013) e a Constituição do Estado do Amazonas (AMAZONAS, 2011) foram lidos e considerados a fim de traçar um percurso contextual do ensino médio antes e durante o PROEMI.

Na segunda parte do primeiro capítulo, o Documento Orientador de 2011 (BRASIL, 2011b); a Portaria nº 971, de 09 de outubro de 2009 (BRASIL, 2009a); o Documento Orientador de 2013 (BRASIL, 2013); e a Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012 (BRASIL, 2012a), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, foram analisados para apresentar a contextualização do PROEMI no sistema macro da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas – Seduc/AM, que aderiu ao programa em janeiro de 2010, e passou a credenciar suas escolas durante o ano de 2011.

No item terceiro do capítulo um, o Documento Orientador de 2013 (BRASIL, 2013) e dados do Programa Dinheiro Direto na Escola Interativo (BRASIL, 2012b) embasaram a análise do contexto imediato da implementação do PROEMI na unidade educacional pesquisada. Além disso, um quadro foi montado com base nos dados do Programa Dinheiro Direto na Escola Interativo (BRASIL, 2012b), apresentando as informações sobre cada macrocampo implementado na unidade educacional pesquisada em 2013. Nesse quadro foi quantificado o número de alunos (as) a serem atendidos (as) pelas ações pedagógicas

desenvolvidas dentro de cada macrocampo. Constatou-se o desafio enfrentado pelo professor articulador de projetos e sua equipe pedagógica na implementação do PROEMI desse caso de gestão, no ano letivo de 2013.

Após a leitura desses documentos oficiais, seguiu-se à leitura de textos teóricos pessoais sobre a interdisciplinaridade, que subsidiou os registros apresentados neste capítulo dois. A leitura de documentos é muito importante para um estudo de caso. Conforme André (2013), os documentos são muito úteis, uma vez que complementam as informações obtidas e fornecem base para a análise dos dados.

A segunda parte do capítulo dois começa com a etimologia da palavra “interdisciplinaridade”, com base em Aiub (2006). Após isso, segue-se uma análise acerca de autores que tratam desse tema, como: Fazenda (1998/2003/2011), Yared (1995), Morin (2003/2005), Macedo (2014) e Rodrigues (2008). O objetivo foi chegar a uma definição mais abrangente acerca da interdisciplinaridade. Embora cada autor trate da temática dentro de sua própria experiência e campo de estudo, pôde-se constatar que, em termos gerais, a interdisciplinaridade tem a ver com uma proposta de diálogo entre os saberes, de forma a levar cada componente curricular ou temática especial, como defendem os documentos oficiais relacionados à educação, a cooperarem visando a uma formação integral e cidadã.

Na terceira parte do capítulo dois, propõe-se uma investigação analítica sobre o que dispõe o Documento Orientador de 2013 (BRASIL, 2013) acerca do Programa Ensino Médio Inovador. Esse documento começa fazendo uma análise quantitativa da realidade da educação de ensino médio no Brasil. A partir desses números, o Documento Orientador de 2013 justifica uma intervenção significativa no currículo dessa última parte da Educação Básica. A interdisciplinaridade é apresentada como uma das formas de trabalho pedagógico que pode promover o redesenho curricular proposto pelo PROEMI. Por isso, procurou-se relacionar a interdisciplinaridade delineada pelos teóricos e a interdisciplinaridade dentro do escopo do Programa Ensino Médio Inovador.

O quarto item do capítulo dois investiga como os documentos produzidos pela unidade educacional pesquisada foram afetados pela implementação do PROEMI. Assim o Projeto Político e Pedagógico (PPP) e o Plano de Redesenho Curricular (PRC) são considerados nessa análise.

O quinto item do capítulo dois apresenta as entrevistas com a equipe de implementação do PROEMI na unidade educacional pesquisada e as considerações resultantes dessas entrevistas. Bassey (2003) defende a ideia de que fazer perguntas e ouvir atentamente as

respostas a essas perguntas são meios muito eficazes de se obter dados e informações relevantes ao estudo de caso. Já para Stake (1995), as entrevistas possibilitam a obtenção de detalhes importantes do estudo de caso. Esse autor frisa a necessidade de que os questionários estejam centralizados em questões pontuais do caso ou nos pontos críticos observados na fase de contextualização.

Com isso, procedeu-se às entrevistas com o professor articulador de projetos e sua equipe pedagógica. O professor articulador de projetos trabalhava e continua trabalhando na unidade educacional pesquisada nos três turnos. Dos seis coordenadores dos macrocampos que formavam a equipe pedagógica de implementação do PROEMI em 2013, apenas três permanecem.

Os membros remanescentes da equipe pedagógica de implementação do PROEMI da unidade educacional pesquisada foram entrevistados, com a anuência da gestora, nas dependências da escola, de forma individual. As entrevistas foram registradas na forma de áudio, para posterior transcrição. O agendamento para as entrevistas foi feito de acordo com as Horas de Trabalho Pedagógico (ATP), momentos reservados na agenda do professor para planejamento ou outro tipo de atendimento pedagógico.

Esse foi o percurso metodológico do caso de gestão que se analisa aqui. É a partir dos resultados dessa análise que se debruçará o capítulo três, onde se pretende propor um Plano de Ação Educacional que promova ações diretas e reflexivas por parte do (a) professor (a) articulador (a) e sua equipe pedagógica com o objetivo de consolidar a prática interdisciplinar no âmbito do Programa Ensino Médio Inovador.

2.2 REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA INTERDISCIPLINAR COM BASE NAS REFERÊNCIAS CONSULTADAS

O caso em questão relaciona-se ao trabalho interdisciplinar do (a) professor (a) articulador (a) de projetos e sua equipe pedagógica na implementação do Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI) em uma Escola Estadual de Manaus, Amazonas. Os documentos orientadores desse programa de governo idealizam um redesenho curricular para o ensino médio. Esse redesenho curricular tem como principal finalidade motivar os alunos para que possam atuar como sujeitos no seu processo de ensino e aprendizagem.

Embora a Portaria n° 971, de 09 de outubro de 2009 (BRASIL, 2009a), que instituiu o PROEMI, não mencione diretamente o termo interdisciplinaridade, todos os documentos orientadores do PROEMI, desde 2009, apontam a interdisciplinaridade como uma das formas

eleitas para se conseguir o redesenho curricular que pode inovar as práticas pedagógicas do ensino médio. Em vista disso, é importante compreender como alguns teóricos caracterizam o trabalho interdisciplinar, para que, depois, possamos avaliar como acontece o trabalho do (a) professor (a) articulador (a) de projetos e de sua equipe pedagógica.

Antes da análise teórica, convém analisar o contexto etimológico do termo “interdisciplinaridade”. Tal vocábulo é formado por três elementos mórficos específicos: o prefixo “inter”, o radical “disciplina” e o sufixo “-dade” (AIUB, 2006).

O prefixo “inter” (AIUB, 2006) sugere ação recíproca. Reciprocidade tem a ver com troca mútua. Assim, numa relação recíproca, os atores são afetados mutuamente através das ações de sujeitos agentes e pacientes ao mesmo tempo.

O termo “disciplina” vem do latim *discere*, verbo que significa aprender (AIUB, 2006). O termo também se refere a um conjunto de normas de conduta estabelecidas para manter a ordem e o desenvolvimento normal das atividades numa classe. Outro significado para o termo consiste em ordem conveniente a um funcionamento regular, submissão, subordinação a um regulamento superior.

O sufixo “-dade” corresponde à qualidade, estado ou resultado de determinada ação (AIUB, 2006).

Assim, a etimologia do vocábulo “interdisciplinaridade” sugere que a palavra diz respeito a uma ação disciplinar que promove um estado, qualidade ou resultado de uma determinada ação pedagógica.

Alguns pesquisadores têm se debruçado acerca do tema da interdisciplinaridade. Fazenda (2003), por exemplo, enxerga a prática interdisciplinar como mais que uma mera junção de disciplinas, uma vez que tal entrelaçamento pensa apenas na formatação da grade curricular. A autora apresenta a interdisciplinaridade como uma atitude de ousadia e de busca frente ao conhecimento, cabendo dessa maneira pensar os aspectos que envolvem a cultura do lugar onde ocorre a formação dos professores e professoras.

Fazenda (2003) recorre a um documento de 1970, do Centro para a Pesquisa e Inovação do Ensino, para apresentar uma definição clássica de interdisciplinaridade. Segundo tal documento, interdisciplinaridade é a interação que pode existir entre duas ou mais disciplinas de determinada grade curricular escolar. Fazenda (2003) declara que tal definição é bastante ampla e não fundamenta a prática de ações interdisciplinares e nem contribui para uma formação pedagógica interdisciplinar.

Citando Fourez (2001), Fazenda (2003) menciona duas ordens para se compreender a formação interdisciplinar dos professores. Uma científica e outra social. A ordem científica conduz à construção dos saberes interdisciplinares. Ela deve acontecer no seio das universidades e instituições que formam os docentes. Tem o papel de investigar os saberes já construídos através do método científico. Deve propor uma relativa hierarquia entre as disciplinas, bem como as formas de articulação e mobilidade entre elas.

Na ordem social da formação interdisciplinar docente, ocorre um desdobramento dos saberes científicos interdisciplinares em face às exigências sociais, políticas e econômicas. Isso quer dizer que nenhum conhecimento, por mais consolidado que esteja, está livre de adaptações e acomodações às realidades distintas dos alunos e alunas.

Assim, na interdisciplinaridade escolar, as noções, finalidades, habilidades e técnicas visam favorecer sobretudo o processo de aprendizagem, respeitando os saberes dos (as) alunos (as) e sua integração no dia a dia da instituição escolar. Dessa forma, os objetivos de um trabalho pedagógico interdisciplinar é promover a educabilidade dos (as) jovens, de modo que eles (as) venham a assumir seu papel como agentes no processo ensino e aprendizagem.

Na tentativa de se alcançar os objetivos educacionais propostos nos documentos oficiais relativos à educação brasileira, a interdisciplinaridade pretende estabelecer um diálogo entre os pares. Esse diálogo visa compreender a mensagem das diferentes línguas em suas linhas e entrelinhas. Segundo Fazenda (2003), exercitar a parceria e eliminar o individualismo que marca os saberes disciplinados e fragmentados é o primeiro passo rumo a um currículo interdisciplinar.

Fazenda (2003) enfatiza que a interdisciplinaridade envolve passar de um saber mesquinho para um saber compartilhado. Deve-se partilhar e não replicar. É importante, dessa forma, estimular a liberdade do pensamento e a reflexão. É nesse sentido que a pesquisadora define interdisciplinaridade como uma nova atitude diante da questão do conhecimento, da abertura do diálogo que deve levar à compreensão de aspectos expressos e ocultos do ato de aprender. Pauta-se numa ação em movimento, tendo como pressuposto a metamorfose, a incerteza. Para a autora, o trabalho interdisciplinar congrega todos os atores do processo ensino e aprendizagem a um poder de negociação capaz de derrubar as barreiras estanques dos chamados componentes curriculares.

Deve-se aqui distinguir, à luz de Fazenda (2011), interdisciplinaridade de integração. O termo “integração” é utilizado no texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), relacionado às práticas pedagógicas que norteiam a relação entre os conteúdos curriculares e os

chamados temas especiais do currículo da Educação Básica. Para Fazenda (2011), o trabalho interdisciplinar exige embasamento sólido no *locus*, no chão da escola. Precisa-se da contextualização. A contextualização compreende recuperar a memória daquilo que se ensina, de acordo com a história do local da unidade educacional e do público alvo atingido pelo processo ensino e aprendizagem. Portanto, integração e interdisciplinaridade não são termos equivalentes em nível semântico.

Embora assevere que não existe uma definição única que atenda a todas as facetas da prática interdisciplinar, Fazenda (2011) propõe a seguinte definição: “A interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa” (FAZENDA, 2011, p. 51).

Para a autora, o que torna o trabalho pedagógico efetivamente uma ação interdisciplinar é a maneira como se lida no interior do projeto de pesquisa e ensino adotado. A palavra “projeto” sugere algo não acabado, que exige acompanhamento e avaliação constantes, bem como inúmeras adaptações e acomodações. Portanto, agir de forma interdisciplinar vai além da mera articulação entre os conteúdos elencados em uma proposta curricular. Isso é observado nas seguintes palavras de Fazenda (2011), ao definir interdisciplinaridade como:

Interação existente entre duas ou mais disciplinas. Essa interação pode ir da simples comunicação de ideias à integração mútua dos conceitos diretores da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização referentes ao ensino e à pesquisa. Um grupo interdisciplinar compõe-se de pessoas que receberam sua formação em diferentes domínios do conhecimento (disciplinas) com seus métodos, conceitos, dados e termos próprios (FAZENDA, 2011, p. 54).

Fica claro que o jogo interdisciplinar não se limita à maneira como ocorre a relação entre os conteúdos disciplinares. Refere-se a toda e qualquer prática pedagógica com uma proposta bem definida. Isso significa que as diferentes formações presentes em um grupo interdisciplinar têm um objetivo próprio e bem definido. Essas formações com seus múltiplos métodos, conceitos, dados e termos próprios, trabalharão juntas em prol do ensino e da pesquisa.

Ao relacionar interdisciplinaridade com integração, Fazenda (2011) diz:

A interdisciplinaridade é fator de transformação, de mudança social, enquanto a integração como fim em si mesma é fator de “estagnação”, de manutenção do status quo. Na integração a preocupação seria ainda com o conhecer e relacionar conteúdos, métodos, teorias ou outros aspectos do conhecimento. Neste sentido é que permanecer apenas nela seria manter as coisas como elas se apresentam, embora de uma forma mais organizada (FAZENDA, 2011, p. 83).

É interessante notar que o documento da BNCC (BRASIL, 2016b), no item “O papel dos temas especiais na estrutura da BNCC”, não usa o termo “interdisciplinaridade”, no que

tange à relação desses temas especiais com as disciplinas formais do currículo escolar, como se observa abaixo:

Os Temas Especiais permitem estabelecer a integração entre os componentes curriculares de uma mesma área do conhecimento e entre as diferentes áreas que organizam a Educação Básica, no contexto da BNCC. Esses temas dizem respeito a questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida e atuação e que, portanto, intervêm em seus processos de construção de identidade e no modo como interagem com outros sujeitos e com o ambiente, posicionando-se ética e criticamente sobre e no mundo. Trata-se, portanto, de temas sociais contemporâneos que contemplam, para além da dimensão cognitiva, as dimensões política, ética e estética da formação dos sujeitos, na perspectiva de uma educação humana integral. Dessa forma sua abordagem nas propostas curriculares objetiva superar a lógica da mera transversalidade, ao se colocarem como estruturantes e contextualizadores dos objetivos de aprendizagem. Os Temas Especiais, de natureza multidisciplinar, perpassam os objetivos de aprendizagem de diversos componentes curriculares, nas diferentes etapas da Educação Básica (BRASIL, 2016, p. 47, 48).

O uso dos termos “integração” e “multidisciplinar” sugere o aspecto fechado entre os chamados eixos temáticos e as disciplinas curriculares dentro dos objetivos de aprendizagem. Se o objetivo central da Educação Básica é a formação integral do indivíduo, a integração e o trabalho multidisciplinar devem abranger uma visão mais ampla do trabalho pedagógico. Fazenda (2011) aponta que um dos problemas relacionados à integração dos conteúdos escolares é que não se caminha para uma mudança ou transformação da realidade local em que a escola se insere. Não ocorre a investigação dos problemas educacionais e nem a análise de suas causas. Para a autora, a integração tem a ver com o momento, enquanto a interdisciplinaridade tem relação com o constante estado de questionamento, de investigação, que deve perpassar todo o processo ensino e aprendizagem.

Yared (1995) concorda com Fazenda (2003), ao encarar a interdisciplinaridade como uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender, pautando-se em uma ação pedagógica em movimento. A autora deixa claro que, acima de tudo, interdisciplinaridade sugere um espírito cooperativo entre os componentes curriculares. Implica um conjunto de relações entre as disciplinas, abertas a novas relações que vão se descobrindo à medida que o trabalho pedagógico interdisciplinar se desenvolve. Dessa forma, o trabalho interdisciplinar põe a ciência e a arte em uma relação horizontal, elevando-as à unidade.

Outro pesquisador dedicado ao tema da interdisciplinaridade é Edgar Morin. Para Morin (2003), a missão do didatismo é encorajar o autodidatismo, despertando, provocando, favorecendo a autonomia do espírito. Dessa forma, o autor defende que “educação” e “ensino”

são palavras que apresentam carga semântica distinta e que cooperam para uma formação plena e autônoma. A palavra “ensino”, segundo Morin (2003), refere-se à arte ou à ação de transmitir os conhecimentos a um aluno, de modo que ele os compreenda e os assimile. Educação diz respeito à utilização de meios que permitem assegurar a formação e o desenvolvimento de um indivíduo, agindo este como sujeito em relação aos meios pedagógicos utilizados.

Fica evidente a defesa por parte de Edgar Morin do trabalho interdisciplinar no dia a dia da escola. Segundo ele, o especialista educacional precisa ter um ângulo de visão amplo, enxergando os problemas em profundidade. O (A) professor (a) articulador (a) de projetos do PROEMI e sua equipe pedagógica devem agir dessa maneira. Devem conhecer a realidade da unidade educacional, a fim de enxergar as dificuldades a serem enfrentadas na implementação dos macrocampos pedagógicos a serem implementados por eles. Isso significa que o seu trabalho não pode apenas se concentrar no imediatismo, no agora. Pelo contrário, devem pensar em um trabalho pedagógico que ultrapasse os limites dos componentes curriculares que fazem parte das áreas do conhecimento do ensino médio, sem negar a esses componentes o devido lugar.

O jogo interdisciplinar que envolve os componentes curriculares do ensino médio e os temas especiais a que se referem os textos educacionais cria o desafio da globalidade, considerado por Morin (2003), que assevera:

Portanto, o desafio da globalidade é também um desafio de complexidade. Existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes. Ora, os desenvolvimentos próprios de nosso *século* e de nossa era planetária nos confrontam, inevitavelmente e com mais e mais frequência, com os desafios da complexidade (MORIN, 2003, p. 14).

Dessa forma, os componentes que formam a globalidade da educação devem constituir um todo (como a esfera política, econômica, sociológica, psicológica, afetiva e mitológica). A inconveniência da superespecialização deve ser superada. O pensamento que recorta e isola os saberes produz especialistas hábeis e competentes em suas respectivas áreas. No entanto, esse mesmo pensamento maquiniza as relações humanas, ignorando o aspecto subjetivo dessas relações.

Em vista desse caráter de superespecialização em torno das disciplinas curriculares, Morin (2003) alega que:

Os desenvolvimentos disciplinares das ciências não só trouxeram as vantagens da divisão do trabalho, mas também os inconvenientes da superespecialização, do confinamento e do despedaçamento do saber. Não só produziram o

conhecimento e a elucidação, mas também a ignorância e a cegueira. Em vez de corrigir esses desenvolvimentos, nosso sistema de ensino obedece a eles. Na escola primária nos ensinam a isolar os objetos (de seu meio ambiente), a separar as disciplinas (em vez de reconhecer suas correlações), a dissociar os problemas, em vez de reunir e integrar. Obrigam-nos a reduzir o complexo ao simples, isto é, a separar o que está ligado; a decompor, e não a recompor; e a eliminar tudo que causa desordens ou contradições em nosso entendimento (MORIN, 2003, p. 15).

Morin (2003) defende uma reforma concernente à aptidão de se organizar o conhecimento. Uma reforma primeiro do pensamento, para depois reformar o ensino.

Apoiando-se em teóricos como Pascal, Juan de Mairena e Montaigne, Morin (2003) apresenta a finalidade da escola como indutora de livres pensadores. O homem deve ter aptidão para colocar os problemas e tratá-los, ligando os saberes e lhes dando sentido. Uma grande parte das atividades sociais, como o próprio desenvolvimento das ciências, exige homens capazes de um ângulo de visão mais amplo e, ao mesmo tempo, de um enfoque dos problemas em profundidade, além de progressos constantes que ultrapassem as fronteiras históricas das disciplinas curriculares.

O desenvolvimento da inteligência, segundo Morin (2003), requer um estado de constante dúvida. Os atores do processo ensino e aprendizagem devem estar prontos para adaptações e acomodações constantes. A inteligência, que só sabe separar, fragmenta o complexo do mundo em pedaços separados, fraciona os problemas, unidimensionaliza o multidimensional. Atrofia as possibilidades de compreensão e de reflexão, eliminando assim as oportunidades de um julgamento corretivo ou de uma visão a longo prazo.

Na contramão dessa inteligência unidimensionalizada, Morin (2003) defende a lógica do pensamento matemático e o espírito problematizador da filosofia para adquirir a cabeça-feita, apta a organizar os conhecimentos e, com isso, evitar a acumulação estéril de práticas e projetos educacionais. Os atores educacionais devem conceber ações pedagógicas que unam os diversos saberes e não os isolem. Isso significa trabalhar um conhecimento particular, situando-o no contexto dos alunos e depois agregando-o a um contexto macro que fomente o repensar desse conhecimento.

Sobre o perigo da hiperespecialização dos saberes disciplinares, Morin (2005) afirma:

A hiperespecialização dos saberes disciplinares reduziu a migalhas o saber científico (que só pode ser unificado em níveis de elevada e abstrata formalização), sobretudo nas ciências antropossociais, que têm todos os vícios da sobreespecialização sem ter suas vantagens. Assim, todos os conceitos molares que abrangem várias disciplinas estão esmagados ou lacerados entre essas disciplinas e não são reconstituídos pelas tentativas interdisciplinares. Torna-se impossível pensar cientificamente o indivíduo, o homem, a sociedade. Alguns cientistas acabaram por crer que sua incapacidade para

pensar esses conceitos provava que as ideias de indivíduo, homem e vida eram ingênuas e ilusórias, e promulgaram sua liquidação. Então, como conceber a responsabilidade do homem em relação à sociedade e a da sociedade em relação ao homem quando já não há homem nem sociedade? (MORIN, 2005, p. 120).

A hiperespecialização dos saberes disciplinares a que se refere Morin (2005) torna o trabalho interdisciplinar um grande desafio para os professores e professoras. Isso porque nega a algumas disciplinas, como as antropossociais, a possibilidade de usarem o método científico para a verificação e constatação de suas realidades epistemológicas e cognitivas.

Morin (2005) alerta para a possível consequência em um processo pedagógico baseado numa superespecialização ou hiperespecialização das disciplinas:

O destrozado processo do saber/poder tende a conduzir, se não for combatido no interior das próprias ciências, à total transformação do sentido e da função do saber. O saber já não é para ser pensado, refletido, meditado, discutido por seres humanos para esclarecer sua visão do mundo e sua ação no mundo, mas é produzido para ser armazenado em bancos de dados e manipulado por poderes anônimos. Geralmente, a tomada de consciência dessa situação chega partida ao espírito do investigador científico, que a reconhece e, ao mesmo tempo, dela se protege em tríplice visão que dissocia e não permite a comunicação de: ciência (pura, nobre, bela, desinteressada), técnica (que, como a língua de Esopo, pode servir para o melhor e para o pior) e política (má e nociva, que perverte a técnica, isto é, os resultados da ciência) (MORIN, 2005, p, 120).

Dessa forma, ao se pensar no processo ensino e aprendizagem, deve-se ter em mente que o estudo e o trabalho pedagógico relacionados ao homem não depende apenas do ponto de vista das ciências humanas, da reflexão filosófica e das descrições literárias. Depende também das ciências naturais renovadas e reunidas, que são a Cosmologia, as ciências da Terra e a Ecologia, entre outras.

As ciências naturais desempenham o papel central de se apropriar de um saber disperso e compartimentado, transformando-o em conhecimento experimentado e consolidado. Isso significa que, ao se elaborar um plano de ação educacional de caráter interdisciplinar, por mais que este plano esteja vinculado à área das ciências humanas, tal plano deve se embasar em propostas de ação já consolidadas através de experiências exitosas da unidade educacional ou de outras instâncias educacionais. Comprova-se aí a importância do método científico.

Para Morin (2003), os aspectos biofísicos (comer, beber, necessidades fisiológicas) e os aspectos psicossocioculturais devem ser levados em consideração quando se traçam projetos visando à formação de uma consciência humanística. As ações pedagógicas a serem traçadas e implementadas devem reunir todos os componentes curriculares em torno de uma educação que leve em consideração não apenas a aquisição de saberes curriculares no escopo de cada

disciplina, mas uma formação integral onde o educando possa se tornar agente do processo ensino e aprendizagem.

Morin (2003), ao exemplificar as contribuições das ciências humanas em relação ao ensino e à educação, declara que o destino deve estar incluído no estudo da História, para que esse componente curricular possa contribuir para o conhecimento da condição humana. Da mesma forma, as práticas pedagógicas devem conduzir o educando para a frente, para a ação. Os alunos e as alunas devem ser agentes na construção e reconstrução de seu conhecimento e formação humana. Para tanto, os projetos escolares devem enxergá-los (as) como indivíduos completos (*Homo sapiens, Homo démens, Homo faber, Homo ludens, Homo economicus, Homo mithologicus, Homo prosaicus e Homo poeticus*).

Ao tratar da contribuição da cultura das humanidades para o conhecimento da condição humana, Morin (2003) fala sobre o efeito do cinema ao oferecer o que é invisível nas ciências humanas:

No âmago da leitura ou do espetáculo cinematográfico, a magia do livro ou do filme faz-nos compreender o que não compreendemos na vida comum. Nessa vida comum, percebemos os outros apenas de forma exterior, ao passo que na tela e nas páginas do livro eles nos surgem em todas as suas dimensões, subjetivas e objetivas (MORIN, 2003, p. 49).

O fascínio dos adolescentes pela sétima arte pode ser um caminho para a inovação curricular que pode renovar o ensino médio. Qualquer professor pode explorar esse recurso em suas aulas, visando despertar o interesse dos alunos e estimular sua educabilidade.

Em suma, em toda grande obra de literatura, de cinema, de poesia, de música, de pintura, de escultura, há um pensamento profundo sobre a condição humana. De modo que essas manifestações culturais e artísticas podem e devem ser exploradas nos projetos educacionais por todos os professores, independentemente de seus componentes curriculares. O espírito interdisciplinar se evidenciará nas ações que forem resultados do diálogo dos atores educacionais, visando a um trabalho coeso, explorando uma produção humana que promova o caráter integralizante do processo ensino e aprendizagem.

Morin (2003, p. 51) alerta que “explicar não basta para compreender. Explicar é utilizar os meios objetivos de conhecimento, que são, porém, insuficientes para compreender o ser subjetivo”. Dessa forma, todo e qualquer projeto ou ação educativa não pode mais se restringir às quatro paredes da sala de aula. Trata-se de promover o conhecimento e o reconhecimento de universos paralelos. Universos diferentes, mas que não precisam se repelir. Isso significa que a educação deve favorecer a compreensão acerca das lutas de classe e suas repercussões (MORIN, 2003).

Todo e qualquer procedimento metodológico de caráter interdisciplinar deve encarar os jovens como sujeitos capazes de assumir seu papel nas lutas travadas pelo conhecimento, fazendo com que os profissionais da educação estejam abertos a seus sofrimentos e alegrias. Isso permite que tais profissionais reconheçam nos alunos mecanismos egocêntricos de autojustificação, traços idiossincráticos presentes em todos nós. É a partir dessa compreensão que se pode lutar contra o ódio e a exclusão (MORIN, 2003).

A compreensão acerca da possibilidade da educabilidade discente pode fomentar práticas pedagógicas que levem os educandos a se movimentar habilmente no mundo das ideias que os cercam. Projetos educacionais que tragam o mundo vivo, virtual e imaterial, para a proximidade dos alunos, de forma que eles possam atuar de forma autônoma e segura, são caminhos que podem conduzir as mentes jovens ao mundo da racionalização, para o aprendizado da vida.

É para o aprendizado da vida que o ensino médio deve ser revitalizado. E esse aprendizado requer mais que um programa ou um currículo predeterminado. Exige estratégias bem fundamentadas e conjugadas com a arte da criatividade. Isso significa que as estratégias pedagógicas de um ensino eficaz e em constante adequação às necessidades dos alunos devem estar em contínuo teste e desenvolvimento. Isso exige ações pedagógicas reflexivas e em constante avaliação. Esse acompanhamento e monitoramento devem resultar em acomodações e mudanças nos planos estratégicos e pedagógicos que promovam a educabilidade dos educandos do ensino médio (MORIN, 2003).

Segundo Morin (2003), cada ator do processo educacional deve estar plenamente consciente de que sua própria vida é uma aventura. Nenhum programa ou política educacional deve ser implementado com certeza total de êxito. Em vez disso, é preciso contar com as incertezas do trajeto. Por isso, todo e qualquer plano de ação pedagógico deve estar pronto a ajustes e à reflexão. Os atores envolvidos na implementação de ações educativas interdisciplinares devem estar em consonância. Seus componentes curriculares podem ser variados, mas o objetivo é um só: promover a educação integral do aluno. Por isso, essa educação deve ser, acima de tudo, cidadã.

Educação cidadã, conforme Morin (2003), é a que contribui para a autoformação do indivíduo, tornando-o capaz de assumir seu papel dentro de sua condição humana, ensinando-o a viver. Um cidadão é aquele que se mostra solidário e responsável em relação à sua pátria. Isso supõe enraizamento de sua identidade nacional. Sem o caráter humanístico, nenhuma

proposta pedagógica pode desenvolver no (a) aluno (a) o senso de pertencimento à sociedade e o senso de cidadania.

Dentro do escopo de uma educação cidadã, o ensino médio tem uma finalidade precípua. Segundo Morin (2003),

O ensino secundário seria o momento da aprendizagem do que deve ser a verdadeira cultura – a que estabelece o diálogo entre cultura das humanidades e cultura científica –, não apenas levando a uma reflexão sobre as conquistas e o futuro das ciências, mas também considerando a Literatura como escola e experiência de vida. A História deveria desempenhar um papel chave na escola secundária, permitindo ao aluno internalizar a história de sua nação, situar-se no futuro histórico da Europa e, mais amplamente, da humanidade, desenvolvendo, em si mesmo, um modo de conhecimento que apreenda as características multidimensionais ou complexas das realidades humanas (MORIN, 2003, p. 78).

A aprendizagem do que deve ser a verdadeira cultura sugere o estabelecimento do diálogo entre cultura das humanidades e cultura científica, o que está dentro das propostas do PROEMI. Para que se atinja esse diálogo, Morin (2003) defende que os programas cristalizados, currículos predeterminados, devem ser substituídos por guias de orientação, situando as disciplinas em novos contextos curriculares.

Aí entra uma observação em relação ao texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A preferência pelo termo “integração” em detrimento ao termo “interdisciplinaridade”, no que tange à relação entre os componentes curriculares e os temas especiais elencados no texto da BNCC, limita os “guias de orientação” proposto por Morin (2003).

Macedo (2014), tratando daquilo que se propõe no texto da BNCC, diz:

Parto da conclusão de que está em curso a construção de uma nova arquitetura de regulação e de que, nela, os sentidos hegemônicos para educação de qualidade estão relacionados à possibilidade de controle do que será ensinado e aprendido. Trata-se, portanto, de um discurso circular, no qual a medida da qualidade torna-se o seu esteio e a sua garantia. A evidência de qualidade se torna a própria qualidade que se está advogando (MACEDO, 2014, p 20).

Macedo (2014) advoga que os agentes por trás do discurso em prol da hegemonia na educação brasileira, incorporada na Base Nacional Comum Curricular, em nome do ideal de educação de qualidade, propõem um currículo arquitetado com base no princípio de regulação. Isso veda ao professor e à professora o contato ao mundo e à cultura dos jovens e adolescentes.

Morin (2003), por sua vez, defende que os professores têm por dever educar-se sobre o mundo e a cultura dos adolescentes. O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM), celebrado durante o ano de 2014, usa o termo “juventudes” para enfatizar o caráter plural que deve nortear o trabalho pedagógico dos professores do ensino médio. Morin (2003)

relata que a partir dos anos de 1960-1970 os jovens passaram a constituir novas formas de comunidades, o que se agravou com o advento das mídias sociais. Os adolescentes do ensino médio desenvolveram universos próprios e paralelos, em verdadeiras microssociedades, com seus territórios sacramentados, suas leis de vingança, seus códigos de conduta e de honra.

Esse caráter plural da juventude deve ser levado a sério quando se traçam programas ou políticas educacionais. O (A) professor (a) articulador (a) de projetos, sua equipe pedagógica, bem como qualquer professor (a) do ensino médio, deve ser um profissional capaz de tratar os alunos de forma a atender, dentro do que é possível, suas idiossincrasias. No caso da comunidade em que se situa a unidade escolar do caso de gestão em questão, o apelo cultural é muito forte. Os alunos e alunas sentem necessidade de se expressar através da música, da dança e de outras diversidades de manifestações culturais. Essa necessidade deve ser levada a sério.

Em vista da necessidade de se encarar as juventudes, Morin (2003) defende a ideia de que a docência não deve se fechar, como uma cidadela sitiada, sob o bombardeio da cultura da mídia, sob a pressão da comunidade externa. Pelo contrário, deve usar os apelos das juventudes para oferecer um ensino e uma educação contextualizados e significativos. Para isso, os agentes do ensino médio devem buscar ter sempre uma visão estratégica e pensamento estratégico. Dessa forma, essa etapa final da Educação Básica poderá ajudar os alunos não só a compreender os processos multiformes de industrialização e supercomercialização culturais, mas também o quanto das aspirações e obsessões próprias a nosso “espírito de época” é traduzido e traído pela temática das mídias. Estará assumindo o seu papel: uma educação capaz de libertar o homem e fazê-lo senhor de seu próprio caminho, cumprindo as cinco finalidades da educação, de acordo com Morin (2003): cabeça bem-feita, ensino da condição humana, aprendizagem do viver, aprendizagem da incerteza e a educação cidadã.

Para se atingir as cinco finalidades da educação, segundo Morin (2003), deve haver um trabalho eco e metadisciplinar. “Ecologizar” as disciplinas, segundo o pesquisador, consiste em levar em consideração tudo o que lhes é contextual, principalmente as condições culturais e sociais imediatas. É a partir dessas condições que se levantam problemas que podem fazer evoluir os conteúdos e os processos pedagógicos. Dessa forma, ocorrerá a chamada metadisciplina, ou seja, a disciplina agindo em torno da própria disciplina.

O desenvolvimento do processo metadisciplinar resulta em outros comportamentos disciplinares de difícil definição, conforme Morin (2003). Sobre a interdisciplinaridade, o pesquisador diz:

A interdisciplinaridade pode significar, pura e simplesmente, que diferentes disciplinas são colocadas em volta de uma mesma mesa, como diferentes

nações se posicionam na ONU, sem fazerem nada além de afirmar, cada qual, seus próprios direitos nacionais e suas próprias soberanias em relação às invasões do vizinho. Mas interdisciplinaridade pode significar também troca e cooperação, o que faz com que a interdisciplinaridade possa vir a ser alguma coisa orgânica (MORIN, 2003, p. 115).

Interdisciplinaridade, na visão desse autor, é a reunião das disciplinas para a sua autoafirmação ou também pode significar experiência de troca e cooperação, fazendo com que o trabalho interdisciplinar seja algo orgânico. O qualificativo “orgânico” sugere desenvolvimento constante. Dessa forma, o conhecimento tratado de forma interdisciplinar vive num constante vaivém, que progride indo das partes ao todo e do todo às partes.

Sobre o processo chamado de transdisciplinaridade, Morin (2003) diz que se trata do fluxo de esquemas cognitivos distintos que vêm a atravessar as disciplinas, fazendo com que os componentes curriculares se adaptem às condições que resultem em uma aprendizagem que faça sentido para os (as) alunos (as).

Desse modo, o processo ensino e aprendizagem mostra-se complexo e em constante transição. Por isso, é importante ter em mente o sujeito a ser afetado por esse processo. Morin (2003) alerta para a visão de sujeito que se deve ter quando o objetivo é educar. A autonomia desse sujeito é sempre relativa e relacional. Assim, o sujeito, nesse caso todos os atores educacionais, deve ser visto como indivíduo com idiosincrasias marcantes e definidas, que fazem parte de um cosmo que é determinante em relação ao ser humano. Observa-se, portanto, que ocorre uma perda de foco quanto ao alvo do fluxo dos esquemas cognitivos que podem atravessar as disciplinas.

Em relação à perda de foco ligado ao fluxo de esquemas cognitivos que podem atravessar as disciplinas, recorremos à Rodrigues (2008) que chama a atenção para a transversalidade, termo utilizado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's):

O reconhecimento de que as disciplinas clássicas representativas dos saberes cientificamente aceitos, por si mesmas, não são suficientes para compreender os problemas da atualidade, e ainda responder a eles, é visível nos PCN's. A transversalidade surge no documento como uma resposta na busca de um conhecimento mais integrado (RODRIGUES, 2008, p. 1).

Rodrigues (2008) reconhece que os chamados componentes curriculares estanques não são suficientes para proporcionar uma formação integral. A associação dos chamados temas transversais ao currículo formal pode representar uma resposta à necessidade de um conhecimento integrado. Segundo a autora, os temas transversais não devem ser trabalhados concomitantemente em relação aos conteúdos curriculares formais. Além disso, o (a) professor (a) não pode parar seu conteúdo para atender a demanda do tema transversal. O que deve

acontecer é que esses temas devem ser trazidos para dentro dos conteúdos das disciplinas formais e para a metodologia da área em questão. Isso constitui um trabalho interdisciplinar. Cabe ao docente, explicitar relações entre os conteúdos das matérias escolares com aqueles relativos aos temas transversais.

Apesar de os PCN's reconhecerem o valor da interdisciplinaridade para a formação integral do indivíduo, Rodrigues (2008) considera que os temas transversais ocupam um lugar marginal dentro do currículo escolar da educação brasileira. A inserção dos temas transversais não ocorre de forma interdisciplinar. Ocorre apenas um mero acréscimo aos já consagrados componentes curriculares. O resultado é que os temas transversais apenas gravitam sobre os conteúdos curriculares, relegando-os a um papel marginal ou complementar no currículo.

O trabalho interdisciplinar é confundido com a perspectiva multidisciplinar. A multidisciplinaridade constitui uma associação de disciplinas, por conta de um projeto ou de um objeto que lhes seja comum; as disciplinas procuram interagir para resolver tal ou qual problema ou para conceber esse objeto ou esse projeto de hominização. A questão é que não ocorre a devida reformulação no espaço e no tempo escolares para que a ação multidisciplinar ocorra. A escola fica impossibilitada de diminuir a sobrecarga de conteúdos formais, de modo que o trabalho com projetos não acontece. No âmbito da BNCC, perde-se a possibilidade de aprofundar a reflexão e prática sobre interdisciplinaridade e minimizar os problemas acerca da transversalidade. Ao reconhecer problemas ligados à transversalidade nos PCN's, a nova proposta de diretriz comum curricular não se dirige a sua revisão, mas, ao contrário, enfraquece a possibilidade de trabalhos articulados em projetos.

A interdisciplinaridade, segundo os autores mencionados, pressupõe um diálogo entre os pares para entender a mensagem nas entrelinhas em suas diferentes línguas. Sugere a troca de ideias locais e sua universalização, ocasionando a formação de novos cientistas, uma realfabetização. Segundo Sousa (2006), a única condição possível para a eliminação das barreiras que fazem do ensino médio um ensino estático e sem nenhum atrativo para o seu público alvo é o diálogo entre as áreas do conhecimento e entre os atores do processo ensino e aprendizagem. Esse diálogo apresenta três níveis distintos: curricular, didático e pedagógico.

O nível curricular da interdisciplinaridade escolar exige que se estabeleçam ligações de interdependência, convergência e complementariedade entre as áreas do conhecimento. O nível didático articula o que prescreve o currículo e sua inserção nas situações de aprendizagem. O nível pedagógico é o espaço da atualização em sala de aula da interdisciplinaridade escolar.

2.3 REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA INTERDISCIPLINAR COM BASE NO DOCUMENTO ORIENTADOR DE 2013

A unidade educacional considerada nessa pesquisa fez o credenciamento no PROEMI seguindo as orientações do Documento Orientador de 2011. No entanto, o recurso disponibilizado para a implementação do programa só foi depositado na conta da Associação de Pais, Mestres e Comunitários da escola no final do ano letivo de 2012. Dessa maneira, as ações de redesenho curricular só foram implementadas durante o ano letivo de 2013. Dessa forma, a implementação do PROEMI na unidade educacional teve de se adequar às orientações do Documento Orientador de 2013.

O Documento Orientador do PROEMI de 2013 (BRASIL, 2013) apresenta a necessidade de políticas públicas voltadas especificamente para o público alvo do ensino médio. Reconhece que a organização curricular é essencial para um ensino de qualidade para os jovens e adolescentes. Desse modo, é imperativo que os atores educacionais imediatos sejam conscientizados de que uma reformulação de suas práticas pedagógicas e curriculares é necessária.

Já no capítulo de introdução, o Documento Orientador de 2013 (BRASIL, 2013) destaca o caráter que a implementação do PROEMI deve seguir:

O Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), instituído pela Portaria nº. 971, de 09/10/2009, foi criado para provocar o debate sobre o Ensino Médio junto aos Sistemas de Ensino Estaduais e Distrital fomentando propostas curriculares inovadoras nas escolas do ensino médio, disponibilizando apoio técnico e financeiro, consoante à disseminação da cultura de um currículo dinâmico, flexível e que atenda às demandas da sociedade contemporânea. (BRASIL, 2013, p. 10).

Acima de tudo, o PROEMI deve gerar uma inquietude em todo profissional e ator do ensino médio. Segundo o Documento Orientador de 2013 (BRASIL, 2013), esse espírito de inquietude e de discussão poderá levar a proposições que venham a afetar de forma positiva o fazer pedagógico dessa última fase da educação básica.

As propostas resultantes dos debates acerca do ensino médio fomentados pelo PROEMI devem corresponder às especificidades dos estabelecimentos educacionais, de forma que os conteúdos e projetos escolares possam fazer sentido para os educandos. As instituições participantes do Programa Ensino Médio Inovador devem elaborar Planos de Redesenho Curricular e definir processos educacionais de acordo com as necessidades locais e passíveis de acompanhamento e avaliação.

O Documento Orientador de 2013 esclarece que um dos impactos da discussão sobre o ensino médio gerado pela implementação do PROEMI é um espírito de cooperação entre os atores dessa modalidade de ensino, bem como entre os sistemas de ensino que a oferecem. O texto (BRASIL, 2013) elege o Ministério da Educação como o responsável pelo apoio técnico e financeiro às instituições credenciadas no programa. O repasse dos recursos é conforme o número de alunos, de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 1 – Escolas com Jornada Escolar de 5 (cinco) Horas Diárias e/ou com Oferta de Ensino Médio no Período Noturno

Intervalo de Classe de Número de Alunos Matriculados no Ensino Médio na Unidade Educacional	Valores de Repasse (R\$)		
	Custeio (70%)	Capital (30%)	Total
Até 100 alunos	14.000,00	6.000,00	20.000,00
100 a 300	21.000,00	9.000,00	30.000,00
301 a 500	28.000,00	12.000,00	40.000,00
501 a 700	35.000,00	15.000,00	50.000,00
701 a 900	42.000,00	18.000,00	60.000,00
901 a 1100	49.000,00	21.000,00	70.000,00
1101 a 1300	56.000,00	24.000,00	80.000,00
1301 a 1400	63.000,00	27.000,00	90.000,00
Mais de 1401	70.000,00	30.000,00	100.000,00

Fonte: Documento Orientador de 2013 (BRASIL, 2013, p. 29).

Como a unidade educacional pesquisada contou com a matrícula de 2.069 (dois mil e sessenta e nove) alunos no ano de 2011, o repasse de verba federal foi de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

No caso do papel do ensino médio na sociedade brasileira, o Documento Orientador de 2013 declara que as unidades educacionais credenciadas no PROEMI devem traçar o redesenho de seus currículos escolares compreendendo os sujeitos e as juventudes presentes no ensino médio brasileiro como indivíduos com direito à aprendizagem e ao desenvolvimento integral. Isso se coaduna com o que é exposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96. No Artigo 22, a referida lei estabelece que a etapa final da Educação Básica visa ao desenvolvimento do indivíduo, permitindo a esse indivíduo uma formação comum, capaz de inseri-lo de forma cidadã e ativa na sociedade. Fica claro que, segundo a LDB, o ensino médio deve romper com a sua histórica dualidade propedêutica e profissional. A escola deve ultrapassar o modelo conteudístico e avançar rumo a um ensino contextualizante.

O Documento Orientador de 2013, em sua parte introdutória, chama a atenção para a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, para destacar que até o ano de 2016 a obrigatoriedade do ensino dos quatro aos dezessete anos de idade deve estar garantida. Isso vai ao encontro da Meta três do novo Plano Nacional da Educação que propõe a universalização do Ensino Médio até 2020 (15 a 17 anos), com taxa líquida de 85% de atendimento para essa faixa etária. Desse modo, para que haja a universalização do ensino médio, é necessário garantir o acesso à educação de qualidade e atender as necessidades e expectativas dos jovens brasileiros.

Esse processo de abertura democrática da educação brasileira ganhou ímpeto após a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, que passou a formalizar e propor a universalização do direito ao ensino médio. Esse direito tornou-se uma condição precípua para a vida em sociedade. Dessa forma, os principais documentos jurídicos acerca da educação (Constituição Federal, LDB e Plano Nacional de Educação) preconizam a educação como direito a ser universalizado e salientam o dever do Estado de garantir suas finalidades.

Apesar de quase trinta anos de uma Constituição Cidadã, o quadro do ensino brasileiro, onde se inclui o ensino médio, não é o de universalização, e sim o de exclusão, segundo os dados educacionais. Conforme o Documento Orientador de 2013 do PROEMI, com base no Censo 2011 do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), mesmo com o desenvolvimento do processo de democratização do acesso à educação em fluxo no Brasil, o percentual de jovens de 15 a 17 anos que não frequentam a escola e as taxas de distorção idade/série educacional entre jovens da mesma idade constituem-se em desafios a serem vencidos.

O Documento Orientador de 2013 (Brasil, 2013, p. 3) apresenta uma tabela com as taxas de escolarização bruta e líquida da educação brasileira, referente aos anos de 1995 a 2011.

Tabela 2 – Taxas de Escolarização Bruta e Líquida – Brasil 1995/2011

ANO	ENSINO FUNDAMENTAL (7 A 14 anos)		ENSINO MÉDIO (15 a 17 anos)	
	TAXA BRUTA	TAXA LIQUIDA	TAXA BRUTA	TAXA LIQUIDA
1995	109,3	85,4	47,0	22,1
2000	149,7	90,3	73,0	34,4
2001	121,3	93,1	73,9	36,9
2002	120,8	93,7	75,9	40,0

2003	119,3	93,8	81,1	43,1
2004	117,6	93,8	81,4	44,4
2005	117,1	94,4	80,7	45,3
2006	116,2	94,8	82,2	47,1
2007	116,0	94,6	82,6	48,0
2008	115,7	94,9	85,5	50,4
2009	117,3	95,3	83,0	50,9
2011	119,0	95,5	82,2	51,6

Fonte: IBGE - Pnad's 1995, 2001 a 2009; Elaborado por MEC/Inep/DTDIE.

Nota: Exclui-se a população rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP de 1995 e 2001 a 2003.

Como se observa na tabela, o crescimento das taxas líquidas⁴ de escolarização referentes ao ensino médio, mesmo com ascendência frequente, está em um patamar muito distante do desejável. De acordo com Documento Orientador de 2013, em relação às taxas de aprovação, de reprovação e de abandono, os índices apresentados no Censo Escolar de 2011 estão muito longe das expectativas.

Para tornar o ensino médio mais atraente para aqueles que estão fora dele e para responder à necessidade de se superar o dualismo propedêutico e profissionalizante dessa etapa da Educação Básica, o PROEMI foi criado com a pretensão de gerar mudanças significativas no ensino médio oferecido pelas escolas públicas. Pretende-se incorporar no currículo escolar componentes que garantam maior sustentabilidade das políticas públicas, reconhecendo a importância de uma nova organização curricular que possa fomentar as bases para uma nova escola de ensino médio.

O Documento Orientador do PROEMI de 2013 (BRASIL, 2013) chama a atenção para o papel do trabalho interdisciplinar a ser desenvolvido no âmbito do referido programa:

O Projeto de Redesenho Curricular (PRC) deverá apresentar ações que comporão o currículo e estas poderão ser estruturadas em diferentes formatos tais como disciplinas optativas, oficinas, clubes de interesse, seminários integrados, grupos de pesquisas, trabalhos de campo e **demais ações interdisciplinares** e, para sua concretização, poderão definir aquisição de materiais e tecnologias educativas e incluir formação específica para os

⁴Taxa de Escolarização Líquida identifica a parcela da população na faixa etária de 7 a 14 anos matriculada no Ensino Fundamental e a Taxa de Escolarização Bruta identifica se a oferta de matrícula no Ensino Fundamental é suficiente para atender a demanda na faixa etária de 7 a 14 anos. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/taxa-de-escolarizacao/>>. Acesso em: 25 set. 2016.

profissionais da educação envolvidos na execução das atividades (BRASIL, 2013, p, 13).

De acordo com o Documento Orientador de 2013, as áreas do conhecimento permanecem exercendo destaque dentro do currículo escolar. É a partir dessas áreas que as ações dentro de cada macrocampo devem ser pensadas. Essas ações devem contemplar as Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio e envolver diversas temáticas através do diálogo com os componentes curriculares. Dessa maneira, o trabalho interdisciplinar pode ser visto como uma prática social, na concepção de interlocução, manutenção e transformação daquilo que se mostra necessário à existência humana. A interdisciplinaridade pode ser considerada um meio para a apropriação daquilo que já foi produzido, para o seu melhoramento ou a sua reformulação total.

O Documento Orientador de 2013 propõe um redesenho curricular

[...] que reafirme a importância dos conteúdos específicos de cada componente curricular, e transcenda às fragmentações frequentes com o padrão constituído apenas por disciplinas e tempo de 50 minutos, apontando a necessidade de diálogo entre componentes e áreas que compõem o currículo para a proposição de ações e respectivas atividades dentro de cada macrocampo (BRASIL, 2013, p. 14).

Assim, o currículo do ensino médio deve ser elaborado de forma participativa e contínua, através da organização das disciplinas articuladas com atividades integradoras, a partir das inter-relações existentes entre os eixos constituintes do ensino médio, ou seja, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura. Portanto, a interdisciplinaridade no Documento Orientador de 2013 pode corresponder a um trabalho cooperativo, integrador. O (A) professor (a) articulador (a) de projetos e os demais professores envolvidos na implementação do Programa Ensino Médio Inovador devem ter competência técnica e humanística para entender os alunos e alunas dentro do conceito de “juventudes” e dotar o Projeto Político Pedagógico de uma proposta consistente de organização curricular.

Visando a um redesenho curricular consistente com vistas à interdisciplinaridade no âmbito do PROEMI, de acordo com o Documento Orientador de 2013, o currículo do ensino médio deve contemplar o trabalho como princípio educativo. Isso porque o processo social de produção coloca exigências específicas para a educação. Entre essas exigências está a necessidade de a educação transformar o educando em um cidadão socialmente produtivo. Essa exigência não está ligada ao caráter profissionalizante. Tem a ver com uma participação social ativa, consciente e crítica.

Para que a participação social ativa do cidadão se efetive, é preciso que o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura estejam associados e integrados. Sobre os efeitos de um

currículo escolar integrado a partir de um eixo comum, o Documento Orientador de 2013 esclarece que

[...] o currículo integrado em torno do eixo trabalho-ciência-tecnologia-cultura e com foco nas áreas de conhecimento será capaz de atribuir novos sentidos à escola, dinamizar as experiências oferecidas aos jovens estudantes, ressignificar os saberes e experiências. Desse modo, cada ação proposta que se materializa em uma atividade e experiência curricular deverá se perguntar em que medida está articulada a esse eixo integrador (Brasil, 2013, p. 15).

As ações pedagógicas envolvendo de forma interdisciplinar os componentes curriculares e os eixos temáticos podem ressignificar o ensino oferecido pela escola secundarista. O currículo do ensino médio deve permitir diversas formas de trabalho pedagógico. As disciplinas devem abandonar seu caráter estanque e convergir para formas de trabalho pedagógico que promovam a educabilidade e tragam inovações visando à formação integral do educando.

O Documento Orientador do PROEMI de 2013 elege o currículo escolar como o elemento guia da organização do trabalho escolar. A organização curricular, em todas as suas dimensões e ações, deve ser elaborada de forma a garantir o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento dos discentes por meio de ações e atividades que contemplem, na perspectiva de integração curricular, a abordagem de conhecimentos, o desenvolvimento de experiências e a promoção de atitudes permitindo uma formação integral capaz de promover a educabilidade.

O currículo deve sempre estar de acordo com as diretrizes nacionais e estaduais. Apesar dessas limitações, a unidade educacional atendida pelo Programa Ensino Médio Inovador tem certo grau de autonomia na elaboração de seu percurso formativo.

O grau estendido de autonomia concedido à escola incluída no PROEMI tem o objetivo de erigir uma escola ativa e criativa, construída a partir de princípios educativos que unifiquem, na pedagogia, o *éthos*, o *logos* e o *técno*s, tanto no plano metodológico quanto epistemológico.

É importante que cada escola seja a construtora de seu Projeto Político e Pedagógico. Essa construção de caráter local, social, política e educacional viabilizará ações de acordo com a realidade dos (as) alunos (as). Vai gerar a contextualização tão imprescindível para que os conteúdos curriculares façam real sentido para os (as) estudantes.

Dessa forma, atendendo ao caráter macro e micro do processo educacional, o PROEMI estabelece um referencial de tratamento curricular e indica as condições materiais e aportes financeiros que permitirão as mudanças necessárias no âmbito de um currículo interdisciplinar nas escolas de ensino médio.

Além do tratamento diferencial dado ao currículo do ensino médio, a implementação do PROEMI prevê outras condições para o redesenho das práticas pedagógicas nas escolas atendidas pelo programa. O Documento Orientador de 2013 alista:

- a)** Carga horária mínima de 3.000 (três mil horas), entendendo-se 2.400 horas obrigatórias, acrescidas de 600 horas a serem implantadas de forma gradativa;
- b)** Foco em ações elaboradas a partir das áreas de conhecimento, conforme proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e que são orientadoras das avaliações do ENEM;
- c)** Ações que articulem os conhecimentos à vida dos estudantes, seus contextos e realidades, a fim de atender suas necessidades e expectativas, considerando as especificidades daqueles que são trabalhadores, tanto urbanos como do campo, de comunidades quilombolas, indígenas, dentre outras;
- d)** Foco na leitura e letramento como elementos de interpretação e de ampliação da visão de mundo, basilar para todas as áreas do conhecimento;
- e)** Atividades teórico-práticas que fundamentem os processos de iniciação científica e de pesquisa, utilizando laboratórios das ciências da natureza, das ciências humanas, das linguagens, de matemática e outros espaços que potencializem aprendizagens nas diferentes áreas do conhecimento;
- f)** Atividades em Línguas Estrangeiras/Adicionais, desenvolvidas em ambientes que utilizem recursos e tecnologias que contribuam para a aprendizagem dos estudantes;
- g)** Fomento às atividades de produção artística que promovam a ampliação do universo cultural dos estudantes;
- h)** Fomento as atividades esportivas e corporais que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes;
- i)** Fomento às atividades que envolvam comunicação, cultura digital e uso de mídias e tecnologias, em todas as áreas do conhecimento;
- j)** Oferta de ações que poderão estar estruturadas em práticas pedagógicas multi ou interdisciplinares, articulando conteúdos de diferentes componentes curriculares de uma ou mais áreas do conhecimento;
- k)** Estímulo à atividade docente em dedicação integral à escola, com tempo efetivo para atividades de planejamento pedagógico, individuais e coletivas;
- l)** Consonância com as ações do Projeto Político-Pedagógico implementado com participação efetiva da Comunidade Escolar;
- m)** Participação dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);
- n)** Todas as mudanças curriculares deverão atender às normas e aos prazos definidos pelos Conselhos Estaduais para que as alterações sejam realizadas (BRASIL, 2013, p. 11, 12).

Como se observa no item “l”, o Projeto Político e Pedagógico deve ser elaborado, implementado e avaliado com vistas a alterações de forma participativa e cooperativa. O Documento Orientador de 2013, em relação às ações do macrocampo obrigatório Acompanhamento Pedagógico, determina que essas ações devem estar de acordo com os objetivos propostos no Projeto Político e Pedagógico (PPP) das unidades educacionais credenciadas no programa. O documento (BRASIL, 2013) enfatiza que o PPP é elaborado a partir do diagnóstico realizado pela equipe escolar acerca da realidade local da unidade educacional.

Desse modo, observa-se paralelo entre a interdisciplinaridade sugerida no Documento Orientador de 2013 com a interdisciplinaridade proposta por teóricos como Ivani Fazenda. Segundo Fazenda (1998), interdisciplinaridade refere-se a uma nova atitude em relação ao conhecimento. O conhecimento nunca está fechado e pronto. Está sempre aberto às múltiplas facetas do ato de aprender. A interdisciplinaridade pauta-se em constante movimento. Tem como pressupostos a metamorfose e a incerteza.

O Documento Orientador de 2013 (BRASIL, 2013) apresenta o caráter dinâmico do conhecimento ao afirmar que o conhecimento oferecido no ensino médio deve estar articulado à realidade do aluno, à sua vida, aos seus contextos imediatos, considerando suas especificidades sociais, econômicas, culturais e raciais.

Sobre a articulação entre conhecimento e contexto do (a) aluno (a), o Documento Orientador de 2013 declara:

A escola deverá organizar o conjunto de ações que compõem o PRC a partir dos macrocampos e das áreas de conhecimento, conforme necessidades e interesses da equipe pedagógica, dos professores, da comunidade escolar, mas, sobretudo, dos adolescentes, jovens e adultos, alunos dessa etapa da educação básica (BRASIL, 2013, p. 13).

Sendo assim, o foco sempre é o aluno dentro de sua realidade local. As práticas pedagógicas, quer interdisciplinares ou não, devem partir daquilo que o aluno e a aluna trazem para dentro das salas de aula. É a partir desse legado histórico, social e cultural que se traçarão procedimentos metodológicos visando à articulação dos eixos constituintes do ensino médio, a saber, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura com os componentes curriculares dessa modalidade de ensino.

Dessa forma, pode-se afirmar que os impactos esperados com a implementação do Programa Ensino Médio Inovador têm paralelo com a “aprendizagem cidadã”, proposta por Morin (2003). Segundo esse teórico, “A EDUCAÇÃO deve contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como se tornar um cidadão” (MORIN, 2003, p. 65).

As disciplinas do ensino médio não podem ensinar apenas aquilo que estão dentro de seus currículos. Devem associar os conteúdos à vivência dos (as) alunos (as). É por isso que o diálogo que os teóricos da interdisciplinaridade defendem deve ser estimulado e praticado. Morin (2003) afirma, ao definir a interdisciplinaridade, que os componentes curriculares podem dialogar, a ponto de se tornarem algo orgânico. Podem se tornar um corpo, onde cada parte é diferente, mas desempenha uma função benéfica a todo o organismo.

É interessante notar que, em todos os itens onde se descrevem os macrocampos do PROEMI, o Documento Orientador de 2013 usa a palavra interdisciplinaridade. Isso significa que as ações dentro desses macrocampos devem valorizar o diálogo entre os componentes curriculares envolvidos e os eixos temáticos abordados. No caso desse diálogo, o Documento Orientador de 2013 declara:

É essencial que as ações elaboradas para cada macrocampo sejam pensadas a partir das áreas de conhecimento, contemplando as orientações das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio – DCNEM, e envolvendo temáticas diversas por meio do diálogo entre os conteúdos dos diferentes componentes curriculares de uma ou mais áreas do conhecimento (BRASIL, 2013, p. 14).

Percebe-se que existe relação entre a interdisciplinaridade proposta pelos teóricos e a interdisciplinaridade defendida no Documento Orientador de 2013 do PROEMI. Nos dois casos, as ações pedagógicas visando a uma formação integral do indivíduo passam pelo diálogo que deve haver no processo ensino e aprendizagem. Deve haver um novo espírito regendo a interlocução entre os componentes curriculares e entre os componentes curriculares e os chamados temas especiais. Esse diálogo deve ser regido por um espírito de ousadia, conforme Fazenda (2003). Ousadia no sentido de congregar os atores do processo ensino e aprendizagem em torno de um ideal de educação onde ninguém trabalha sozinho e sim em prol da formação integral do (a) aluno (a).

Quanto aos demais documentos orientadores, eles não são considerados aqui por razões justificadas. A Seduc/AM aderiu ao Programa Ensino Médio Inovador em 2011, por isso não usou o Documento Orientador de 2009 para o seu credenciamento. A unidade educacional pesquisada fez seu credenciamento no programa no final de 2011, para implementar o PROEMI em 2012. No entanto, o recurso só foi liberado no final deste. Assim, a implementação do PROEMI aconteceu no ano letivo de 2013. Desse modo, essa implementação seguiu as orientações do Documento de 2011, documento usado para o credenciamento, e seguiu também as orientações do Documento Orientador de 2013, que foi o ano considerado para essa pesquisa. Portanto, os documentos considerados nesse caso de gestão são os Documentos Orientadores de 2011 e 2013.

2.4 REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA INTERDISCIPLINAR COM BASE NOS DOCUMENTOS RELACIONADOS AO PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR PRODUZIDOS PELA UNIDADE EDUCACIONAL INVESTIGADA

Após o credenciamento da unidade escolar no Programa Ensino Médio Inovador, segue-se um período diagnóstico durante o qual a equipe escolar responsável pela implementação do

PROEMI passa a refletir profundamente sobre a realidade em que se encontra a instituição de ensino. Após este período, traça-se o Projeto de Redesenho Curricular (PRC). De acordo com o Documento Orientador de 2013:

A elaboração do Plano de Redesenho Curricular (PRC) deve considerar os aspectos que contribuem para a definição de *ações eminentemente estratégicas*, apresentando: coerência entre a análise situacional, as proposições e os impactos desejáveis; estruturas gerenciais para garantia da efetividade na operacionalização e execução físico-financeira, articulação com outros Programas e ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e as parcerias institucionais para o fortalecimento dos Projetos Pedagógicos das Escolas (BRASIL, 2013, p. 21).

A primeira parte da elaboração do PRC consiste na análise situacional da unidade educacional, para depois inserir os dados obtidos na plataforma do Programa Dinheiro Direto na Escola Interativo. O referido Programa é alimentado com as informações que permitem a análise situacional da escola, possibilitando o dimensionamento de aspectos relevantes à gestão e funcionamento das unidades escolares credenciadas no programa.

Após a inserção dos dados diagnósticos da unidade educacional na plataforma do Ministério da Educação, a equipe escolar responsável pela elaboração do PCR passa a traçar as ações estratégicas de acordo com a análise situacional e conforme os macrocampos escolhidos para serem trabalhos. Segundo o Documento Orientador de 2013, toda e qualquer ação pedagógica dentro do âmbito do PROEMI deve estar de acordo como o Projeto Político e Pedagógico da unidade educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96 (BRASIL, 1996) delega à escola pública a responsabilidade de elaborar e executar seu Projeto Político-Pedagógico (PPP). A referida Lei (BRASIL, 1996) assegura a cada unidade educacional a possibilidade de definir a organização de seu trabalho pedagógico e, conseqüentemente, a conquista de sua autonomia. Nesse sentido, a lei assegurou a possibilidade da elaboração do PPP, conforme as especificidades de cada realidade institucional. No entanto, apesar da legalidade estabelecida para a elaboração desse importante documento educacional, são os diversos atores da escola que garantem a sua realização.

O Documento Orientador de 2013 assevera que as ações do PROEMI devem estar em “consonância com as ações do Projeto Político e Pedagógico implementado com participação efetiva da comunidade escolar” (Brasil, 2013, p. 10). A escola deverá organizar o conjunto de ações que compõem o PRC a partir dos macrocampos e das áreas de conhecimento, conforme necessidades e interesses da equipe pedagógica, dos professores, da comunidade escolar, mas, sobretudo, dos adolescentes, jovens e adultos, alunos dessa etapa da educação básica.

No início do ano letivo de 2012, na jornada pedagógica que marca o início das atividades pedagógicas anuais, a equipe pedagógica e os professores da unidade educacional tomada para essa pesquisa se reuniram para a atualização do Projeto Político e Pedagógico da instituição. O documento atualizado (AMAZONAS, 2012), em sua apresentação, reconhece sua função:

O presente Projeto Político Pedagógico foi elaborado com o objetivo de suprir a necessidade de um documento que servisse como base para o funcionamento desta Instituição de Ensino. Com a preocupação de atender a todos os segmentos da sociedade que se utilizam da Escola, todos foram convocados a ajudar na construção deste projeto (AMAZONAS, 2012, p. 5).

A unidade educacional mostra-se ciente de que toda e qualquer ação pedagógica realizada no seu interior deve estar registrada em documentos, de forma a permitir acompanhamento e avaliação constantes. O aspecto cooperativo do documento também foi levado em consideração no momento de elaboração.

A Justificativa do PPP (AMAZONAS, 2012) da unidade educacional em análise reporta-se às diretrizes da Lei 9394/96 para reconhecer a necessidade da elaboração de um documento interno à unidade educacional, que atenda às suas necessidades e especificidades. O impacto esperado quando da elaboração cooperativa desse documento é o desenvolvimento de uma consciência crítica e cidadã dentro da escola, resultando em educadores atentos aos ideais da população, cumprindo sua função social e política, visando atingir os índices educacionais esperados para essa etapa da Educação Básica.

Em resposta à necessidade de consonância entre as ações pedagógicas do PROEMI e as ações propostas no Projeto Político e Pedagógico, no início do ano letivo de 2012, a equipe pedagógica, juntamente com o corpo docente da unidade educacional desse caso de gestão, propôs a inserção do Programa Ensino Médio Inovador no PPP da escola, como se observa no item 15:

15 – PROJETO PEDAGÓGICO

O projeto pedagógico da escola visa ao saber como fundamento da cidadania, a ética como princípio para qualquer iniciativa, e o progresso como horizonte a ser perseguido em cada ação, desenvolve projetos pedagógicos colocados em prática pela motivação do corpo docente que auxiliam o ensino-aprendizagem de seus discentes.

15.1 Projeto de Leitura “Ler para a Cidadania”

Objetivo: Estimular a prática, para a formação de bons leitores, capazes de ler diferentes textos com compreensão, utilizando-a como forma de acesso ao conhecimento e a cidadania.

15.2 Projeto AMA

Objetivo: Desenvolver nos discentes a consciência em relação à conservação e a preservação do patrimônio escolar.

15.3 Projeto de reforço escolar, através do Mais Educação.

Objetivo: Ajudar os alunos nas dificuldades de leitura e escrita e matemática como também despertar no educando o gosto para estudar proporcionando

atividades que possibilitem o desenvolvimento de habilidade e de compreensão.

15.4 Projeto Jovem Cidadão

Objetivo: Reduzir a exposição de adolescente e jovens a situações de violência, oportunizando atividades complementares à escola, a fim de contribuir para o desenvolvimento de suas potencialidades.

15.5 Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI)

Objetivo: Promover discussões acerca do ensino médio com vistas a um redesenho curricular capaz de diversificar as práticas pedagógicas, tornando o ensino dessa etapa da Educação Básica mais atrativo e significativo para os jovens e adolescentes atendidos por ele (AMAZONAS, 2012, p. 34).

Não houve nenhuma outra referência direta ao PROEMI. Também não houve citação do papel do (a) Professor (a) Articulador (a) de Projetos e sua equipe pedagógica na implementação do Programa Ensino Médio Inovador. Com relação à interdisciplinaridade, o item 7 do PPP da unidade educacional em questão, que trata da fundamentação epistemológica do trabalho pedagógico desempenhado pela escola, faz a seguinte declaração:

A abordagem sociointeracionista se legitima por meio da interação com o outro e com o ambiente no qual o indivíduo está inserido. Desta forma, trabalha-se com a interdisciplinaridade e com a contextualização numa relação dinâmica com o grupo. O desenvolvimento inicia no nível social entre pessoa e depois no nível individual no interior de cada indivíduo, internalizando a aprendizagem cotidiana (AMAZONAS, 2012, p. 14).

Dessa forma, antes da implementação do PROEMI, a unidade educacional já reconhecia a importância da interdisciplinaridade no trabalho pedagógico. Em relação ao fazer pedagógico de caráter interdisciplinar, PPP esclarece:

Os fundamentos didático-pedagógicos da nossa escola apoiam-se na abordagem sociointeracionista. Essa abordagem concebe a aprendizagem como um fenômeno que se realiza na interação com o outro e o ensino, incentivando novas formas de pensar, sentir e perceber o real, possibilitando novas aprendizagens (AMAZONAS, p. 14, 15).

Percebe-se na referência que a interdisciplinaridade é vista como uma interação do educando com o outro e com o ensino. Deveras uma definição bastante ampla. Não houve outra alteração no documento (AMAZONAS, 2012) que permitisse uma maior discussão entre o trabalho interdisciplinar a ser desenvolvido no âmbito do Programa Ensino Inovador a ser implementado na unidade educacional.

O principal documento relacionado à implementação do PROEMI é o Plano de Redesenho Curricular (PRC), cadastrado no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação/Simec (PDDE Interativo). O plano elaborado pela unidade educacional desse caso de gestão no final de 2011 foi readaptado para o ano letivo de 2012. Isso porque, a cada ano, as

unidades educacionais credenciadas no PROEMI devem reelaborar seus PRC's, mesmo que nenhum recurso seja repassado a elas.

Na reelaboração de 2012, oito macrocampos foram contemplados: Acompanhamento Pedagógico (obrigatório), Iniciação Científica e Pesquisa (obrigatório), Cultura Corporal, Cultura e Artes, Comunicação e Uso da Mídias, Cultura Digital, Participação Estudantil e Leitura e Letramento. Deve-se lembrar que, uma vez que o recurso financeiro para o PRC de 2011 só foi repassado no final de 2012, os macrocampos implementados em 2013 seguem as nomenclaturas do Documento Orientador de 2011, conforme a Matriz de Distribuição Orçamentária, disponibilizada nesse estudo como Anexo A.

Para efeito de comparação, segue abaixo um quadro com o Plano de Redesenho Curricular cadastrado na plataforma PDDE Interativo e executado em 2013:

Quadro 2 – Plano de Redesenho Curricular 2013

ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO	<p>Objetivos: Alavancar os índices de aproveitamento nas avaliações internas e externas da escola. Isso será feito através do aumento da carga horária escolar para os alunos com dificuldades nos principais componentes curriculares. Os professores de disciplinas como Língua Portuguesa, Matemática, Física, Química, Biologia, Geografia e História identificarão os alunos com dificuldades de aprendizagem e formarão turmas para o reforço escolar. Formadas essas turmas, será estabelecido um horário que não gere conflito para as atividades formais desses alunos, de preferência no sexto tempo.</p>	<p>Detalhamento: Impressão de documentos para trabalhos / textos utilizados nas aulas de reforço. Motivar e integrar os alunos através de excursões. Aquisição de ábacos para dinamizar as aulas de Matemática. O uso desses ábacos fará com que os alunos vivenciem na prática a realidade da teoria. Os alunos serão ensinados através de sua própria experiência, o que enriquecerá o processo de ensino. Aquisição de sólidos geométricos para dinamizar as aulas de Matemática. Equipar o laboratório de ciências da escola com recursos visuais e sólidos permitirá aos alunos ter experiências positivas com a teorização do componente curricular Matemática. Locação de equipamentos de som para a realização de uma Feira Literária. A escola tem em seu calendário eventos pontuais e seu equipamento de som não corresponde à realidade desses eventos. Encaminhar professores orientadores dos projetos para conferências com a finalidade de atualizar suas metodologias. Aulas expositivas com apresentação digitalizada dos conteúdos. Adequar a iluminação de todas as 17 salas de aula, quadra e ajuste das tomadas. Adequação das salas de aula e da quadra poliesportiva da escola, tornando o ambiente escolar salutar e apropriada, através de sistema sonoro em todos os ambientes da escola. Impressão de apostilas e textos complementares. As apostilas serão elaboradas dentro dos assuntos que exijam a atenção dos alunos. Serão destinadas a uma complementação do que foi ensinado em sala de aula e não compreendido plenamente pelos alunos. Motivar e integrar os alunos através de excursões.</p>	<p>Área de Conhecimento / Componente Curricular Linguagens: Língua Portuguesa; Língua Estrangeira; Educação Física. Matemática: Matemática. Ciências da Natureza: Biologia; Física; Química. Ciências Humanas: História; Geografia; Filosofia; Sociologia.</p>
LEITURA E LETRAMENTO	<p>Objetivo: Criar um “Clube de Leitura” para estimular a leitura e troca de experiências com a leitura entre os alunos. Através desse “Clube”, a</p>	<p>Detalhamento: Selecionar textos de diversos autores e momentos literários para a leitura nos encontros do “Clube de Leitura”. Alistar as obras literárias paradidáticas relacionadas como leituras obrigatórias para o ENEM. Programar as leituras que serão feitas</p>	<p>Área de Conhecimento / Componente Curricular Linguagens; Língua Portuguesa.</p>

	<p>escola criará um espaço para que os professores de vários componentes curriculares possam dirigir e coordenar leituras que ampliem a visão de mundo dos alunos. Eles deverão ser capazes de reconhecer um texto literário, não literário, nível de compreensão, nível de interpretação, etc.</p>	<p>em todos os bimestres. Divulgar amplamente para os alunos do terceiro ano a programação para as atividades do Clube de Leitura. Aulas expositivas acerca da distinção entre compreensão e interpretação de texto. Fazer o devido registro de todas as ações realizadas no projeto Clube de Leitura. Acompanhar os alunos nas diversas propostas de trabalho, como dramatizações, seminários, mesas redondas, etc. Fornecer os recursos necessários, como data show, material impresso, armários, etc. Elaborar e distribuir para cada aluno apostila com resumo e explicação detalhada acerca da obra literária lida.</p>	
<p>INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA</p>	<p>Objetivos: Favorecer o ensino prático dos fenômenos climáticos microrregionais, conforme estabelecido pelos PCN's, através do fluxo dos mananciais hídricos provenientes das chuvas (captação de água pluvial).</p>	<p>Detalhamento: Contratação de serviços para a adequação do ambiente escolar para o ensino prático dos fenômenos climáticos microrregionais.</p>	<p>Área de Conhecimento / Componente Curricular Matemática: Matemática. Ciências da Natureza: Física; Biologia; Química. Ciências Humanas: Geografia.</p>
<p>CULTURA DIGITAL</p>	<p>Objetivos: Reforçar o ensino do Componente curricular Língua Estrangeira Moderna – Espanhol através da articulação desse componente com outros (Geografia, História, Filosofia), por meio do uso de diversos recursos pedagógicos (mídia tecnologia, música, material</p>	<p>Detalhamento: Realizar Feira das Nações (atividade extraclasse envolvendo todas as turmas da escola e com o apoio dos demais componentes curriculares, agindo como parceiros e avaliadores). Equipar as salas com material pedagógico destinado ao ensino do componente curricular Língua Estrangeira Moderna – Espanhol, como livros didáticos, revistas, dicionários, armários para a guarda desses recursos, etc. Aulas expositivas para apresentação digitalizada do componente curricular de Espanhol.</p>	<p>Área de Conhecimento / Componente Curricular Linguagens: Língua Portuguesa; Língua Estrangeira; Educação Física. Ciências Humanas: História; Geografia; Filosofia;</p>

	impresso diversificado e outros).	Utilizar mapas em sala de aula de forma a ilustrar os países cujo idioma é o Espanhol. Essa ação será realizada com o apoio dos professores dos componentes curriculares de Geografia e História. Reforçar o conteúdo curricular de Espanhol através de jogos lúdicos. Realizar peças e musicais voltados para o idioma Espanhol, com o apoio do componente curricular Língua Portuguesa. Despertar através da música o interesse pelo Espanhol. Adequação do auditório escolar para a realização das ações artísticas e culturais interdisciplinares do ensino de Língua Estrangeira Moderna. Registrar os musicais e as peças realizados pelos alunos.	Sociologia.
CULTURA CORPORAL	Objetivos: Trabalhar o movimento corporal, usando esse movimento para trabalhar a plasticidade dos alunos e alunas envolvidos.	Determinar as formas de movimento corporal mais apreciadas pelos alunos e alunas para que os mesmos venham a se interessar pelas atividades do referido macrocampo. Promover tempos e espaços para a realização das ações do referido macrocampo.	Área de Conhecimento / Componente Curricular Linguagens: Língua Portuguesa; Língua Estrangeira; Educação Física.
CULTURA E ARTES	Objetivos: Estimular os alunos a participarem de uma forma pedagógica diferenciada envolvendo a música. Isso através da articulação entre os diversos componentes curriculares do macrocampo de Linguagens e suas Tecnologias e das Ciências Humanas.	Detalhamento: Aulas práticas envolvendo os componentes curriculares de Artes e História para estimular o interesse dos alunos em fazer parte da banda escolar. Confecção de indumentária para os alunos que foram selecionados por uma banca de professores. Adequação de uma sala para a guarda de instrumentos musicais. Aulas teóricas com textos, músicas e afins impressos se fazem necessários para estimular os alunos.	Área de Conhecimento / Componente Curricular Linguagens: Língua Portuguesa; Língua Estrangeira; Educação Física. Ciências Humanas: História; Filosofia.
COMUNICAÇÃO E USO DE MÍDIAS	Objetivos: Inovar o processo ensino aprendizagem do componente curricular de Física dos alunos do primeiro ano do ensino médio através de práticas mais dinâmicas e	Detalhamento: Adequação das salas de aula para um ensino voltado às novas tecnologias, beneficiando todos os componentes curriculares do ensino médio. Armazenar e transmitir os conteúdos curriculares do componente Física.	Área de Conhecimento / Componente Curricular Linguagens: Língua Portuguesa; Língua Estrangeira; Educação Física.

	<p>voltadas às novas tecnologias. Isso se faz necessário já que os alunos estão cansados das aulas teóricas e meramente conteudísticas. O projeto “Física do Amanhã” propõe a instalação de data shows nas salas de aula como forma de tornar as aulas mais interessantes, fazendo a associação teoria-prática. Com isso, busca-se um melhor índice de aprovação e melhor participação nas avaliações de larga escala.</p>	<p>Enriquecer o material pedagógico teórico com apostilas personalizadas para os componentes curriculares em que os alunos tiverem maiores dificuldades. Aquisição de softwares que serão utilizados em sala de aula no decorrer do projeto.</p>	<p>Matemática: Matemática. Ciências da Natureza: Biologia; Física; Química. Ciências Humanas: História; Geografia; Filosofia; Sociologia.</p>
<p>PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL</p>	<p>Objetivos: Através da Participação Estudantil, promover a preservação e a conservação do patrimônio escolar.</p>	<p>Recrutar uma brigada ambiental. Promover ações pedagógicas e formativas visando a conscientização dos agentes ambientais para servirem como indutores de boas práticas de conservação ambiental. Providenciar visitas guiadas para os agentes ambientais a parques ou centros de conservação ambiental.</p>	<p>Área de Conhecimento / Componente Curricular Linguagens: Língua Portuguesa; Língua Estrangeira; Educação Física. Matemática; Ciência Biologia; Física; Química. Ciências Humanas: História; Geografia; Filosofia; Sociologia.</p>

Fonte: Programa Dinheiro Direto na Escola Interativo BRASIL, 2012b).

Podemos perceber a tentativa de defender o trabalho pedagógico interdisciplinar na estrutura do documento através da articulação dos conteúdos curriculares nos macrocampos. O macrocampo Acompanhamento Pedagógico relaciona todos os componentes curriculares na aba Área de Conhecimento. No entanto, não há um detalhamento das ações capaz de destacar claramente que práticas pedagógicas interdisciplinares serão realizadas para alcançar os objetivos delineados.

Todas as ações apresentadas no Detalhamento do macrocampo “Acompanhamento Pedagógico” são pontuais e objetivas. Elas se relacionam mais aos recursos pedagógicos do que às práticas pedagógicas que devem apresentar caráter interdisciplinar. Isso torna-se um problema, no sentido em que se privilegia os recursos, em vez de se destacar as ações pedagógicas interdisciplinares em si.

Na aba de Objetivos do macrocampo Leitura e Letramento, menciona-se que o “Clube de Leitura” propiciará condições para que professores (as) de vários componentes curriculares possam trabalhar a leitura. No entanto, não há referência sobre como os componentes curriculares trabalharão de forma interdisciplinar.

O macrocampo Iniciação Científica e Pesquisa só faz referência em sua aba de Detalhamento a uma contratação de serviços de terceiros para a adequação dos ambientes da escola para o ensino dos fenômenos climáticos através do regime pluviométrico. Não há nenhuma proposta de ensino interdisciplinar que possa inovar o ensino médio.

Em relação ao macrocampo Língua Estrangeira, foi alistada a proposta de trabalho integrado visando à realização de uma Feira das Nações. Todos os (as) professores (as) são instados (as) a participarem da ação como parceiros (as) e avaliadores (as). Não existe no documento detalhamento acerca de como tal parceria e avaliação se dariam. No entanto, a experiência demonstrou que os docentes de todos os componentes curriculares acompanharam os (as) alunos (as) no trabalho de pesquisa, nos treinos e apresentações culturais e artísticos que se relacionaram à culminância da Feira das Nações.

Ainda relacionado ao macrocampo Língua Estrangeira, registra-se na aba de Detalhamento uma ação de cunho interdisciplinar voltado para o trabalho com mapas, envolvendo os componentes curriculares Espanhol, Geografia e História. Essa sugestão de trabalho pedagógico associado às experiências dos (as) professores (as) dos três componentes curriculares pode representar a inovação sugerida nos documentos orientadores do PROEMI.

O macrocampo Cultura e Artes propõe ação interdisciplinar envolvendo os componentes curriculares Artes e História. As práticas pedagógicas nesse macrocampo

objetivam estimular os (as) alunos (as) a participarem da banda escola. Para tanto, sugerem-se aulas práticas sobre a história da música e seus aspectos artísticos.

Os macrocampos Comunicação e Uso de Mídia, Cultura Corporal e Participação Estudantil não fazem referência a nenhuma ação de cunho interdisciplinar. Em nenhuma parte do documento se faz menção ao papel a ser desempenhado pelo (a) professor (a) articulador (a) de projetos e sua equipe pedagógica na implementação do PROEMI. A única referência direta à interdisciplinaridade se encontra na aba de detalhamento do macrocampo Língua Estrangeira. Tal menção direta diz respeito à proposição da adequação do auditório da escola para a realização de ações artísticas e culturais interdisciplinares. No entanto não se especifica essas ações e nem como elas se efetuarão.

As observações acerca do PPP e do PRC da unidade educacional tomada para essa análise revelam que a escola tem compromisso para com o trabalho interdisciplinar, mas que não houve o fortalecimento dessa prática pedagógica nesses principais documentos da instituição. Em nenhum dos documentos se faz referência ao papel do (a) professor (a) articulador (a) de projetos e de sua equipe pedagógica na implementação do PROEMI. Além disso, as sugestões de ações interdisciplinares no PRC executadas em 2013 têm mais a ver com os recursos didáticos do que com as ações em si. Isso justifica um plano que ação que destaque a importância de propostas pedagógicas efetivamente interdisciplinares, a serem incorporadas incisivamente no PPP e PRC da unidade escolar credenciada no PROEMI.

2.5 O TRABALHO INTERDISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROFESSOR ARTICULADOR DE PROJETOS E SUA EQUIPE PEDAGÓGICA

Neste item do capítulo dois, será considerada a noção de trabalho interdisciplinar a ser desempenhada pelo professor articulador de projetos e sua equipe pedagógica durante a implementação do Programa Ensino Médio Inovador, segundo os Documentos Orientadores que embasaram a referida implementação (2011 e 2013). Em seguida, de acordo com as entrevistas realizadas com o professor articulador e sua equipe de trabalho, tentar-se-á refletir sobre o grau de interdisciplinaridade adotado na unidade escolar pesquisada. As entrevistas com o professor articulador de projetos e os professores coordenadores dos macrocampos do PROEMI que ainda trabalham na unidade educacional poderão revelar se o trabalho interdisciplinar efetuado esteve de acordo com as proposições teóricas, de acordo com os documentos relacionados ao PROEMI ou seguiu um paradigma diferente.

O Documento Orientador de 2011 (BRASIL, 2011b), utilizado na fase de credenciamento pela unidade educacional, faz referência a uma equipe pedagógica e apresenta o novo ator da educação brasileira, dentro do escopo do PROEMI:

A equipe pedagógica da escola deverá participar de todo o processo de organização da reestruturação do currículo em conjunto com o professor (a) articulador (a) e os demais profissionais da escola, acompanhando o desenvolvimento das ações propostas no PRC. Este (s) professor (es) / (as) articulador (es) / (as) (um ou mais professores) deverá ser escolhido pelo conjunto de professores e coordenadores e deverá estar lotado (a) na unidade escolar, com 40 horas semanais, pertencer ao quadro permanente, possuir formação e perfil em consonância com as atribuições do PROEMI (BRASIL, 2011b, p. 12).

O Documento Orientador de 2011 enfatiza o caráter colaborativo que deve reger a implementação do PROEMI. Embora apresente uma equipe pedagógica e o professor (a) articulador (a) de projetos, não se descartam os demais profissionais da escola do trabalho a ser desempenhado. Observa-se também que as ações desenvolvidas devem refletir a identidade da unidade educacional, uma vez que o (a) professor (a) articulador (a) de projetos deve ser um profissional de horário integral e do quadro permanente da escola. Isso é importante para que as ações propostas dentro dos macrocampos não sofram descontinuidade.

Em relação ao perfil do professor articulador de projetos, o Documento Orientador de 2011 enumera as seguintes habilidades:

Desenvolver e implantar estratégias para a sistematização das ideias, ações e projetos propostos pelos professores, visando à elaboração e apresentação do Projeto de Reestruturação Curricular da escola, em consonância com o Documento Base do Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI) e do Projeto Político-Pedagógico da escola; Promover as articulações curriculares possíveis, internas e externas ao contexto escolar, estabelecidas nos projetos/ações contemplados no Projeto de Reestruturação Curricular; Coordenar e acompanhar a execução das ações, com foco no currículo da escola; Estabelecer canais permanentes de articulação com a Secretaria Estadual e Distrital de Educação/Coordenação Estadual de Ensino Médio e com outras instituições possibilitando: a gestão compartilhada; a ampliação dos territórios educacionais; dinamização dos ambientes socioculturais existentes na região (BRASIL, 2011b, p. 12).

Destaca-se nessa lista de habilidades que o professor (a) articulador (a) de projetos deve desenvolver um trabalho pedagógico voltado para a filosofia de projetos. Tais projetos devem corresponder às necessidades da instituição, devendo estar inseridos no Projeto Político e Pedagógico. Além disso, deve haver interação entre todos os atores educacionais nas ações desenvolvidas, tanto no âmbito micro, quanto macro. Observa-se que a palavra interdisciplinaridade não aparece diretamente. No entanto, já que o Projeto de Reestruturação

Curricular deve ser resultado de uma gestão compartilhada, subentendem-se ações pedagógicas interdisciplinares.

O Documento Orientador de 2013 mantém as mesmas informações acerca do (a) professor (a) articulador (a) de projetos e sua equipe pedagógica. Portanto, o perfil apontado nos dois documentos orientadores (2011/2013) é de um profissional voltado para a filosofia de projetos.

Um estudo feito em 2015 sobre a formação de professores (as) articuladores (as) na rede de ensino do Mato Grosso do Sul, coordenado pelos pesquisadores Patrícia Pato dos Santos, Carla de Britto Ribeiro Carvalho e Dayse Centurion da Silva (2015), revela que é exigida uma formação contínua para esses profissionais que trabalham com o ensino de caráter integral. As autoras defendem que a formação inicial deve ser ampliada, treinada e consolidada através da experiência que os anos que sucedem a graduação permitem.

Carvalho, Santos e Silva (2015) enfatizam que a sala de aula é o espaço fundamental para a consolidação da formação profissional do professor, uma vez que é nesse espaço que se concretizam as políticas e as ações educacionais. Em um cenário em que a educação em tempo integral passa a ser a moeda do futuro, é necessário suplantarmos os padrões pedagógicos estabelecidos. Deve-se preconizar novos conteúdos relacionados à sustentabilidade ambiental, aos direitos humanos, ao respeito, à valorização das diferenças e à complexidade das relações entre a escola e a sociedade.

É nesse contexto que surge o (a) professor (a) articulador (a) de projetos. Um (a) profissional capaz de orientar a integração do trabalho dos professores e monitores, organizar as atividades no contra turno e envolver a escola como um todo na oferta da educação integral. Nesse ponto, sugere-se o caráter interdisciplinar do trabalho pedagógico do (a) professor (a) articulador (a) de projetos. É responsabilidade dele organizar os demais professores e seus componentes curriculares em torno dos macrocampos do PROEMI.

É evidente que as informações acerca do (a) professor (a) articulador (a) de projetos e do papel desempenhado por ele (a) na implementação do PROEMI dentro dos documentos orientadores são deveras escassas. É importante que haja interlocução entre os atores que desempenham ou já desempenharam essa função para que maior conhecimento possa subsidiar uma atuação mais consciente e atuante desse importante ator do Programa Ensino Médio Inovador.

Em relação aos atores diretamente ligados à implementação do PROEMI na unidade educacional tomada para esse estudo, quatro permanecem na escola, o professor articulador de

projetos e três coordenadores de macrocampos. Eles se dispuseram a ser entrevistados para fornecer dados sobre o trabalho pedagógico desenvolvido no ano letivo de 2013.

Para efeito de identificação, elaborou-se o seguinte quadro com os dados básicos dos entrevistados, lembrando-se que os nomes atribuídos são fictícios:

Quadro 3 – Identificação dos entrevistados na unidade educacional pesquisada

Nome do Entrevistado	Atuação dentro do PROEMI	Idade	Área de Formação	Tempo de Atuação
Lucas Silva	Professor Articulador de Projetos	41	Licenciado em Língua Portuguesa	12 anos
Gabriel Santos	Coordenador Macrocampo Cultura Digital	28	Mestre em Diversidade Biológica	04 anos
Daniel Moraes	Coordenador Macrocampo Cultura Corporal	36	Licenciado em Química	08 anos
Jorge Sá	Coordenador Macrocampo Participação Estudantil	56	Licenciado em Língua e Literatura Brasileira e Língua e Literatura Espanhola	06 anos

Fonte: Elaborado pelo autor.

A primeira pergunta (questionário utilizado no Anexo B desse documento) versou sobre a formação dos entrevistados e como estes chegaram a participar do Programa Ensino Médio Inovador. A primeira parte dos dados subsidiaram a elaboração do quadro acima. Em relação à forma como chegaram ao PROEMI, todos os entrevistados afirmaram que foram indicados pela gestora à época para desenvolverem ações dentro dos respectivos macrocampos.

A segunda pergunta questionou se os entrevistados receberam formação para o trabalho na implementação do PROEMI na escola pesquisada. Todos foram unânimes quanto à inexistência de ações de formação tanto para a atuação como professor (a) articulador (a) de projetos bem como para coordenador de macrocampo. O entrevistado Gabriel Santos respondeu que participou de uma reunião em que o PROEMI foi apresentado, recebendo o convite para ser coordenador do macrocampo Cultura Digital, mas não houve nenhuma forma de formação, como se observa nas seguintes palavras:

O PROEMI pode gerar a possibilidade de discussão dentro da escola, maior circulação dos alunos dentro das temáticas discutidas. O problema local observado é que não houve uma orientação melhor acerca dos reais objetivos do PROEMI e como esses objetivos seriam alcançados. Até mesmo como ocorreria a elaboração desses projetos, a gente ficou perdido, sendo que as atividades ficaram truncadas devido a isso (Gabriel Santos, entrevista concedida em 13 de junho de 2016).

Essa sensação de não saber o que fazer em relação às etapas da implementação do PROEMI na escola pesquisada é evidente no discurso de todos os entrevistados. Não houve uma apresentação formal do programa à comunidade escolar. Devido a isso, não houve a discussão sobre os impactos esperados com a adesão da escola ao PROEMI. O redesenho curricular preconizado nos documentos orientadores deu lugar à simples compra de recursos pedagógicos com a verba federal destinada à unidade educacional.

Questionados acerca das principais dificuldades enfrentadas na implementação dos respectivos macrocampos (terceira pergunta), todos os entrevistados apontaram a necessidade de tempo específico para uma fundamentação teórica que embasasse as ações pedagógicas propostas e para as próprias atividades nos diversos projetos pedagógicos. A fala do entrevistado Gabriel Santos é bastante significativa e expressa o sentimento dos demais entrevistados:

Não houve redução de carga horária para que a gente trabalhasse as atividades do projeto. Pelo contrário, não houve nem diálogo acerca disso com a coordenação pedagógica, nem na escola e nem com o corpo pedagógico do distrito educacional. Outro fator dificultador relevante é que os alunos não tinham dentro do seu horário regular a oportunidade de participar das atividades do macrocampo. Se eles quisessem, deveriam vir à escola no contra turno (Gabriel Santos, entrevista concedida em 13 de junho de 2016).

Os professores da unidade educacional tomada para essa pesquisa não tiveram sua carga horária reduzida. A maioria tinha a carga de dezesseis horas de efetivo exercício de regência de sala de aula, mais quatro horas de atendimento pedagógico (reservado para planejamento, atendimento aos pais e outras atividades docentes). O entrevistado Lucas Silva afirmou que a única solução oferecida pela equipe pedagógica do Distrito Educacional a que a unidade educacional em questão pertence foi reduzir as horas de atendimento pedagógico pela metade. O que não foi aceito pela maioria dos coordenadores dos macrocampos.

O entrevistado Lucas Silva relatou:

Em reunião com a equipe pedagógica do Coordenadoria Distrital, foi discutido que não havia a possibilidade de se implementar as atividades dos macrocampos do PROEMI sem haver a redução da jornada de trabalho. Foi sugerido que os professores coordenadores tivessem o número de turmas reduzido. Dessa forma, o horário que seria gasto com essas turmas seria utilizado para o trabalho com as propostas de trabalho interdisciplinar com os projetos escolares. Os representantes da Coordenadoria Distrital alegaram que isso era inviável, pois geraria ônus, devido à contratação de mais professores para assumirem as cargas vagas. A solução seria a diminuição das horas de atendimento pedagógico, de quatro para duas. As duas horas restantes, seriam utilizadas para o trabalho no PROEMI (Lucas Silva, entrevista concedida em 22 de junho de 2016).

O entrevistado Lucas Silva reconheceu que aceitou o aumento de sua carga horária. Isso porque concordou em trabalhar aos sábados o projeto “Clube de Leitura”, dentro do macrocampo Leitura e Letramento. No entanto, como se observa nas entrevistas, esse posicionamento não foi unânime.

Ainda relacionado às dificuldades na implementação do PROEMI, o entrevistado Daniel Moraes falou:

As principais dificuldades foram burocráticas. Veio uma verba para gente trabalhar, comprar tatame, kimono. No entanto, não sabíamos como fazer para utilizar esse dinheiro. Então, a forma para fazer isso foi consultar pessoas que já tinham experiência com projetos semelhantes para ver como se utilizaria esse dinheiro, como se faria o orçamento, como fazer as compras de acordo com o projeto escrito e aprovado, como dividir o valor de acordo com as porcentagens para itens de capital e de custeio (Daniel Moraes, entrevista concedida em 04 de julho de 2016).

Todos os entrevistados reclamaram da burocracia resultante das etapas operacionais relacionadas às compras dos recursos alistados para a implementação dos seus respectivos macrocampos. Além disso, como se observa na fala do coordenador Daniel Moraes, houve falta de preparo relacionado a certas nomenclaturas utilizadas nos documentos de prestação de contas (itens de consumo e de capital, por exemplo).

O entrevistado Jorge Sá também comentou ter dificuldades em relação a aspectos burocráticos na implementação do PROEMI:

As dificuldades foram essencialmente burocráticas. Não houve também diminuição de carga horária, fazendo com que as atividades fossem realizadas muitas vezes dentro da carga horária destinada aos conteúdos curriculares. Quando se tem um horário específico para projetos, não se compromete o conteúdo curricular formal (Jorge Sá, entrevista concedida em 28 de julho de 2016).

Observa-se na fala do coordenador Jorge Sá a necessidade de uma formação adequada para o trabalho com uma política nova, como o PROEMI. Além disso, o senhor Jorge Sá relatou ter dificuldades em trabalhar com uma quantidade considerável de alunos, uma vez que na fase de credenciamento todos os alunos foram credenciados no macrocampo Participação Estudantil.

Em relação à interdisciplinaridade dentro do escopo do PROEMI (questão quatro), o entrevistado Lucas Silva ressaltou:

A discussão gerada pela implementação do PROEMI possibilita aos atores envolvidos apreender uma nova visão acerca do papel do ensino médio na educação brasileira. A proposta de aumentar a carga horária através de um redesenho curricular dessa etapa final da Educação Básica pode gerar propostas pedagógicas inovadoras. Pode agregar os professores em torno de objetivos específicos e integralizantes, gerando a valorização da

interdisciplinaridade. Por isso, é importante superar as variáveis que tendem para a padronização dos procedimentos pedagógicos. A educação deve se ajustar às necessidades dos alunos e alunas, promovendo sua educabilidade (Lucas Silva, entrevista concedida em 22 de junho de 2016).

Mesmo sem assinalar uma ação propriamente interdisciplinar, o entrevistado Lucas Silva deixa claro o impacto que a interdisciplinaridade gera na unidade educacional que a valoriza. Os atores dialogam. Esse diálogo permite a troca mútua de experiências e saberes. O ambiente escolar se abre, e essa abertura permite a inovação. Esse mesmo espírito é observado na fala do entrevistado Gabriel Santos:

A prática interdisciplinar pode gerar uma maior interação na relação entre professor e aluno, pode gerar melhor interação entre a equipe de trabalho. Isso é importante, pois cada indivíduo é único, pensando e agindo de forma diferente. Há muitos professores que só querem dar sua aula e ir para casa. Não são comprometidos com os objetivos institucionais. Portanto, quando se propõe uma atividade interdisciplinar voltada para objetivos claros e definidos, a escola só tem a ganhar (Gabriel Santos, entrevista concedida em 13 de junho de 2016).

Para demonstrar que trabalhou de forma interdisciplinar seu macrocampo, Cultura Digital, o entrevistado Gabriel Santos declarou:

O Blog criado dentro do macrocampo Cultura Digital tinha as informações gerais da escola, como o histórico da escola, o painel com os dados principais da escola, com os índices escolares. Uma parte do Blog ficou destinada aos projetos que a escola implementa. Era uma forma de informar a todos as atividades da escola. Além disso, o Blog disponibilizou links das páginas de interesse para a comunidade escolar, como o Facebook da escola e páginas relacionadas aos diversos componentes curriculares. Os professores, dessa forma interagem entre si, uma vez que os coordenadores dos projetos utilizavam as páginas de suas respectivas disciplinas para trocar informações com os alunos e outros professores. A ideia original era criar uma página onde todos os professores pudessem trocar ideias sobre suas aulas, postassem textos com abordagem transversal (Gabriel Santos, entrevista concedida em 13 de junho de 2016).

Dessa forma, o coordenador Gabriel Santos destacou que seu macrocampo, Cultura Digital, explorou a interdisciplinaridade quando favoreceu a disseminação de informações. Foi criado um blog com o nome da unidade educacional. Nesse blog, vários links foram disponibilizados para dar acesso a conteúdos de interesse de todos os componentes curriculares das três séries do ensino médio. Todos os projetos foram contemplados nesse blog, de modo que toda a comunidade escolar tivesse condições de refletir e discutir sobre os mais variados eixos abordados nos macrocampos.

Sobre a interdisciplinaridade em seu macrocampo, o entrevistado Daniel Moraes informou:

A principal maneira como ocorreu a interdisciplinaridade no meu macrocampo teve relação com a disciplina. Foi exigido que todo participante do projeto tivesse um aproveitamento escolar acima do esperado. Isso associado a um comportamento exemplar. Caso o participante não atendesse a essas prerrogativas, sua participação não se efetivaria. Assim, a minha forma de trabalho interdisciplinar foi dialogar com os outros professores para saber acerca do aproveitamento e do comportamento dos alunos, independente do componente curricular, para a constatação acerca do atendimento mínimo para a participação dos alunos no macrocampo Cultura Corporal (Daniel Moraes, entrevista concedida em 04 de julho de 2016).

O entrevistado Daniel Moraes afirma ter agido de forma interdisciplinar quando procurou dialogar com os demais professores acerca do comportamento dos alunos e alunas envolvidos no macrocampo Cultura Corporal. Os participantes só teriam a sua participação garantida mediante o bom desempenho escolar em todos os componentes curriculares. Essa articulação entre o coordenador e os demais professores foi uma forma de derrubar as barreiras que tornam as disciplinas estanques. O diálogo entre os pares é uma das formas de interdisciplinaridade.

O entrevistado Jorge Sá afirmou que a interdisciplinaridade ocorreu em seu macrocampo na medida em que outros professores passaram a participar em conscientizar os alunos e alunas acerca das questões relacionadas ao meio ambiente e sua conservação. Mas a articulação entre os componentes curriculares se resumiu a isso.

Percebe-se que os entrevistados veem a interdisciplinaridade como interação entre os componentes curriculares. No entanto, a maneira como essa interação se dá não fica clara para todos. O entrevistado Lucas Silva define interdisciplinaridade como um trabalho pedagógico com objetivos claros e definidos, desenvolvido por um conjunto de professores. O entrevistado Gabriel Santos falou de trabalho integrado de diversos professores com eixos disciplinares bimestrais. O entrevistado Daniel Moraes considerou como trabalho interdisciplinar a troca de informações sobre as notas bimestrais dos (as) alunos (as) que mostrassem interesse em participar do macrocampo Cultura Corporal. O entrevistado Jorge Sá apontou como trabalho interdisciplinar a participação dos professores em ações de conscientização ambiental.

Reconhecendo a dificuldade de se definir a interdisciplinaridade (questão cinco), o entrevistado Gabriel Santos destacou:

Acho que interdisciplinaridade é quando você consegue colocar o conteúdo de forma que o aluno veja o que é mais amplo, não apenas aquilo que é restrito ao que você está ensinando em sala de aula. Isso leva o aluno a aprender mais. Além disso, interdisciplinaridade é quando você consegue jogar o lúdico dentro do conteúdo através de uma feira, de um evento não restrito à sala de aula, uma saída para o campo, fazendo com que o estudante interaja mais no processo ensino e aprendizagem. Aí você consegue ter uma boa prática

pedagógica interdisciplinar (Gabriel Santos, entrevista concedida em 13 de junho de 2016).

Destaca-se então a importância de o (a) professor (a) apresentar uma visão ampla daquilo sobre o qual ele (a) ensina. Os conteúdos não devem se limitar aos assuntos alistados nas grades dos componentes curriculares. As práticas interdisciplinares podem abrir a possibilidade de uma maior interação entre professor (a) e aluno (a). Podem também estreitar a relação entre os membros da equipe pedagógica, promovendo um trabalho em conjunto que poderá enriquecer e inovar as práticas pedagógicas no ensino médio.

Ao serem questionados sobre participação em propostas interdisciplinares antes do PROEMI (questão seis), todos os entrevistados responderam sim. Todos falaram sobre eixos transversais bimestrais ou culminâncias de projetos (como gincanas ou feiras). O entrevistado Gabriel Santos comentou:

Aqui na escola nós temos a proposta de trabalhar um tema transversal por bimestre. Assim, com alguns professores, a gente tem trabalhado de forma interdisciplinar, pelo menos do que diz respeito à elaboração de planos pedagógicos. Além disso, temos projetos interdisciplinares que geram atividades pontuais nesse sentido. Tivemos em 2012 uma Bienal Literária e em 2013 uma Gincana Cultural, que são propostas eminentemente interdisciplinares. Essas propostas envolvem todos os professores, de todas as séries e de todos os turnos (Gabriel Santos, entrevista concedida em 13 de junho de 2016).

As entrevistas revelaram que a interdisciplinaridade está mais presente na unidade educacional pesquisada através dos temas transversais, trabalhados bimestralmente. No entanto, há também outros momentos pontuais em que, segundo os entrevistados, ocorre a interdisciplinaridade. O entrevistado Daniel Moraes comentou que, dentro de seu componente curricular de Química, ele procura fazer um trabalho associado ao componente curricular de Artes. Esse trabalho consiste na confecção de uma representação de um elemento da Tabela Periódica com apelo artístico. Assim, o (a) professor (a) de Artes é convidado (a) a avaliar a representação confeccionada de acordo com os princípios artísticos da sua disciplina.

O entrevistado Jorge Sá enxerga o trabalho interdisciplinar como um facilitador do processo ensino e aprendizagem. Segundo ele, trabalhar em conjunto com outros professores, mesmo que sejam os professores de uma mesma área do conhecimento, torna as ações pedagógicas mais dinâmicas e proveitosas para os (as) alunos (as).

No que se refere à interdisciplinaridade proposta nos documentos orientadores do PROEMI (questão sete), os entrevistados foram taxativos quanto à escassez de informações. O entrevistado Gabriel Santos fez o seguinte comentário:

A primeira tarefa quando se pretende trabalhar de forma interdisciplinar é deixar bem claros os objetivos das propostas pedagógicas. Essas propostas devem ser práticas e pragmáticas, a fim de que possam ser realmente implementadas. Não se deve pensar em algo grande que vá revolucionar o mundo. Mas pensar em pequenas práticas que podem ajudar o desenvolvimento do (a) aluno (a). Então, por exemplo, por que o professor de biologia não pode trabalhar com o professor de artes para explicar a questão da origem da vida, a partir de quadros e figuras? Por que o professor de biologia não pode trabalhar junto com o professor de matemática, revisando o conteúdo de fração para quando o aluno tiver o conteúdo de genética ele possa fazer os cálculos? Então, é sempre necessário que a ideia do planejamento seja uma realidade no dia a dia da escola. Infelizmente, a gente tem uma prática de planejar individualmente bem arraigada. Mesmo quando o planejamento é feito em grupo, não ocorre o diálogo capaz de gerar práticas pedagógicas inovadoras interdisciplinares. Deve-se ter em mente, que o professor não está mais na escola apenas para dar sua aula. Esse professor não estará fazendo nada de inovador. O papel do professor é somar (Gabriel Santos, entrevista concedida em 13 de junho de 2016).

O entrevistado Gabriel Santos revelou que não teve acesso a nenhum documento orientador, por isso destacou a necessidade de informações claras e realísticas. Defende a ideia de que a educação não pode ser pensada a partir de soluções mágicas, irrealizáveis. É imprescindível o planejamento. Esse planejamento deve ser feito em equipe, em conjunto, como exemplificou em sua fala.

No que se refere ao planejamento interdisciplinar, todos os entrevistados alegaram ter melhorado, desde que passaram a implementar o PROEMI na unidade educacional onde trabalham. O entrevistado Jorge Sá respondeu à questão oito da seguinte maneira:

Com relação ao trabalho interdisciplinar, isso já tenho vivenciado há anos. No entanto, desde o primeiro contato com as ações do PROEMI, tenho procurado intensificar o trabalho associado a outros professores com os temas transversais bimestrais, os simulados bimestrais que incorporam todos os componentes curriculares. De forma que o trabalho interdisciplinar tem se mostrado antes de mais nada um facilitador das ações pedagógicas. Trabalhar de forma interdisciplinar pode resultar em ações pedagógicas práticas e contextualizantes (Jorge Sá, entrevista concedida em 28 de julho de 2016).

Todos os entrevistados foram unânimes em declarar que o trabalho pedagógico interdisciplinar pode trazer inovações substanciais ao processo ensino e aprendizagem. É pertinente comentar que, quando tratam de interdisciplinaridade, os entrevistados demonstram compreender que a ação interdisciplinar vai além do sentido de integração curricular. Embora definir interdisciplinaridade seja algo difícil, seus princípios estão bem presentes para os entrevistados.

Ratificando isso, o entrevistado Daniel Moraes ao ser questionado sobre como ocorre a articulação com outros professores (questão nove), destacou a importância da discussão, na troca de informações, de ideias. Todos os entrevistados concordaram que passaram a ter uma

visão mais ampliada acerca do papel da interdisciplinaridade no dia a dia da escola. Ficou evidente através das respostas apresentadas que a proposta de redesenho curricular baseado na interdisciplinaridade preconizada no PROEMI é uma forma de inovação do ensino médio.

Desse modo, ao se convidar os entrevistados a proporem sugestões para a efetiva implementação de ações interdisciplinares no dia a dia da escola (questão dez), todos mostraram-se favoráveis à ampliação do tempo dedicado às ações do PROEMI. O entrevistado Lucas Silva destacou a importância de se estabelecer no calendário escolar datas específicas para a discussão sobre o programa e seus macrocampos. O Projeto Político e Pedagógico da escola deve ser enriquecido com informações substanciais acerca da interdisciplinaridade baseadas em discussões e proposição de ideias emanadas da coletividade.

O entrevistado Gabriel Santos mencionou:

O ideal é que a escola tivesse um horário disponível para os projetos. Isso não quer dizer redução de carga horária dos componentes curriculares. Mas deve-se ter um horário disponível no calendário escolar para o projeto. Isso pode ser feito no contra turno, em um sexto tempo de aula. No entanto, deve-se também gerar aumento na renda do professor. O professor trabalha e, como todo trabalhador, tem direito a um pagamento justo. Se um professor está envolvido em uma atividade de projeto, ele merece receber uma bolsa, um abono salarial. Se ele fica direto na escola, de um turno para outro, ele precisa de auxílio para a alimentação, um auxílio para o transporte. Deve haver um tempo disponível para que o professor planeje suas atividades, para se reunir com os demais professores para a troca de ideias e de informações. Assim, a solução seria reduzir a carga do professor, deixando-o com menos turmas, e deixar as horas restantes para o trabalho com os projetos escolares. Vale ressaltar que o trabalho com projetos escolar requer que o professor saia da escola para fazer cotação de preços e outras atividades burocráticas. Hoje a gente trabalha em um regime de trabalho fordista. A gente tem uma carga horária extensa, que deve ser cumprida criteriosamente, que não deixa margem para atividades extraclases. Isso sem pensar nos alunos. Eles não merecem apenas um lanche, ou um camisa legal do projeto. Eles também precisam de transporte, assistência social, poderiam também receber uma bolsa para atuarem na escola de forma mais significativa (Gabriel Santos, entrevista concedida em 13 de junho de 2016).

Gabriel Santos defende em sua fala que soluções para a educação não podem ser pensadas apenas de forma macro, na forma de soluções definitivas. Isso porque os problemas relacionados às práticas pedagógicas não são definitivos e não se dão da mesma maneira nas unidades educacionais. No caso do Programa Ensino Médio Inovador, segundo o entrevistado Gabriel Santos, todos os atores devem ser envolvidos de forma direta, desde o momento do planejamento das ações, até a sua execução. Os (as) alunos (as) podem ser envolvidos na medida em que recebem responsabilidades e são ajudados a desincumbirem-se dessas responsabilidades. Eles (as) podem receber uma ajuda de custo para permanecerem na escola

no contra turno. Desse modo, podem desempenhar o papel de monitores (as) dos (as) demais alunos (as) que participam de um determinado macrocampo.

Os entrevistados Daniel Moraes e Jorge Sá destacaram a importância do diálogo e da discussão de ideias que fomentem novas formas de articulação entre os diversos atores do processo ensino e aprendizagem. Segundo o coordenador Daniel Moraes:

Deve haver o fomento de mais ideias em relação às práticas pedagógicas interdisciplinares. Isso se deve ao fato de os professores se ocuparem tanto em seu dia a dia que não conseguem compartilhar suas dificuldades, seus anseios, suas frustrações e suas realizações na sala de aula. Deve-se pensar e dialogar acerca da forma como se pode fazer a ligação entre as disciplinas visando a um objetivo comum. Um grupo que fomente ou estimule novas ideias e novas práticas pedagógicas é importante na tentativa de se inovar o ensino médio. Os professores precisam enxergar o trabalho interdisciplinar como uma alternativa de inovação e não como uma carga para a prática docente (Daniel Moraes, entrevista concedida em 04 de julho de 2016).

Só pode haver essa troca de ideias acerca de práticas pedagógicas interdisciplinares se houver o compromisso de todos para com o diálogo. Tanto na instância micro, onde estão os (as) professores (as) e alunos (as), quanto na instância macro, onde estão os sistemas de ensino bem como legisladores educacionais, deve haver o consenso de que parte do tempo formal dedicado ao processo ensino e aprendizagem deve ser reservado para o diálogo. Sem esse compromisso, a interdisciplinaridade não se efetivará.

O entrevistado Jorge Sá concluiu:

É importante diminuir a carga burocrática dos projetos escolares. O tempo restante dessa diminuição poderá ser utilizado para a coordenação mais atenta de eventos ou culminâncias interdisciplinares que tragam real benefício para a comunidade escolar. Os nossos alunos apreciam eventos culturais, como bienais literárias ou feiras interdisciplinares. Também é necessário o investimento de tempo na elaboração dos simulados que preparem de forma prática os alunos para as avaliações de larga escala que enfrentarão pela vida (Jorge Sá, entrevista concedida em 28 de julho de 2016).

Todos os entrevistados falaram da necessidade de momentos pontuais dentro do calendário escolar dedicados exclusivamente à implementação do PROEMI na unidade escolar. Sem esses momentos formais, a proposta de redesenho curricular mediante práticas pedagógicas inovadoras continuará sendo um ufanismo na educação brasileira.

As respostas fornecidas pelos entrevistados revelam outros problemas na implementação do Programa Ensino Médio Inovador desse caso de gestão. O PROEMI foi iniciado sem haver a adequação temporal e espacial que se faz necessária para a execução da política educacional. Os entrevistados revelaram que tiveram suas cargas horárias aumentadas sem haver o devido aumento na remuneração. A falta de formação adequada para o professor

articulador de projetos e sua equipe pedagógica foi outra problemática apresentada. Foi citado por todos o alto grau de burocracia nos procedimentos de prestação de contas envolvendo as ações do PROEMI.

Os problemas relatados nas entrevistas e os achados de pesquisa obtidos através da abordagem teórica com a apreciação de documentos oficiais e com revisão de literatura contribuirão para a proposição de um Plano de Ação Educacional – PAE, que é o assunto do capítulo três dessa dissertação.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL VISANDO AO TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR

O objetivo deste capítulo foi propor um Plano de Ação Educacional (PAE) que se debruce sobre propostas de trabalho voltadas a práticas pedagógicas de caráter interdisciplinares, dentro do Programa Ensino Médio Inovador a serem executadas pelo (a) professor (a) articulador (a) de projetos e sua equipe pedagógica.

Buscar-se-á, por meio da ferramenta 5W 2H, que se refere a um modelo gerencial utilizado para elaboração de projetos, envolvendo as seguintes perguntas: *What* (o que será feito?); *Why* (Por que será feito?); *Where* (Onde será feito?); *When* (Quando será feito?); *Who* (Por quem será feito?); *How* (Como será feito?) e *Howmuch* (quanto custará fazer?), traçar proposições que venham a contribuir para que o (a) professor (a) articulador (a) de projetos e sua equipe pedagógica possam desempenhar suas respectivas ações.

No primeiro item deste capítulo, oferecer-se-ão propostas que visam promover uma formação continuada para o (a) professor articulador (a) de projetos e sua equipe pedagógica.

O segundo item tratará da proposição de uma culminância para as ações dentro de cada macrocampo do PROEMI na unidade educacional pesquisada.

Na terceira parte desse capítulo três, considerar-se-á a proposição de acompanhamento e avaliação dentro da unidade educacional pesquisada.

Há muito a se fazer no contexto macro do PROEMI. Um dos achados de pesquisa apontou que não houve a disponibilização de tempo específico para a realização das etapas operacionais da implementação do Programa Ensino Médio Inovador. Cabe ao sistema macro definir como a ideia de tempo integral deve se efetuar, sem estender a jornada de trabalho que cada professor já possui ou remunerando essa a jornada ampliada.

Não há como se ampliar muito a jornada pedagógica de uma escola que funciona nos três turnos e não possui espaço otimizado para que os (as) alunos (as) de um turno possam frequentar o outro turno. Isso é um problema sério.

Apesar da enormidade dos desafios do eixo extraescolar do PROEMI, as proposições aqui delineadas se deterão ao contexto micro, ao eixo intraescolar. A preocupação central desse capítulo tem a ver com aquilo que pode ser feito de forma realística pelo (a) professor (a) articulador (a) de projetos e sua equipe pedagógica. Começaremos pela necessidade de uma formação adequada para a execução das diversas etapas operacionais da implementação do Programa Ensino Médio Inovador na unidade educacional pesquisada.

3.1 A FORMAÇÃO PARA O (A) PROFESSOR (A) ARTICULADOR (A) DE PROJETOS E SUA EQUIPE PEDAGÓGICA

O objetivo básico desse estudo foi compreender o papel do (a) professor (a) articulador (a) de projetos e de sua equipe pedagógica no processo de implementação do Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), no que se relaciona à prática interdisciplinar, em uma escola estadual de Manaus, Amazonas, no ano letivo de 2013. A compreensão acerca desse papel dentro da referida política educacional depende em muito de conhecimento. No entanto, como o PROEMI é uma política pública relativamente nova, não há muitos estudos sobre o programa.

Dessa forma, deve haver o devido engajamento por parte da equipe de implementação em se aprender o máximo sobre a proposta de redesenho curricular a ser implementada por essa equipe. Como existe recurso destinado à formação da equipe de implementação dentro do Programa Ensino Médio Inovador, propõe-se que haja uma programação formativa contínua bem definida para que todos os membros da equipe pedagógica, o que inclui o (a) professor (a) articulador (a) de projetos, recebam orientação especializada, tendo por base todos os documentos relacionados ao PROEMI.

Nem os documentos orientadores do PROEMI e nem as orientações do Sistema do Programa Dinheiro Direto na Escola Interativo estabelecem uma quantia exata para o gasto com formações para a equipe pedagógica. No ano de 2013, foi solicitado o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para viabilizar a participação da equipe pedagógica de implementação do PROEMI em atividades formativas e o MEC autorizou o gasto. Por isso, existe a possibilidade de oferecer formação adequada aos implementadores do Programa Ensino Médio Inovador.

Com uma formação adequada, o (a) professor (a) articulador (a) de projetos e sua equipe pedagógica poderão participar de forma produtiva em todas as etapas de implementação do PROEMI, começando pela fase diagnóstica. Nessa fase, os implementadores devem estar preparados para fornecer as diversas informações solicitadas pela plataforma do PDDE Interativo. Informações como dados educacionais, dados financeiros e dados de infraestrutura da escola demandam conhecimentos específicos. Esses conhecimentos são imprescindíveis no momento da elaboração do Plano de Redesenho Curricular (PRC). Por isso, o (a) professor (a) articulador (a) de projetos e sua equipe pedagógica devem receber treinamento acerca da natureza dessas informações, como elas podem ser obtidas e como elas podem usadas dentro do escopo do PROEMI.

Para a própria elaboração do PRC, deve haver uma formação, visando familiarizar a equipe de implementação do PROEMI com a plataforma do PDDE Interativo. Um dos achados

de pesquisa obtidos através das entrevistas com o professor articulador e sua equipe pedagógica revela que nenhum dos entrevistados tiveram nem formação e nem informação acerca do trabalho a ser implementado.

Isso posto, propõem-se uma formação contínua para o (a) professor (a) articulador (a) de projetos e sua equipe pedagógica. A primeira etapa dessa formação contínua pode apresentar um caráter técnico, seguida de uma formação de caráter pedagógico. No caráter técnico, explorar-se-á o aspecto legal do PROEMI, enquanto política pública, analisando-se os textos e documentos legais relacionados ao programa. Ainda nessa formação, considerar-se-ão os aspectos operacionais e técnicos relacionados à implementação do Programa Ensino Médio Inovador. Na formação pedagógica, tratar-se-á dos fundamentos teóricos acerca do trabalho interdisciplinar. Teóricos como Fazenda, Morin e Rodrigues podem ser consultados para promover uma reflexão acerca da interdisciplinaridade, a fim preparar a equipe de implementação para a execução das ações do Plano de Redesenho Curricular, bem como para o acompanhamento e avaliação das mesmas.

Em virtude da necessidade de formação contínua para a equipe de implementação do PROEMI, é necessário que essa equipe seja escolhida de forma criteriosa. Devem ser escolhidos professores e professoras comprometidos e dispostos a se engajarem nas etapas de formação. No caso da unidade educacional pesquisada, essa escolha foi feita pela gestora à época. No momento em que se alimenta o banco de dados da plataforma do Programa Dinheiro Direto na Escola Interativo, preenche-se uma ata eletrônica com os nomes dos profissionais que formarão a equipe pedagógica de implementação. Entre esses profissionais estão o (a) gestor (a) da escola, o (a) professor (a) articulador (a) de projetos, o (a) secretário (a) da escola, o (a) pedagogo (a) e os (as) professores (as) coordenadores (as) dos macrocampos.

Escolhida a equipe pedagógica, deve-se definir o momento de formação pontual. Propõe-se que a formação técnica aconteça no início do ano letivo, na jornada pedagógica que antecede o retorno dos (as) alunos (as) à escola. Uma equipe formada por profissionais com formação em projetos educacionais da Seduc/AM pode ser disponibilizada para oferecer a formação técnica, que deve apresentar à comunidade escolar o Programa Ensino Médio Inovador, em seus aspectos legais, operacionais e técnicos.

A formação técnica deve explorar todos os documentos legais relacionados ao PROEMI. Deve começar pela Portaria nº 971, de 09 de outubro de 2009, que instituiu o Programa Ensino Médio Inovador; depois explorar o Documento Orientador em vigência; em seguida oferecer uma ampla visualização da plataforma do Programa Dinheiro Direto na Escola

Interativo, onde está registrado o Plano de Redesenho Curricular da unidade educacional; e por fim considerar o que está contido no Projeto Político e Pedagógico da escola em termos de PROEMI. Uma formação nesse sentido dará segurança às decisões tomadas durante a implementação do PROEMI.

Quanto à formação pedagógica, propõe-se que ela ocorra no meio do ano letivo, no retorno do recesso escolar que normalmente acontece no final do mês de junho e início do mês de julho, no Amazonas. A Seduc/AM pode ser consultada de forma a permitir que alguns dias desse período possam ser utilizados para uma jornada pedagógica para as escolas credenciadas no Programa Ensino Médio Inovador. Novamente, uma empresa de consultoria, ou um consultor da própria Seduc/AM, com experiência em trabalhos pedagógicos interdisciplinares, pode viabilizar essa formação pedagógica.

Teóricos como Fazenda, Morin e Rodrigues podem ser a base para essa formação pedagógica. Deve-se explorar as definições de trabalho interdisciplinar de acordo com esses autores, a fim de que todos os membros da equipe de implementação venham a falar a mesma língua, quanto à proposta de trabalho interdisciplinar a ser evidenciado no Plano de Redesenho Curricular da escola.

Além dessas duas formações pontuais, não se deve esquecer da necessidade de uma formação semanal, tão importante quando se fala em projetos escolares. Propõe-se negociar com a Seduc/AM a fim de que os (as) professores (as) e demais profissionais membros da equipe de implementação do PROEMI possam ter sua carga horária contemplada com tempo destinado às atividades relacionadas à implementação do Programa Ensino Médio Inovador. O (a) professor (a) articulador (a) de projetos pode pedir nesses encontros que todos os membros da equipe de implementação tragam suas experiências de trabalho pedagógico interdisciplinar. Os relatos advindos desses diálogos podem gerar a reflexão que talvez leve ao redesenho curricular do ensino médio preconizado nos documentos orientadores do programam.

Visando ao fomento da formação técnica adequada para o (a) professor (a) articulador de projetos e sua equipe pedagógica, propõe-se o seguinte quadro:

Quadro 4 – Formação de Caráter Técnica para o (a) Professor (a) Articulador (a) de Projetos e sua Equipe Pedagógica

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Promover formação técnica para o (a) professor (a) articulador (a) de projetos e sua equipe pedagógica.
Por que será feito?	Para que se promova um contato mais direto e mais fundamentado com aquilo que se propõe no Programa Ensino Médio Inovador.
Onde será feito?	Na unidade educacional credenciada no Programa Ensino Médio Inovador.
Quando será feito?	Na jornada pedagógica no início do ano letivo.
Por quem será feito?	Equipe técnica da Seduc/AM e equipe de implementação do PROEMI da unidade educacional.
Como será feito?	A formação terá como procedimentos a análise e discussão dos documentos legais relacionados ao PROEMI: Portaria nº 971, de 09 de outubro de 2009, que instituiu o Programa Ensino Médio Inovador; depois explorar o Documento Orientador em vigência; em seguida oferecer uma ampla visualização da plataforma do Programa Dinheiro Direto na Escola Interativo, onde está registrado o Plano de Redesenho Curricular da unidade educacional; e por fim considerar o que está contido no Projeto Político e Pedagógico da escola em termos de PROEMI.
Quanto custará?	O custo dessa ação se justifica pelos materiais a serem utilizados (obras de referência, apostilas, materiais de expediente) e pode girar em torno de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Visando ao fomento da formação pedagógica adequada para o (a) professor (a) articulador de projetos e sua equipe pedagógica, propõe-se o seguinte quadro:

Quadro 5 – Formação de Caráter Pedagógica para o (a) Professor (a) Articulador (a) de Projetos e sua Equipe Pedagógica

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Promover formação pedagógica para o (a) professor (a) articulador (a) de projetos e sua equipe pedagógica.
Por que será feito?	Para que se destaque o papel da interdisciplinaridade nas ações pedagógicas a serem implementadas pela equipe pedagógica da unidade educacional pesquisada dentro do Programa Ensino Médio Inovador.
Onde será feito?	Na unidade educacional credenciada no Programa Ensino Médio Inovador.
Quando será feito?	Na jornada pedagógica no meio do ano letivo.
Por quem será feito?	Equipe técnica da Seduc/AM e equipe de implementação do PROEMI da unidade educacional.
Como será feito?	A formação terá como procedimentos a análise e discussão de textos de teóricos como Fazenda, Morin e Rodrigues, que tratam da questão da interdisciplinaridade nos processos educacionais.
Quanto custará?	O custo dessa ação se justifica pelos materiais a serem utilizados (obras de referência, apostilas, materiais de expediente) e pode girar em torno de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Visando ao fomento da formação continuada adequada para o (a) professor (a) articulador de projetos e sua equipe pedagógica, propõe-se o seguinte quadro:

Quadro 6 – Formação Semanal para o (a) Professor (a) Articulador (a) de Projetos e sua Equipe Pedagógica

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Promover formação continuada para o (a) professor (a) articulador (a) de projetos e sua equipe pedagógica.
Por que será feito?	Para promover a formação continuada da equipe de implementação do Programa Ensino Médio Inovador na unidade educacional pesquisada.
Onde será feito?	Na unidade educacional credenciada no Programa Ensino Médio Inovador.
Quando será feito?	Em dois tempos de aula, negociados com a Seduc/AM, uma vez por semana.
Por quem será feito?	Professor (a) articulador (a) de projetos e sua equipe pedagógica.
Como será feito?	Através da mediação do (a) professor (a) articulador (a) de projetos, a equipe pedagógica de implementação do PROEMI refletirá acerca do trabalho interdisciplinar desempenhado em cada um dos macrocampos trabalhados na escola. Essa discussão deve favorecer a troca de experiências que deve contribuir para a formação contínua da equipe de implementação.
Quanto custará?	Não há custo para essa ação.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

No próximo item, far-se-á a proposição de um evento de culminância para uma mostra das ações do Programa Ensino Médio Inovador à comunidade escolar interna e externa.

3.2 A CULMINÂNCIA DO PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR

A unidade educacional tomada para essa pesquisa costuma encerrar a implementação de seus projetos educacionais com uma culminância pedagógica. Nesse caso, o vocábulo “culminância” nesse item corresponde à proposição de um dia no calendário escolar da instituição, onde se apresentará à comunidade interna e externa da escola os destaques daquilo que foi realizado dentro de cada macrocampo do PROEMI. Os alunos e as alunas da unidade educacional pesquisada se identificam muito com o trabalho pedagógico encerrado com uma culminância. É uma forma de inovar as práticas interdisciplinares implementadas na instituição.

Desse modo, propõe-se que, em um dia do calendário escolar, de preferência no quarto bimestre, cada coordenador de macrocampo e os alunos e alunas que participaram das ações pedagógicas implementadas montem em espaços apropriados da escola um stand, onde serão apresentados os pontos altos das ações delineadas no Plano de Redesenho Curricular do PROEMI. Por exemplo, dentro do macrocampo Cultura Corporal, que em 2013 trabalhou o jiu-

jiu-jitsu, poder-se-ia montar um stand com o histórico do jiu-jitsu, os benefícios da prática desse esporte, o que foi feito durante o ano dentro do respectivo macrocampo, etc.

À tarde, na quadra da escola, uma apresentação de cunho artístico-cultural abordando cada macrocampo será programada para ser exibida à comunidade escolar. Dentro dessa programação, o macrocampo Cultura Corporal pode fazer uma apresentação de jiu-jitsu executado pelos alunos e alunas que participaram das ações desse eixo integrador.

Essa proposta de culminância poderia ser chamada de “Mostra Interdisciplinar do Programa Ensino Médio Inovador”. Ela funcionaria como uma espécie de prestação de contas à inteira comunidade escolar. Como foi demonstrado na análise contextual da unidade educacional pesquisada, a escola recebeu através de convênio entre a Seduc/AM e o Ministério da Educação recurso federal no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Portanto, uma prestação de contas à comunidade escolar é importante.

Para efeito de prestação de contas, em cada stand montado, um para cada macrocampo, pode-se expor o total de recurso federal utilizado nas ações previstas no Plano de Redesenho Curricular e como esse recurso foi utilizado em cada macrocampo. Fotografias das ações ou outra forma de registro podem ser utilizadas para comprovar que os recursos financeiros foram aplicados como determinam as orientações do Programa Ensino Médio Inovador.

As possibilidades de se promover ações pedagógicas interdisciplinares visando à culminância interdisciplinar são muitas. Por exemplo, dentro do macrocampo Acompanhamento Pedagógico, poder-se-ia escolher uma temática atual, como a Medida Provisória (MP) 746, que trata da reforma do ensino médio defendida pelo governo de Michel Temer. A discussão gerada pela temática pode ser acompanhada por qualquer professor (a), de qualquer componente curricular. Tal discussão pode possibilitar aos alunos e às alunas que assumam seu papel como agentes dentro das questões da vida em sociedade, além de prepará-los para redigir de forma competente sobre a temática. Como atores principais dessa discussão, eles (as), orientados pelo (a) coordenador (a) do respectivo macrocampo ou outro (a) professor (a) escolhido (a) para isso, iriam a campo, procurando obter o máximo de informações sobre a MP 746.

Depois do trabalho de campo sobre a MP 746, os (as) alunos (as) iriam montar o stand do macrocampo Acompanhamento Pedagógico, tendo como temática os impactos da MP para o ensino médio, uma vez que a referida Proposta venha a se consolidar. Os (as) alunos (as) seriam os indutores de uma reflexão acerca do assunto, que poderia se disseminar em toda a

comunidade escolar, uma vez que todos podem assistir às apresentações teóricas do dia da culminância interdisciplinar.

Já no macrocampo Leitura e Letramento, uma ou mais obras literárias podem ser selecionadas para serem lidas e analisadas dentro de vários eixos. O momento histórico pode ser analisado junto com o (a) professor (a) do componente curricular de História; o contexto relacionado ao ambiente da narrativa pode ser analisado junto com o (a) professor (a) do componente curricular de Geografia; os (as) professores (as) de diversos componentes curriculares podem contribuir ajudando na análise dos eixos antropológicos, culturais e artísticos da (s) obra (s) selecionada (s). O foco do trabalho interdisciplinar é transformar a leitura em impressões claras da realidade, de modo que os alunos e as alunas possam refletir sobre essa realidade e venham a traduzi-la em uma apresentação teórica, artística e cultural a ser apresentada à comunidade escolar.

Quanto ao macrocampo Iniciação Científica e Pesquisa, a proposição é oferecer à comunidade escolar um vislumbre prático das ações implementadas pelo mesmo. Por exemplo, no ano de 2013, através desse macrocampo, a unidade educacional pesquisada deu início à construção de uma Estação de Captação, Armazenamento e Reuso das Águas Pluviais. A ideia inicial era medir de forma sistemática o volume das chuvas, armazená-lo e reutilizá-lo para regar os jardins da escola e outros ambientes, como a quadra.

Os (as) professores (as) envolvidos no macrocampo Iniciação Científica e Pesquisa poderiam acompanhar os (as) alunos (as) para que eles demonstrem para a comunidade escolar os impactos observados quando se usam de forma responsável os recursos hídricos disponíveis. Assim, no dia da culminância interdisciplinar, pela manhã, um stand seria montado para a apresentação teórica acerca da importância da água e como a escola tem feito a sua parte quanto ao assunto. Não se pretende com essa proposição culpar os indivíduos pelo uso irracional dos recursos hídricos, uma vez que existem contextos macros envolvidos. O objetivo é despertar na comunidade escolar a consciência que leva ao espírito de conservação e uso racional da água.

Já na programação da tarde, uma peça, uma dramatização ou outro tipo de manifestação artística e cultural poderá defender o uso racional dos recursos hídricos.

As proposições aqui sugeridas abrangem os três macrocampos obrigatórios do PROEMI, a saber, Acompanhamento Pedagógico, Leitura e Letramento e Iniciação Científica e Pesquisa. Isso não quer dizer que somente esses macrocampos podem ser trabalhados de forma interdisciplinar e podem ser apresentados na culminância. A compreensão acerca do que

é o trabalho interdisciplinar pode guiar o (a) professor (a) articulador (a) de projetos e sua equipe pedagógica a trabalhar dessa forma e a estimular os demais professores (a) a fazerem o mesmo.

Pode-se premiar os trabalhos de maior destaque nessa culminância. Para isso, é preciso providenciar que haja árbitros para o lançamento de notas para os trabalhos desenvolvidos. Um regulamento ou regimento interno também pode ser providenciado para reger o andamento da culminância.

A relevância em se providenciar uma premiação aos alunos e às alunas que desenvolverem as ações a serem apresentadas na culminância está no sentido de motivá-las. A experiência com trabalhos dessa natureza dentro da unidade educacional pesquisada demonstra que os alunos e alunas da instituição se empenham bastante quando há algum tipo de premiação envolvida, como troféus e medalhas. O espírito competitivo gera engajamento. Por isso, propõe-se que alguma forma de reconhecimento seja providenciada.

Um critério avaliativo que pode ser proposto é a elaboração de relatórios sobre o desenvolvimento dos eixos temáticos dos macrocampos. As equipes de alunos e alunas podem ser estimuladas a produzir textos na forma de dissertação, para expressarem suas impressões acerca daquilo que vivenciam ou vivenciaram dentro das ações do Programa Ensino Médio Inovador.

Esses relatórios dos (as) alunos (as) subsidiarão a elaboração de relatórios mais específicos que deverão ser feitos pelos (as) coordenadores (as) dos macrocampos.

Visando sistematizar a proposição da culminância interdisciplinar do Programa Ensino Médio Inovador, elaborou-se o seguinte quadro:

Quadro 7 – Culminância Interdisciplinar do Programa Ensino Médio Inovador

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Promover uma culminância interdisciplinar para o Programa Ensino Médio Inovador.
Por que será feito?	Para envolver toda a comunidade escolar em uma atividade interdisciplinar visando à promoção das ações desenvolvidas em todos os macrocampos do Programa Ensino Médio Inovador.
Onde será feito?	Na unidade educacional a ser credenciada no Programa Ensino Médio Inovador.
Quando será feito?	Em um dia letivo do quarto bimestre.
Por quem será feito?	Gestor (a), secretário (a), professor (a) articulador (a) de projetos, a equipe pedagógica de implementação do Programa Ensino Médio Inovador e toda a comunidade escolar.
Como será feito?	Cada coordenador de macrocampo, durante todo o ano letivo, acompanhará as ações sob sua coordenação e, junto com os demais membros de trabalho de seu macrocampo, determinará os destaques para a escolha daquilo que será apresentado no stand teórico pela manhã e na apresentação cultural à tarde.
Quanto custará fazer?	Experiências com esse tipo de atividade requerem recursos financeiros no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), provenientes da verba do PROEMI, direcionados ao macrocampo Acompanhamento Pedagógico.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

O próximo e último item de proposições se debruçará sobre a avaliação das ações implementadas no Programa Ensino Médio Inovador.

3.3 A AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR NA UNIDADE EDUCACIONAL INVESTIGADA

Segundo Conde (2012), monitorar uma política pública como o Programa Ensino Médio Inovador é importante, pois permite acompanhar o cumprimento das etapas burocráticas da implementação da política e corrigir o que precisar de correção. Já a avaliação é importante porque é uma resposta ao investimento público feito durante as fases da política. A avaliação deve permitir a aferição acerca do alcance das metas, dos objetivos, do alcance, da eficiência, da eficácia e da efetividade da política pública.

No caso do monitoramento e avaliação do PROEMI, o Documento Orientador de 2013 apresenta tópico (9.3, p.31) que delega a avaliação e acompanhamento do programa à Secretaria de Educação Básica/MEC, em parceria com as Secretarias Estaduais e Distrital, por meio do Sistema PDDE Interativo. No que se refere ao PROEMI na unidade educacional pesquisada, o monitoramento não aconteceu, uma vez que nenhum agente do sistema macro, nem da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (Seduc/AM) nem do Ministério da Educação, acompanhou o desenrolar da política durante sua implementação.

A avaliação aconteceu apenas na forma de prestação de contas feita pelos representantes da unidade educacional à Seduc/AM. No entanto, essa avaliação restringiu-se apenas ao uso da verba federal pela unidade educacional. Não houve a discussão acerca dos índices educacionais, para promover o redesenho curricular proposto pelo PROEMI.

Como proposição para a avaliação das ações do PROEMI dentro da unidade educacional pesquisada, propõe-se a elaboração de relatórios por parte de todos os membros da equipe pedagógica de implementação. Como foi considerado no item anterior, sobre a proposição de uma culminância interdisciplinar para o PROEMI, os (as) alunos (as) diretamente ligados aos macrocampos elaborarão um relatório acerca das suas impressões das ações implementadas, um relatório para cada macrocampo. Com base nesses relatórios, os (as) coordenadores (as) poderão elaborar um relatório parcial a ser entregue ao (à) professor (a) articulador (a) de projetos, que por sua vez elaborará um relatório final.

Na jornada pedagógica que normalmente inicia o ano letivo, o (a) professor (a) articulador (a) de projetos pode considerar os pontos altos desse relatório final, a fim de promover uma discussão acerca dos pontos fortes e fracos observados na implementação do PROEMI no ano anterior. Essa discussão, junto com a análise dos índices escolares, poderá fomentar a proposição de alternativas para a resolução dos problemas verificados no ano anterior.

Propõe-se adicionalmente que o Projeto Político e Pedagógico (PPP) da unidade educacional possa incorporar de forma mais incisiva o Programa Ensino Médio Inovador nas suas linhas e entrelinhas. A menção ao trabalho pedagógico interdisciplinar existe no PPP. No entanto ela precisa ser reforçada e assegurada. As ações do PROEMI podem ser a forma de se conseguir isso.

É verdade que grande parte dos problemas encontrados se derivam de situações além da capacidade de decisão por parte da unidade educacional.

O aumento da carga horária total para o ensino médio (de 2.600 para 3.000 horas) não é algo restrito apenas à autonomia da unidade escolar que implementa o PROEMI. O sistema macro a que a escola pertence tem responsabilidade e tem de ter compromisso para com esse impacto no ensino médio. A implementação de que trata esse estudo exigiu da unidade educacional pesquisada pessoal e espaço para receber as atividades dos macrocampos do PROEMI. Havia dependências para essas atividades, mas já estavam ocupadas pelos (as) alunos (as) matriculados (as) nos três turnos.

Dessa forma, na fase de formulação da política, devia ser indicado como as escolas de ensino médio que funcionam nos três turnos poderiam oferecer as atividades no contra turno. Detectado esse problema na fase de monitoramento e de avaliação, a equipe externa responsável por isso deveria ser consultada a fim de oferecer propostas de solução. A equipe pedagógica da unidade educacional observou o problema, consultou a equipe pedagógica do Distrito Educacional 04, representante direto da Seduc/AM, que veio à escola, mas não tinha autonomia para resolver de forma satisfatória a situação. Como foi dito anteriormente, a solução sugerida foi criar um sexto tempo, sem aumento de remuneração para os implementadores. Portanto, o acompanhamento não gerou a decisão que poderia ter solucionado o problema.

O que se observa quanto à fase de monitoramento e avaliação de uma política pública é que ela depende de diversos fatores, dimensões e indicadores. No caso da implementação do PROEMI na unidade educacional tomada para essa pesquisa, essa fase não se efetuou de forma satisfatória. Portanto, o caso de gestão em questão exige um plano de ação de oriente a implementação de forma que ela possa atingir as metas, os objetivos, o alcance, a eficiência, a eficácia e a efetividade propostas para a política pública.

Para favorecer a proposição de uma avaliação interna que possa resultar em um direcionamento mais seguro às ações a serem implementadas dentro do Programa Ensino Médio Inovador, elaborou-se o seguinte quadro:

Quadro 8 – A Avaliação dentro da Unidade Educacional Credenciada no Programa Ensino Médio Inovador

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Promover uma avaliação interna dentro do Programa Ensino Médio Inovador.
Por que será feito?	Para a condução mais segura e coerente de ações que visem dirimir as dificuldades verificadas durante a implementação do Programa Ensino Médio Inovador.
Onde será feito?	Na unidade educacional a ser credenciada no Programa Ensino Médio Inovador.
Quando será feito?	No final e início do ano letivo.
Por quem será feito?	Gestor (a), secretário (a), professor (a) articulador (a) de projetos, a equipe pedagógica de implementação do Programa Ensino Médio Inovador e toda a comunidade escolar.
Como será feito?	Cada coordenador de macrocampo elaborará um relatório com base em suas impressões e com base nos relatórios apresentados por volta da culminância interdisciplinar do Programa Ensino Médio Inovador. Com base nesses relatórios, o (a) professor articulador (a) de projetos elaborará um relatório final, que será apresentado na semana pedagógica no início do ano letivo para a discussão de proposições de alternativas para dirimir as dificuldades encontradas.
Quanto custará fazer?	Não há custo.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PROEMI é uma política educacional relativamente nova. Ainda é necessário muito estudo para o seu fortalecimento. Apesar disso, seus implementadores não podem se desanimar diante do enorme trabalho a ser desenvolvido. Pelo contrário, devem se engajar na proposta de redesenho curricular proposto pelo Programa Ensino Médio Inovador.

Esse engajamento em prol da qualidade do ensino médio se faz mister neste momento em que o governo federal propõe uma reforma desse ensino imposta pela Medida Provisória, a MP 746. A ideia é alterar a Lei N° 9.394/1996 para instituir, entre outras medidas, a jornada de trabalho pedagógico em tempo integral e modificar a organização dos currículos escolares, de modo a enfatizar a formação dos alunos e alunas por áreas do conhecimento.

Uma das formas de organização curricular proposta no documento da MP 746 estabelece uma grade curricular comum na primeira metade do ensino médio. Na segunda metade, os alunos e alunas passarão a optar pelas disciplinas a serem cursadas.

A proposição de se atrelar os recursos da educação aos índices anuais de inflação pelo prazo de vinte anos é bastante polêmica. Isso porque tal medida pode representar uma redução considerável das verbas disponibilizadas para a educação pública no Brasil.

Por isso, o (a) professor (a) articulador (a) de projetos e todo e qualquer profissional da educação devem se mostrar conscientes acerca da realidade que se apresenta para o ensino público brasileiro e as proposições que visam renová-lo e fortalecê-lo. Morin (2003) defende a ideia de que os (as) professores (as) não devem se fechar como cidade sitiada. Pelo contrário, eles (as) devem estar atentos às realidades e pluralidades de seus alunos e alunas. Dessa forma, os perigos pelos quais o ensino médio passa devem ser preocupação constante dos docentes no dia a dia do fazer pedagógico.

Cabe, assim, ao (à) professor (a) articulador (a) de projetos a tarefa de ser o grande negociador do PROEMI. Por mais que os macrocampos aparentemente limitem as ações pedagógicas propostas no Plano de Redesenho Curricular do PROEMI, muito pode ser feito para adaptar esses macrocampos à realidade da escola.

O (a) professor (a) articulador (a) de projetos e sua equipe pedagógica têm a responsabilidade de disseminar o senso de trabalho interdisciplinar que deve reger a implementação do PROEMI na sua unidade educacional. Por isso, esse grupo de implementação deve falar a mesma língua no que se refere à interdisciplinaridade. Seria apropriado que o (a) professor (a) articulador (a) de projetos, nas primeiras reuniões com sua equipe pedagógica, propusesse que cada um dos atores definisse o que é interdisciplinaridade

no seu ponto de vista. Depois de ouvir cada um, o (a) articulador (a) apararia as arestas, levando todos a uma relativa uniformidade quanto às expectativas de trabalho interdisciplinar.

Por isso, a escolha de um (a) professor (a) articulador (a) de projetos não pode ser feita ao acaso. Esse ator deve ser alguém que conhece bem a comunidade escolar e que esteja preparado para liderar de forma democrática os que trabalharão com ele. Além disso, deve ser também um exemplo de profissional capaz de se relacionar de forma interdisciplinar com seus pares.

O (a) professor (a) articulador (a) de projetos e sua equipe pedagógica devem se esforçar no trabalho voltado para a filosofia de projetos. Se a equipe de implementação optar pela realização da culminância do PROEMI, trabalhar direcionado pela filosofia de projetos pode ser de grande ajuda. Um projeto educacional requer procedimentos metodológicos que, além de conduzir os alunos e alunas de forma que eles não se percam no caminho, ajudem-nos a se adaptar às circunstâncias não previstas no trajeto.

O engajamento na inovação das práticas pedagógicas de cunho interdisciplinar no ensino médio pode provocar o interesse dos (as) jovens e adolescentes para com essa modalidade da Educação Básica. A diversificação resultante do redesenho curricular do ensino médio pode fazer com que a dicotomia histórica educação propedêutica e educação profissionalizante se atenuem. O impacto mais evidente é a promoção de uma educação de fato integral e inclusiva.

Portanto, para que as mudanças de fato aconteçam, elas devem começar dentro de cada um dos atores da educação brasileira. Precisamos deixar de pensar de forma isolada, dentro do microcosmo de nossos componentes curriculares. Ao invés disso, precisamos pensar em como podemos auxiliar nossos pares na efetivação de uma educação integral através de um ensino médio que se renova constantemente, devido ao trabalho pedagógico de cunho interdisciplinar de seus professores e professoras.

REFERÊNCIAS

AIUB, M. **Interdisciplinaridade: da origem à atualidade** – Palestra apresentada no I Fórum de Reabilitação do Centro Universitário São Camilo, em 18.03.2006. Artigo publicado na revista *O Mundo da Saúde*. São Paulo: 2006. Disponível em: <http://institutointersecao.com.br/artigos/Monica/interdisciplinaridade.pdf>. Acesso em 05 de set. de 2016.

AMAZONAS. **Constituição do Estado do Amazonas**, promulgada em 05 de outubro de 1989 e atualizada pela Emenda **Constitucional** nº 75, de 26 de dezembro de 2011. Disponível em: http://www.camara.gov.br/internet/interacao/constituicoes/constituicao_amazonas.pdf.

AMAZONAS. **Projeto Político e Pedagógico**, Secretaria de Estado de Educação do Amazonas, Coordenadoria Distrital de Educação 04, ECPCB, 2012.

ANDRÉ, M. E. D. A. **O que é um Estudo de Caso em Educação?** Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul/dez. 2013.

ARAÚJO, U. F. **Temas Transversais e a Estratégia de Projetos**. São Paulo: Moderna, 2003.

BASSEY, M. **Case study research in educational settings**. Londres: Open University Press, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988** (com redação atualizada e identificação das emendas). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Bases Legais. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 971, de 9 de outubro de 2009**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1653port-971-1&Itemid=30192>. Acesso em: 12 jan. 2015. Brasília, 2009a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para a Educação Básica. Coordenação Geral de Ensino Médio. **Programa: Ensino Médio Inovador.** Documento Orientador. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf> Acesso em:12 jan. 2016. Brasília: set. 2009b.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 52, de 11 de novembro de 2009c. Disponível em: <http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/legislacao/emenda-constitucional-59>. Acesso em 18 de outubro de 2015.

BRASIL. Resolução CD/FNDE nº 63, de 19 de novembro de 2011a. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/index.php/legis-resolucoes>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para a Educação Básica. Coordenação Geral de Ensino Médio. **Programa: Ensino Médio Inovador.** Documento Orientador. Brasília: 2011b. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf> Acesso em:12 jan. 2016.

BRASIL. Resolução MEC/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012a. Disponível em: http://www.ppgp2014.caedufjf.net/pluginfile.php/2697/mod_resource/content/1/resolucao_ceb_002_30012012.pdf. Acesso em: 13 de outubro de 2015.

BRASIL. **Programa Dinheiro Direto na Escola,** 2012b. Disponível em:<<http://pddeinterativo.mec.gov.br/pddeinterativo/pddeinterativo.php?modulo=principal/planoestrategico>>. Acesso: 13 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para a Educação Básica. Coordenação Geral de Ensino Médio. **Programa: Ensino Médio Inovador.** Documento Orientador. Brasília: 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13249-doc-orientador-proemi2013-novo-pdf&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192>Acesso:10 jan. 2016.

BRASIL. Medida Provisória 476, de 22 de setembro de 2016a. Acesso em 03 de janeiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Curricular Comum. 2ª versão revista. Brasília: 2016b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc2versao.revista.pdf> > Acesso:15 mai. 2016.

CARVALHO, C. de B. R.; SANTOS, P. P. dos; SILVA, D. C. da. **REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES ARTICULADORES DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL NA PERSPECTIVA DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL.** Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul. 2015. Disponível em: <http://anaisonline.uems.br/index.php/semiedu/article/view/921/929>. Acesso em 06 ago. 2016.

CONDÉ, E. S. Abrindo a Caixa: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas. **RevPesqDebEduc -CAEd/UFJF**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 78-100, jul./dez. 2012.

FAZENDA, I. C. A. (Org.). *Didática e interdisciplinaridade*. Campinas:Papirus, 1998.

FAZENDA, I. C. A. *Interdisciplinaridade: qual o sentido?* São Paulo: Paulus, 2003.

FAZENDA, I. C. A. *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro Efetividade ou ideologia*. São Paulo: Edições Loyola, 2011. Disponível em: http://www.pucsp.br/gepi/downloads/PDF_LIVROS_INTEGRANTES_GEPI/livro_integracao_interdisciplinaridade.pdf. Acesso em 04 de set. 2016.

FREIRE, P. – *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido* / Paulo Freire. – Notas: Ana Maria Araújo Freire Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

MACEDO, E. **Base Nacional Curricular Comum: Novas Formas de Sociabilização Produzindo Sentidos para Educação.** Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03p.1530 -

1555 out./dez. 2014. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acessado em 06 de setembro de 2016.

MORGADO, J. C. **Democratizar a escola através do currículo: em busca de uma nova utopia**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 433-448, jul./set. 2013.

MORIN, E. - A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento / Edgar Morin; tradução Eloá Jacobina. - 8a ed. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, E. - Ciência com consciência / Edgar Morin; tradução de Maria 8'1 ed. D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. - Ed. revista e modificada pelo autor - 8" ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

RODRIGUES, A. C. **A Educação Ambiental e o Fazer Interdisciplinar na Escola**. Araraquara: editora junquiera&marin, 2008.

SOUZA, Mariana Aranha. *O Sesi-SP em suas entrelinhas: uma investigação interdisciplinar no Centro Educacional Sesi 033*. Dissertação de Mestrado. PUC, São Paulo, 2006.

STAKE, R. E. **The art of case study research**. London: SAGE Publications, 1995.

YARED, Ivone. *Interdisciplinaridade e sistema preventivo: Sonho-realidade*. Lorena: Quadrante. Publicações do Centro Cultural Teresa D'Ávila 1995. p. 33-37.

ANEXOS

ANEXO A – MATRIZ DE DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROEMI

PCR 2012

Município / UF: Manaus / AM

Censo 2011: 1ª série 763 alunos, 2ª série 606 alunos, 3ª série 534 alunos, Total de alunos: 1903

Jornada Escolar:

Turno: Diurno Noturno

Valor de Repasse (total): 100.000,00

Macrocampo	Projeto de Reestruturação Curricular			estado atual
	Ação/Atividade e Meta	Profissionais	Situação	
1 - Acompanhamento Pedagógico (obrigatório)				Finalizado
2 - Iniciação Científica e pesquisa (obrigatório)				ações
3 - Cultura Corporal				Devolver para análise
4 - Cultura e Artes				histórico
5 - Comunicação e uso de mídias				
6 - Cultura Digital				
7 - Participação Estudantil				
8 - Leitura e Letramento				

Data: 26/12/2012 - 17:39:55 / Último acesso (26/12/2012) - Usuários On-Line SIMEC - Fale Conosco Manual | Tx.: 0,1644s / 3,69

<http://simec.mec.gov.br/em/em.php?modulo=principal/prcEscola&acao=A&entid=14...> 26/12/2012

MATRIZ DE DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROEMI – PCR 2012

Município / UF: Manaus / AM
 Macrocampo: Acompanhamento Pedagógico (obrigatório)
 Ação/Atividade: Realizar reforço escolar
 Meta: Suprir as debilidades dos alunos em cada disciplina

Itens Financiáveis	Especificação	Unidade	Quantidade A	Estimativa Orçamentária		Total (R\$) A x B	Ação	
				Valor Unitário (R\$) B				
<input type="text" value="Selecione..."/>		<input type="text" value="Selecione..."/>						
Material de consumo	acompanhamento pedagogico	APOSTILAS	100	30,00		3.000,00	 	
Material de consumo	para desenvolver atividades no acompanhamento pedagogico	KIT DE MATERIAL	500	20,00		10.000,00	 	
Recursos Financeiros transferidos FNDE			Recursos Financeiros utilizados PRC			Saldo disponivel		
Capital: R\$ 30.000,00	Custeio: R\$ 70.000,00	Total: R\$ 100.000,00	Capital: R\$ 30.000,00	Custeio: R\$ 70.000,00	Total: R\$ 100.000,00	Capital: R\$ 0,00	Custeio: R\$ 0,00	Total: R\$ 0,00
<input type="button" value="Voltar"/>	<input type="button" value="Listar Itens"/>							

MATRIZ DE DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROEMI – PCR 2012

Município / UF: Manaus / AM	
Macrocampo: Cultura Corporal	
Ação/Atividade: Trabalhar movimento corporal; Utilizar os movimentos corporais para trabalhar a plasticidade dos alunos envolvidos	
Meta: Envolver os alunos em todos os níveis de ensino, nos turnos matutino e vespertino.	

Itens Financeáveis	Especificação	Unidade	Quantidade A	Estimativa Orçamentária		Total (R\$) A x B	Ação
				Valor Unitário (R\$) B			
Material de consumo	Indumentárias	UNID	30		400,00	12.000,00	
Recursos Financeiros transferidos FNDE			Recursos Financeiros utilizados PRC			Saldo disponível	
Capital: R\$ 30.000,00	Custeio: R\$ 70.000,00	Total: R\$ 100.000,00	Capital: R\$ 30.000,00	Custeio: R\$ 70.000,00	Total: R\$ 100.000,00	Capital: R\$ 0,00	Custeio: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00

MATRIZ DE DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROEMI – PCR 2012

Município / UF: Manaus / AM							
Macrocampo: Cultura e Artes							
Ação/Atividade: Canto Coral, Prática Instrumental em Flauta Doce, Leitura Rítmica e Melódica dos instrumentos e vocal. Utilização de Softwares específicos como apoio.							
Meta: Que os participantes conheçam os rudimentos da leitura e da escrita, como parte da compreensão musical e humanização para as suas atividades cotidianas							

Itens Financeáveis	Especificação	Unidade	Quantidade A	Estimativa Orçamentária		Total (R\$) A x B	Ação
				Valor Unitário (R\$) B			
<input type="text" value="Selecione..."/>		<input type="text" value="Selecione..."/>					
Aquisição de equipamentos	Livros Didáticos	ACERVO	100	77,80		7.780,00	
Diárias	Profa Msc Claudete Inês Kronbauer Pohlit (UEA)	CONSULTOR	1	1.000,00		1.000,00	
Recursos Financeiros transferidos FNDE			Recursos Financeiros utilizados PRC			Saldo disponível	
Capital: R\$	Custeio: R\$	Total: R\$	Capital: R\$	Custeio: R\$	Total: R\$	Capital: R\$	Custeio: R\$
30.000,00	70.000,00	100.000,00	30.000,00	70.000,00	100.000,00	0,00	0,00
<input type="button" value="Voltar"/>		<input type="button" value="Listar Itens"/>					

MATRIZ DE DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROEMI – PCR 2012

Município / UF: Manaus / AM

Macrocampo: Cultura e Artes

A proposta visa analisar o nível de conhecimento dos alunos que atuarão na Escola Estadual Presidente Castelo Branco, enquanto praticantes de Canto Coral e Flauta Doce, sobre métodos anteriormente escritos por vários teóricos. Para tal, buscaremos promover a humanização e o bem estar dos participantes. Não medir-se-á esforços para mensurar-se os impactos ao se vivenciar noções de teoria musical, faz-se necessário o aprofundamento no desenvolvimento de novas técnicas, respeitando o passado e se abrindo a um futuro promissor. Porpor-se-á sugestões que visem melhorar a participação da clientela em métodos e a integração de novas filosofias nos conteúdos curriculares das práticas coral e instrumental no âmbito da Escola Estadual Presidente Castelo Branco, visto que, a música tem um sentido plural e promotor de socialização, causando a sensação de prazer ao se cantar e tocar em conjunto.

Meta
1. Musicalização de Adolescentes e Jovens: Operacionalização, constará de uma aula semanal, em sala de aula, com duração de cinquenta minutos, ministrada pelo professor Oder Sá, especializado em música pela Universidade Federal do Amazonas, essa aula será no âmbito da Escola Estadual Presidente Castelo Branco, nas modalidades Percepção Musical, Flauta Doce e Canto Coral; 2. Seminário de Cybercultura: Nesse passo, contar-se-á com a participação da Profa. Msc. Claudete Kronbauer para ministrar quatro horas de curso com certificação no Auditório da Escola Estadual Presidente Castelo Branco; 3. Intercâmbio: Consiste na Apresentação e bate papo com os alunos da Universidade Federal do Amazonas que participam do Coral Vozes da UFAM, sob a regência do maestro Adelson Oliveira dos Santos; 4. Amostras: Consiste em apresentação de tudo o que foi aprendido pelos alunos, tantas quantas vezes forem necessárias. 5. Excursões: Constará com a oportunidade de levá-los a conhecer monumentos pela cidade.

Itens Financiáveis	Especificação	Unidade	Quantidade A	Estimativa Orçamentária		Total (R\$) A x B	Ação	
				Valor Unitário (R\$) B				
<input type="text" value="Selecione..."/>	<input type="text" value="Selecione..."/>							
Aquisição de materiais didático-pedagógico-Capital	Flauta Doce	UNID	750	20,00		15.000,00		
Aquisição de materiais didático-pedagógico-Capital	Partituras	EQUIPAMENTO	100	22,20		2.220,00		
Diárias	Professor Adelson Oliveira dos Santos (UFAM)	CONSULTOR	3	1.500,00		4.500,00		
Recursos Financeiros transferidos FNDE			Recursos Financeiros utilizados PRC			Saldo disponível		
Capital: R\$ 30.000,00	Custeio: R\$ 70.000,00	Total: R\$ 100.000,00	Capital: R\$ 30.000,00	Custeio: R\$ 70.000,00	Total: R\$ 100.000,00	Capital: R\$ 0,00	Custeio: R\$ 0,00	Total: R\$ 0,00
<input type="button" value="Voltar"/>	<input type="button" value="Listar Itens"/>							

MATRIZ DE DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROEMI – PCR 2012

Município / UF: Manaus / AM

Macrocampo: Comunicação e uso de mídias

Ação/Atividade: Esta proposta consiste na utilização de mídias na educação, pois, ao chegarmos no novo milênio percebe-se a importância de convivermos com a utilização de novas Tecnologias da Informação- TIC's, não obstante a isso, a Escola Estadual Presidente Castelo Branco se propõe em trabalhar TIC's juntamente com seu alunado, por isso, lançamos a propositura com vistas a alcançarmos o amadurecimento a respeito do tema.

Meta: 1 Utilizar o Laboratório de Informática para viabilizarmos o andamento da proposta; 2 Auxiliarmos nossos alunos a terem acesso a informação em tempo real; 3. Trabalhar as TIC's, visando, o aprimoramento de pesquisas realizadas nesse contexto.

Itens Financiáveis	Especificação	Unidade	Quantidade A	Estimativa Orçamentária		Total (R\$) A x B	Ação
				Valor Unitário (R\$) B			
<input type="text" value="SELECIONE..."/>		<input type="text" value="SELECIONE..."/>					
Material de consumo	Material Didático	APOSTILAS	100	20,00		2.000,00	
Recursos Financeiros transferidos FNEDE			Recursos Financeiros utilizados PRC			Saldo disponível	
Capital: R\$ 30.000,00	Custeio: R\$ 70.000,00	Total: R\$ 100.000,00	Capital: R\$ 30.000,00	Custeio: R\$ 70.000,00	Total: R\$ 100.000,00	Capital: R\$ 0,00	Custeio: R\$ 0,00
<input type="button" value="Voltar"/>		<input type="button" value="Listar Itens"/>					

MATRIZ DE DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROEMI – PCR 2012

Município / UF: Manaus / AM
 Macrocampo: Cultura Digital
 Ação/Atividade: Utilizar a Cybercultura para inserir o aluno em ambientes virtuais de aprendizagem.
 Meta: Trabalhar os discentes da Escola Estadual Presidente Castelo Branco para que os mesmos venham participar da iniciativa.

Itens Financiáveis	Especificação	Unidade	Quantidade	Estimativa Orçamentária		Total (R\$) A x B	Ação
				Valor Unitário (R\$) B			
<input type="text" value="Selecione..."/>		<input type="text" value="Selecione..."/>					
Material de consumo	inserir o aluno em ambiente virtual mediante o uso da tecnologia.	KIT DE MATERIAL	400	10,00		4.000,00	
Recursos Financeiros transferidos FNDE			Recursos Financeiros utilizados PRC			Saldo disponível	
Capital: R\$ 30.000,00	Custeio: R\$ 70.000,00	Total: R\$ 100.000,00	Capital: R\$ 30.000,00	Custeio: R\$ 70.000,00	Total: R\$ 100.000,00	Capital: R\$ 0,00	Custeio: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00
<input type="button" value="Voltar"/>	<input type="button" value="Listar Itens"/>						

MATRIZ DE DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROEMI – PCR 2012

Município / UF: Manaus / AM
 Macrocampo: Participação Estudantil
 Ação/Atividade: Preservação e conservação do patrimônio escolar
 Meta: Fazer com que toda a comunidade escolar preserve, valorizando o patrimônio escolar

Itens Financiáveis	Especificação	Unidade	Quantidade A	Estimativa Orçamentária		Total (R\$) A x B	Ação
				Valor Unitário (R\$) B			
<input type="text" value="Selecione..."/>		<input type="text" value="Selecione..."/>					
Material de consumo	na conservação do ambiente escolar	KIT DE MATERIAL	200	30,00		6.000,00	
Recursos Financeiros transferidos FNDE			Recursos Financeiros utilizados PRC			Saldo disponível	
Capital: R\$ 30.000,00	Custeio: R\$ 70.000,00	Total: R\$ 100.000,00	Capital: R\$ 30.000,00	Custeio: R\$ 70.000,00	Total: R\$ 100.000,00	Capital: R\$ 0,00	Custeio: R\$ 0,00
Total: R\$ 100.000,00		Total: R\$ 100.000,00		Total: R\$ 100.000,00		Total: R\$ 0,00	
<input type="button" value="Voltar"/>		<input type="button" value="Listar Itens"/>					

ANEXO B – QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM O PROFESSOR ARTICULADOR DE PROJETOS E COM OS PROFESSORES COORDENADORES DOS MACROCAMPUS DO PROEMI

NOME:
IDADE:
COMPONENTE CURRICULAR:
MACROCAMPO COORDENADO:
1. Você poderia fazer uma breve apresentação acerca de sua formação e como você chegou a ser Professor Articulador de Projetos (PAP) ou Coordenador de Macrocampo do PROEMI?
2. Você participou de alguma formação para ser PAP ou Coordenador de Macrocampo do PROEMI?
3. Quais as principais dificuldades que você enfrentou para dar início ao trabalho como PAP ou Coordenador de Macrocampo do PROEMI? Como você lidou com essas dificuldades?
4. Você saberia mencionar alguma ação pedagógica coordenada por você e sua equipe de trabalho que assumiu um enfoque interdisciplinar dentro do âmbito do PROEMI? Pode detalhar essa ação?
5. O que é trabalho interdisciplinar no seu ponto de vista? Você vê alguma relação entre interdisciplinaridade e o trabalho desenvolvido nos macrocampos?
6. Você já havia participado de projetos pedagógicos interdisciplinares, antes de entrar em contato com os macrocampos do PROEMI? Pode relatar um pouco sobre essa sua atuação pedagógica?
7. Você acha que há um trabalho interdisciplinar proposto pelos documentos orientadores do PROEMI?
8. A sua prática pedagógica de hoje sofreu algum tipo de influência do trabalho pedagógico desenvolvido na implementação do PROEMI? Pode comentar?
9. Você se articula a outros professores para conduzir seu macrocampo? Se sim, quais as possibilidades desse trabalho? Quais as dificuldades?
10. Você pode apontar sugestões para viabilizar um trabalho cada vez mais interdisciplinar dentro dos projetos escolares do ensino médio?
Obrigado!